



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 138, TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos
de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 102^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 14 DE AGOSTO DE 2023

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar os 10 anos do Estatuto da Juventude, nos termos do Requerimento n° 46/2023, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	8
1.2.3 – Oradores	
Sr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, Defensor Público-Geral Federal em exercício	12
Sr. Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República	13
Sr. Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego	14
Sr. Marcus Barão, Presidente do Conselho Nacional da Juventude	15
Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai	17
Sra. Dandara Tonantzin, Deputada Federal	19
Sra. Caroline Ludmilla Bezerra, Assessora Técnica da Coordenação de Atenção à Saúde de Crianças e Adolescentes do Ministério da Saúde	22
Sr. Yuri Silva, Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial	22
Sra. Christhiane Souza da Silva, Coordenadora na Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT) do Ministério do Esporte	24
Sra. Estela Gonçalves, Advogada e representante da Educafro Brasil.	25



Sra. Lucilene Souza, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura.	26
Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente	28
Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais para a Juventude da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão	31
Sr. Rodrigo Dias, Coordenador-Geral de Articulação da Cultura Viva da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.	33
Sra. Daiane Araújo, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)	34
Sra. Stela Farias, Deputada estadual do Rio Grande do Sul	36
1.3 – ENCERRAMENTO	37
2 – ATA DA 103^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE AGOSTO DE 2023	
2.1 – ABERTURA	39
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Registro da 7 ^a Marcha das Margaridas, que acontece em Brasília nos dias 15 e 16 de agosto, com o lema “Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”. Destaque para o Projeto de Lei nº 63/2018, que inscreve o nome de Margarida Alves no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Satisfação pela aprovação de requerimento de realização de sessão especial em homenagem à Marcha das Margaridas no Senado Federal.	39
Senador Eduardo Girão – Críticas às decisões proferidas pelo STF, com destaque para a que permite a responsabilização civil dos veículos de comunicação diante de injúrias, calúnias e difamações exaradas por entrevistados. Insatisfação com o Governo Lula e com o Ministério da Justiça por não encaminhar as imagens das câmeras relacionadas aos atos de 8 de janeiro. Elogios ao Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, por declarações dadas em defesa das competências do Poder Legislativo.	42
Senador Mecias de Jesus – Solidariedade ao Governador e Vice-Governador do Estado de Roraima, Sr. Antonio Denarium e Sr. Edilson Damião, respectivamente, em virtude de decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima que cassou seus mandatos. Expectativa pela votação, no Senado Federal, da PEC nº 7/2018, que trata da inclusão, em quadro da administração pública federal, dos servidores públicos do ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia.	48
2.2.2 – Convocação de Sessão	
Convocação de sessão especial para 15 de agosto, às 9 horas, destinada a homenagear a Marcha das Margaridas; e de sessão deliberativa ordinária para 15 de agosto, às 14 horas.	51
2.3 – ENCERRAMENTO	52

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE



3.1.1 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membros em Comissões diversas (**Ofício nº 84/2023**)

54

3.1.2 – Despacho

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 371 e 703/2015; 111/2016 e 113/2016-Complementar; dos Projetos de Lei nºs 685, 1232, 1540, 2390, 2967, 3254, 4419, 4812 e 4855/2019; 1041, 1203, 1206, 1345, 2562, 3007, 3009, 3630, 3973 e 5266/2020; 1530 e 1942/2021; 868, 1113 e 2994/2022; e 807, 2550, 2986, 3099 e 3135/2023; após aprovação dos Requerimentos nºs 258 e 503/2023. *Encaminhamento das matérias às Comissões de Assuntos Econômicos; Constituição, Justiça e Cidadania; e Assuntos Sociais.*

56

3.1.3 – Encaminhamento de expediente

Encaminhamento do Expediente nº 3/2023, da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

58

3.1.4 – Indicação

Nº 73/2023, do Senador Jorge Kajuru, que sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, que apresente Projeto de Lei para alterar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para disciplinar a idade máxima para reversão de servidor público federal aposentado.

60

3.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 4339/2019, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar o rol dos prestadores de serviços turísticos e para vedar a divulgação ou promoção de prestadores de serviços turísticos não cadastrados no Ministério do Turismo.

64

Projeto de Lei nº 5838/2019, que reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

71

Projeto de Lei nº 557/2020, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

74

Projeto de Lei nº 4222/2020, que denomina Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará.

79

Projeto de Lei nº 4416/2021, que altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

82

Projeto de Lei nº 1504/2022, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a relação de equipamentos de uso obrigatório destinados às bicicletas.

87

Projeto de Lei nº 3898/2023 (nº 3032/2011, na Câmara dos Deputados), que acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos.

91



3.1.6 – Projeto de Lei

Nº 3893/2023, da Senadora Damares Alves, que *institui a Política Nacional da Juventude* 96

3.1.7 – Projeto de Resolução

Nº 82/2023, do Senador Chico Rodrigues, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica no âmbito do Senado Federal* 109

3.1.8 – Requerimentos

Nº707/2023, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Rodolfo Roca Filho. 115

Nº 708/2023, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Eraldo Holosback Alves Azambuja. 118

Nº 709/2023, do Senador Nelsinho Trad, de voto de aplauso e congratulações à Delegacia da Polícia Federal em Corumbá-MS. 121

Nº 710/2023, da Senadora Damares Alves, de informações ao Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República. 125

PARTE III**4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA**

Ata Circunstaciada da 4^a Reunião, realizada em 12 de julho de 2023 131

5 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA DA COREIA

Ata Circunstaciada da 2^a Reunião, realizada em 3 de agosto de 2023 155

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 175**7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 178**8 – LIDERANÇAS** 179**9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 181**10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 185**11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 187**12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 220

Ata da 102^a Sessão, Especial,
em 14 de agosto de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 12 minutos e encerra-se às 11 horas e 26 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2023, de autoria desta Presidência e de outros Senadores e Senadoras, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão de hoje é destinada a celebrar os dez anos do Estatuto da Juventude.

Vamos, de imediato, formatar a mesa, porque a moçada está lá se identificando e, em seguida, estará aqui com a gente. Pediram, no máximo, sete, oito minutos, e eles estarão aqui.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, Defensor Público-Geral Federal em exercício; Sr. Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego, representando o Ministro Luiz Marinho; Sr. Marcus Barão, Presidente do Conselho Nacional da Juventude; Sr. Yuri Silva, Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra Anielle Franco; Sra. Christhiane Souza da Silva, Coordenadora da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, representando a Ministra Ana Moser; Sra. Caroline Ludmilla Bezerra, assessora técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, do Ministério da Saúde, representando a Ministra Nísia Trindade; Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai – já estão chegando áí aos alunos –; Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira, Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, que cuida da promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes; Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais para a Juventude, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão; Sra. Karina Miranda, Diretora da Promoção da Diversidade Cultural, representante da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, Márcia Rollemburg; Sra. Estela Gonçalves, advogada e representante da Educafro Brasil.

Vamos agora à composição da mesa. Convido para compor a primeira mesa os seguintes convidados e convidadas: Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, Defensor Público Geral Federal em exercício.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Sr. Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego, representando o Ministro Luiz Marinho. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Sr. Marcus Barão, Presidente Nacional da Juventude. (*Palmas.*)

Sr. Yuri Silva, Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo no Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra Anielle Franco. (*Palmas.*)

Sra. Christhiane Souza da Silva, Coordenadora na Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, representando a Ministra Ana Moser. (*Palmas.*)

E, por fim, nesta primeira mesa, Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai. (*Palmas.*)

Neste momento, eu convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Queremos, com muito carinho, cumprimentar os alunos da escola Sesi, de



Sobradinho, 1º ano do ensino médio.

Como também me formei no Sistema S, eu me sinto abraçado por vocês todos, e vocês se sintam abraçados por todos nós.

Vida longa ao trabalho belíssimo e ao ensino técnico! (*Palmas.*)

Neste momento, eu farei o pronunciamento em nome da Presidência da Casa. É um pronunciamento mais informativo, de como surgiu o Estatuto da Juventude. (*Pausa.*)

O Secretário Nacional da Juventude, da Presidência da República, já está aqui conosco. É o Sr. Ronald.

Por favor... (*Palmas.*)

Seja bem-vindo aqui.

Sintam-se, aqui na mesa, todos cumprimentados.

São duas mesas. Eu, pessoalmente, não consegui cumprimentar a todos ainda, mas, dando uma folga aqui, vou cumprimentar a todos, um por um.

Seja bem-vindo, Secretário da Presidência da República. É um orgulho para nós vê-lo aqui, sentado à mesa com a gente. Eu estava achando que o senhor estava numa outra mesa. Daí me disseram: “Não, ele está na primeira”. “Mas como é que não veio?”. Daí chamamos. Correção feita.

Bom, eu farei uma breve fala aqui, em nome da Presidência da Casa e desta sessão.

O Estatuto da Juventude completou uma década de existência. Foi sancionado pela então Presidenta Dilma Rousseff, tornando-se a Lei federal 12.852, de 2013.

Há dez anos, recebemos uma orientação fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas voltadas às pessoas entre 15 e 29 anos.

O surgimento do Estatuto da Juventude remonta a maio de 2003, quando a Comissão Especial da Juventude foi estabelecida na Câmara dos Deputados com o propósito de criar propostas de políticas públicas para a juventude brasileira. Em novembro do ano seguinte, a Comissão apresentou conclusões significativas do seu trabalho, destacando-se a criação do Conselho Nacional da Juventude, da secretaria especial de políticas de juventude e do Instituto Brasileiro de Juventude pelo Poder Executivo, além de a realização de conferências nacionais da juventude a cada dois anos. Na esfera legislativa, destacavam-se o projeto de lei referente ao Estatuto da Juventude e a proposta de emenda à Constituição que incluía a palavra “jovem” na denominação do Capítulo VII e do art. 227 da Constituição Cidadã, reconhecendo os jovens como titulares de direitos em âmbito constitucional. O Estatuto da Juventude representa um marco essencial dos direitos dos jovens e se mostra uma poderosa ferramenta na luta pelos seus direitos. Sua jornada foi resultado de extensas discussões e de uma ampla participação da juventude e de todos os envolvidos nessa batalha.

Na Câmara dos Deputados, onde tramitou durante sete anos, o projeto do estatuto foi objeto de diversos seminários, audiências públicas, sendo aprovado sob a relatoria da Deputada Manuela D’Ávila, que só não está aqui presente por estar no exterior. Mencionamos também o trabalho exemplar do Deputado Benjamin Maranhão.

No Senado Federal, o projeto passou por duas Comissões antes de ser aprovado no Plenário. Numa das Comissões, o Relator foi o Senador Randolfe Rodrigues, que é Líder do Governo Lula no Congresso e que atuou como Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, enquanto eu, como membro da Comissão de Assuntos Sociais, tive o privilégio de relatar o Estatuto da Juventude na CAS. Promovemos ampla discussão, realizamos audiências públicas, contamos com a atenção próxima de todos os Líderes da Casa durante as negociações. Dessa forma, na Comissão de Assuntos Sociais, construímos um substitutivo composto por 48 artigos – claro, liderados sempre pela juventude – que preservava as conquistas das fases anteriores da tramitação do estatuto e ampliava mais direitos à juventude. Posteriormente, o projeto



seguiu para a Comissão de Educação. Com a relatoria do Senador Randolfe, o substitutivo foi acatado. A legitimidade do projeto foi confirmada, quando chega ao Plenário do Senado, após aprovação de um requerimento de urgência. O então Presidente do Senado Renan Calheiros conduziu a votação com muita maestria e sabedoria. O estatuto foi aprovado por unanimidade.

O estatuto é um marco jurídico que reconhece a juventude como uma questão de Estado, transcende os governos específicos, ampliando o conceito de juventude, não mais como uma fase de incertezas entre infância e a vida adulta, mas como uma categoria geracional sujeita a direitos específicos por meio do Sistema Nacional da Juventude, e integra a política de municípios, estados e União de forma coesa e coordenada, garantindo benefícios imediatos como – eu me lembro do bom debate que fizemos na época, mas conseguimos aprovar – a meia-entrada e a meia passagem, especialmente aos jovens carentes.

Pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro, aponta-se para um Brasil mais tolerante, olhando para a nossa juventude. A história do Brasil é escrita por todos nós – por todos nós –, independentemente da idade, em uma continuada movimentação. Como disse, a água nasce no topo das montanhas, fluindo em direção ao vale, criando rios e mares; nós a bebemos para saciar nossa sede e a navegamos com convicção, enfrentamos dilemas constantemente, enquanto novas gerações surgem. Preservar nossa história é essencial. Devemos sempre lembrar que “ter sido” não é o mesmo que “ser”, pois envolve o autoconhecimento.

Almejamos transformar o mundo, nosso país, nossas vidas e nossa geração, mantendo-nos sempre em movimento, acreditando que as batalhas certas estão em nossas mãos – eu diria em mãos, principalmente, da juventude. O Estatuto da Juventude abrange diversos aspectos dos direitos dos jovens, incluindo cidadania, participação social e política, representação juvenil, educação, profissionalização, trabalho, renda, saúde integral, cultura, esporte, lazer, igualdade, liberdade de expressão e meio ambiente ecologicamente equilibrado – são 48 artigos que regem essas questões. Estamos reconstruindo o Brasil para ser uma verdadeira nação que respeite a todos os cidadãos, incluindo jovens, idosos, aposentados, negros, brancos, quilombolas, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, gente de meia idade, crianças, LGBTQIA+ e, é claro, os jovens.

Repto, o Senado Federal é marcado por momentos importantes da história, pois foi aqui neste Senado Federal que se aprovou a Lei Áurea, a liberdade dos negros escravos – inconclusa, mas foi aqui que aconteceu –; a Lei do Divórcio, foi aqui; o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi aqui; o da pessoa idosa, foi aqui; o da Igualdade Racial, foi aqui; o da Pessoa com Deficiência, foi aqui; a Lei dos Autistas, foi aqui; a Lei do Salário Mínimo, foi aqui; a política de cotas, foi aqui, entre tantos outros.

Registro que a Câmara, com muita sabedoria, com grande...

E ela já está aqui? Eu iria falar agora no seu nome e você chegou na hora certa. Eu peço uma salva de palmas diretamente aqui para a Relatora da política de cotas, que fez um belo substitutivo, a Deputada Dandara! (*Palmas.*)

Uma jovem que liderou a todos nós lá na Câmara dos Deputados. Eu estava lá, subi ao seu lado ali, naquele momento histórico, e você fez um belo pronunciamento de improviso.

Continuando, registro que a Câmara aprovou, na semana passada, e aprimorou a Lei de Cotas. A autoria foi da Deputada Maria do Rosário e muitos outros, como a Deputada Benedita da Silva. A relatoria foi da Deputada Dandara, que já foi aplaudida aqui, gentilmente, carinhosamente, por todos. Agora vai tramitar no Senado.

Eu já digo à Dandara e a todos que conversei bastante com o Presidente Rodrigo Pacheco, com o Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, com o Presidente da Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns, e eles queriam que eu fosse a Dandara aqui. Disse: Eu não serei a Dandara, mas vou tentar fazer um trabalho igual ao que ela fez, porque você foi a Relatora lá, e eu agradeço aqui muito ao Presidente Rodrigo Pacheco, à minha bancada também, que me indicou, ao Senador Davi Alcolumbre e ao Senador



Flávio Arns, porque, já a partir desta semana, com o projeto chegando aqui, eu assumo a relatoria.

E você está convocada a vir para cá, me acompanhar no dia a dia, porque me informaram lá do Ministério da Educação que nós temos que acelerar o passo aqui – e podem contar comigo – por causa da regulamentação, para ele entrar em pleno vigor no ano que vem.

Eu quero saber se vocês querem que a política de cotas seja aprovada, no máximo, até a primavera, que é no mês de setembro. Se concordam com isso, batam palmas para negros, negras, quilombolas, pessoas com deficiência, porque todos estão contemplados na política de cotas. (*Palmas.*)

Termino essa fala só dizendo que a política de cotas é um marco social fundamental para o nosso país. No início... porque eu estou aqui há quase 40 anos dentro do Congresso, foram quatro mandatos de Federal e três de Senador... Dandara, vê se você me ganha também, vai ter que ter oito mandatos aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode deixar que ela vem bem.

Sublinho que a política de cotas é um marco social no Brasil. No início – eu me lembro –, era em torno de 10% o número de negros e negras nas universidades, com a política de cotas, nós ultrapassamos já os 50%. Todos, muitos, muitos, muitos que tentavam jogar contra a política de cotas diziam que havia muito conflito entre jovens negros e brancos devido à política de cotas. E se enganaram. Como disse o Zagallo: “Tiveram que nos engolir”. Mostrou-se que a nossa juventude não é racista. Houve alguns episódios, pequenos, que são insignificantes, mas a juventude, como disse o Mandela, não é racista.

E eu vou ler aqui uma frase do Mandela. Disse, um dia, Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas [sim, cada vez mais] a amar” – Nelson Mandela. A frase é dele, não é minha. Grande Nelson Mandela! (*Palmas.*)

Há momentos na vida de uma nação, quando seus cidadãos mostram as razões de sua existência, que eles avançam. Parabéns à juventude brasileira! Eu diria que, como águas da chuva, nutrem a terra; e, como recém-nascidos, buscam ar e vida, colorindo seus caminhos, sonhos e utopias. O amor é essencial. Devemos amar sem restrição, sem negação, sem comparação, amando até mesmo os abraços que não aconteceram ainda.

Tudo na vida está interligado pelo amor: o presente, o futuro, as pessoas, o meio ambiente, as cidades, o campo, as diferenças, a liberdade e os direitos humanos. Setembro está chegando e com ele vem a primavera, a estação das flores, onde a natureza brilha mais. E é nesta primavera que se aproxima ali no horizonte que nós todos, conforme aqui já manifestamos, queremos o aprimoramento e a votação no Senado para que vá à sanção do Presidente Lula a política de cotas.

Ao compreendermos a diversidade que nos cerca, poderemos superar as insanidades do cotidiano, os desertos de ódio, violência, discriminação e racismo. A violência aumenta atingindo a nossa juventude. É triste saber que, nos últimos sete anos, 60% dos baleados eram jovens, 50% morreram assassinados – e aí tem um dado também assustador –, de cada dez jovens assassinados, oito são negros, dados da CPI que realizamos aqui no Senado.

Termino dizendo: um mundo novo reside dentro de cada um de nós. É como liberar a pomba da paz do nosso peito, trazendo esperança, pureza, harmonia, solidariedade, fraternidade, amor e paz.

A história segue seu curso, a história segue seu curso tomando diferentes direções, como os rios seguem para o mar, rompendo barreiras para alcançar a imensidão. Nós também fazemos esse navegar e assim podemos viver, repito, num mundo de paz, solidariedade, fraternidade e amor, e amor, e amor. Alguns tentam mudar o rumo, mas a verdade sempre vai prevalecer, e o país se reconstrói com suas forças



e raízes neste momento histórico. O vento sopra de sul a norte, de norte a sul, renasce e galopa em tropéis de liberdade, democracia, falando ao coração e à alma.

Aqui eu termino. Vida longa, vida longa à juventude brasileira! Vida longa, vida longa ao Estatuto da Juventude! Muita força e coragem aos nossos jovens. Viva o Brasil! (*Palmas.*)

Deputada Dandara, há um apelo, aí do Plenário, que alguém me trouxe, e eu naturalmente abracei esse apelo – abracei o apelo. Como dizem que eu abraçava os abraços que não aconteceram ainda, mas eu estou abraçando para que você venha se sentar à mesa com a gente aqui – você que representa muito bem a juventude brasileira. (*Palmas.*)

Neste momento, concedo a palavra ao Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior, Defensor Público-Geral Federal em exercício.

Eu combinei aqui na mesa, nós vamos dar em torno de cinco minutos para cada um, até porque muitos dos jovens aqui têm um compromisso e vão ter que sair um pouco antes do horário em que eu estou prevendo que vai terminar este nosso evento em homenagem à juventude brasileira, como eixo no Estatuto da Juventude.

Por favor, Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior.

O SR. FERNANDO MAURO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Deputada Dandara, nas pessoas de quem cumprimento todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas presentes; Dra. Ana Maria, colega do Ministério Público; e em especial meu pai, que se faz aqui presente, muito obrigado pela presença também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Qual o nome dele?

O SR. FERNANDO MAURO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR – Fernando Mauro também, está lá no final. (*Palmas.*)

Obrigado.

É com grande honra e emoção que nos reunimos aqui, hoje, para celebrar um marco importante em nossa trajetória como nação: os dez anos do Estatuto da Juventude. Esta legislação visionária tem sido um farol brilhante, iluminando o caminho para um futuro mais promissor, inclusive para os nossos jovens.

O Estatuto da Juventude não é apenas uma lei; é um manifesto de esperança, uma declaração enfática de que a juventude é o alicerce sobre o qual construiremos um Brasil mais forte e resiliente. Esta legislação abraça os sonhos, as aspirações e os desafios de nossa juventude, reconhecendo a necessidade urgente de políticas públicas específicas para garantir que nossos jovens tenham acesso a oportunidades, educação de qualidade, emprego digno e pleno desenvolvimento.

A Defensoria tem sido uma aliada incansável na proteção dos direitos dos jovens, garantindo que cada disposição do estatuto se concretize. A Defensoria é a voz daqueles que muitas vezes são negligenciados, assegurando que os jovens tenham acesso à Justiça, estejam informados sobre seus direitos e tenham seus interesses representados com a máxima dedicação e zelo.

Hoje também é um momento especial para reconhecer o trabalho árduo e dedicado do Senador Paulo Paim, cuja visão e liderança foram fundamentais na elaboração e aprovação do Estatuto da Juventude.

Senador Paim, sua atuação exemplar ecoará ao longo dos anos, sendo um testemunho vivo de seu compromisso inabalável com a causa da juventude e da justiça social. Sua contribuição é um exemplo inspirador para todos nós, e a sua presença aqui, nesta sessão solene, é uma prova do impacto duradouro que suas ações têm na vida das gerações presentes e futuras.

Ao celebrarmos uma década de progresso e realizações com o Estatuto da Juventude, também renovamos nosso compromisso de seguir adiante, de aprimorar ainda mais nossos esforços e de garantir que



cada jovem brasileiro tenha a oportunidade de florescer e contribuir para o crescimento de nossa nação.

Hoje, olhando para trás, celebramos as conquistas; olhando para frente, reafirmamos nossa responsabilidade e determinação em construir um futuro mais justo e brilhante.

Parabéns a todos que tornaram o Estatuto da Juventude uma realidade e que continuam a lutar por um Brasil melhor para todos. A DPU, como uma instituição que promove os direitos humanos, está à disposição hoje e sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)

– Muito bem, Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior. Obrigado pelas considerações que fez inclusive ao nosso trabalho, que é um trabalho de todos, trabalho coletivo que faz acontecer.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional de Juventude da Presidência da República, por cinco minutos. (*Palmas.*)

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS (Para discursar.) – Bom dia! Bom dia a todas; bom dia a todos; bom dia, Senador Paim.

É com muito orgulho que eu subo a esta tribuna vendo uma sessão sendo presidida por você, que tanta história fez e faz no Parlamento brasileiro, junto com a minha querida Benedita da Silva, minha Deputada também lá do Rio de Janeiro, que representa um símbolo absolutamente...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – ... que é um símbolo completamente forte do Brasil real. É o Brasil real que emergiu na Constituinte, se mantém firme e forte, ativo e ativo até hoje.

Quero fazer uma saudação aqui a todos os integrantes da mesa, na pessoa do nosso Presidente Marcus Barão e também da nossa Deputada Dandara, que é uma grande companheira de militância, de vida, e dizer para vocês o seguinte: para nós, estar nesta Casa com o Sr. Senador e com cada um e com cada uma de vocês simboliza a fortaleza que é o Estatuto da Juventude, significa a fortaleza do que é a Política Nacional de Juventude, que foi construída a partir de iniciativas como o projeto Juventude, a partir da fundação do Conselho Nacional de Juventude, do ProJovem, da Secretaria Nacional de Juventude, que neste ano fez 18 anos, pela Lei 11.129, significa a fortaleza de uma juventude que, através das suas entidades, coletivos, organizações, movimentos sociais, não se dobrou um único instante a qualquer tipo de aspecto reacionário e que lutou e que fez com que na última eleição prevalecesse, na soberania popular, a vontade de resguardar direitos, de avançar direitos e de avançar na política pública.

Quando a gente reflete sobre a política de juventude no nosso país, a gente precisa refletir esses oito anos de construção institucional e precisa refletir o que foram os últimos dez anos em que, logo após a conquista do Estatuto da Juventude, nós fomos o tempo todo atacados. Criamos, Yuri, o Plano Juventude Viva, hoje Juventude Negra Viva, e eles interromperam; criamos o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, para dar dignidade à vida da juventude no campo, e eles interromperam; criamos o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, e eles interromperam. A gente está retornando com todas essas iniciativas, porque nós compreendemos que juventude não se deve falar no singular, juventudes é no plural. E nós precisamos respeitar o direito de cada juventude, promovendo o seu desenvolvimento, seu bem-estar e, sobretudo, a sua felicidade.

Quando a gente reflete, em especial, o que tem sido a política do Presidente Lula nesses oito primeiros meses, para além de reconstruir tudo aquilo que nós precisamos reconstruir, tem sido também de pavimentar caminhos ao futuro.

E nós convocamos, por iniciativa do nosso Ministro Márcio Macêdo, Secretário-Geral da Presidência da República, a 4ª Conferência Nacional de Juventude. Senador Paim, há oito anos não tem Conferência



Nacional de Juventude. Quando a gente abre o estatuto, que o senhor imprimiu para distribuir para toda essa juventude, a gente observa que ela deveria ter sido convocada de quatro em quatro anos, portanto, em 2019. (*Palmas.*)

E nós não abrimos mão de chamar toda a juventude brasileira, município a município, território a território, na aldeia, na comunidade quilombola, em toda a favela, em toda a periferia, para vir reconstruir essa Política Nacional de Juventude conosco, porque nós compreendemos que a Política Nacional de Juventude – se juventude é no plural, Yann – precisa ser feita no plural.

Quero aqui fazer uma forte saudação ao Yann Evanovick...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – ... do Ministério da Educação, que tem construído conosco uma forte parceria, junto com o Ministro Camilo e Zara Figueiredo, a Secretaria da Secadi.

Quero dizer para vocês que, com palavras de esperança, com gestos de coragem, a juventude terá um novo amanhã, mas, sobretudo, se fará presente no presente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns ao nosso querido Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional de Juventude, da Presidência da República!

Agora, neste momento, concedo a palavra ao Sr. Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVIGNE (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas.

Gostaria de começar aqui a minha fala lembrando um pouco da trajetória, Senador Paim, de quem começou militando no movimento secundarista e está vendo aqui essa juventude, com a turma participando, e o Secretário Nacional de Juventude trazendo à tona todas as batalhas que tivemos nesse período tão ruim de nossa história.

Quero lembrar – quem está assistindo pela TV Senado, quem olha aqui o público presente, quem vê a direção da Mesa comprehende quais são os caminhos da nossa democracia – a diversidade presente aqui em nosso meio. Quem somos nós de verdade? O Brasil está aqui efetivamente representado pelas pessoas, pela diversidade humana. Estão aqui Yuri Silva, Frei David, está aqui todo mundo que representa de verdade o que é este país e a preocupação dos democratas com a juventude brasileira.

Gostaria de dizer o seguinte: do ponto de vista do Ministério do Trabalho, nós temos, lá na Secretaria de Qualificação Profissional e Fomento à Geração de Emprego e Renda, uma diretoria específica de trabalho com a juventude, dirigida brilhantemente pelo João Victor. Essa diretoria tem um trabalho muito grande com a questão do jovem aprendiz e com a questão dos estágios.

Nós sabemos – e aqui os jovens estão presentes – que ou a gente oferece oportunidade de profissionalização com qualidade, oferece oportunidade de emprego à juventude, oferece oportunidade de compreender, de estabelecer estradas à juventude brasileira, ou nós teremos graves problemas.

Está aqui o pessoal da Secadi. Eu tenho conversado com a Secretária Zara sobre a questão do EJA, por exemplo, e sobre a questão de aproximar a educação formal da profissionalização dos jovens.

O Governo Federal tem totalmente se preocupado com essa questão de trazer ao jovem uma formação mais profunda e não apenas aquele curso técnico, pré-técnico rápido, em que você aprende a fazer. A gente tem que discutir o que fazer e por que está fazendo. A compreensão da elevação de escolaridade como um princípio, a compreensão do letramento digital, Senador Paulo Paim, também como outro princípio, são as formas com que a gente entende que a gente consegue ajudar a juventude, Frei David, a pular, a



sobreviver a este tempo.

Eu sou um homem de 49 anos e eu me lembro de minha mãe – muito politizada, uma índia tupinambá de Olivença, professora, coordenadora pedagógica; sou tupinambá com muito orgulho – dizendo da alegria grande de eu ter completado 24 anos, porque minha turma, lá no bairro Nelson Costa, em Ilhéus, morria antes disso. Quantos amigos nós perdemos para esse assassinato! Ainda continuamos perdendo hoje os jovens negros para o crime, para os excessos da polícia.

E o que nós temos que fazer enquanto Governo? Nós precisamos continuar aprofundando as políticas públicas que o Secretário de Juventude aqui disse tão brilhantemente; nós precisamos continuar dialogando com setores mais avançados da sociedade, assim como representantes que estão aqui, como, por exemplo – já citei algumas vezes –, o Frei David, com o seu trabalho; nós precisamos continuar aprofundando, Senador Paulo Paim, a legislação. É óbvio que nós temos marcos legais: temos um marco legal para a aprendizagem, temos um marco legal para o estágio, temos marcos legais para a juventude, mas esses marcos legais precisam chegar à ponta. E, para chegar à ponta, não tem outro caminho senão o da mobilização social. Por que eles negaram, o tempo todo, o poder das conferências públicas? Por que eles negaram, o tempo todo, o poder do diálogo, Yuri Silva? Eles negaram porque sabem da força que a juventude tem. E vocês, jovens que estão aqui – que vieram dos colégios para participar desse debate –, é importante o engajamento de cada um de vocês no cotidiano da política: primeiro, da política do movimento estudantil; depois na vida partidária, se alguém assim escolher, ou na sociedade como um todo, porque, assim, nós conseguiremos construir um país mais justo.

Agora, do ponto de vista nosso, é importante lembrar que o Governo Federal acabou de lançar o programa de aceleração, o PAC; acabou de lançar o PAC para acelerar o crescimento do Brasil. E, nesse PAC, Deputada Dandara...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO ROGÉRIO CARVALHO LAVIGNE – ... um dos aspectos importantes – já concluindo aqui – é a questão da qualificação profissional para as pessoas que vão trabalhar nesse Programa de Aceleração do Crescimento. Nós precisamos envolver fortemente a juventude nesse debate, nessa questão da aprendizagem e da qualificação feita neste momento.

Então, com isso, trago minha saudação: vida longa ao Estatuto da Juventude, vida longa aos que lutam verdadeiramente por democracia, vida longa à diversidade, vida longa aos que respeitam a divergência e que nunca mais este país caminhe para trás! Como diz o nosso hino, lá na Bahia, o Hino do 2 de Julho, nunca mais o despotismo abrigará nossos corações. É isso.

Um grande abraço e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pelo pronunciamento ao querido amigo Magno Rogério Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego, que representou aqui o Ministro Marinho e já esteve na Comissão de Direitos Humanos também me dando a alegria de um pronunciamento lá em nome do Ministro. Obrigado.

De imediato, concedo a palavra ao Sr. Marcus Barão, Presidente do Conselho Nacional da Juventude.

O SR. MARCUS BARÃO (Para discursar.) – Bom dia.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MARCUS BARÃO – Como eu tenho quebrado o protocolo no bom dia, porque eu tenho aí uma disputa eterna e carinhosa com o Secretário Ronald Sorriso, eu sempre faço uma segunda pergunta



do bom dia para a gente ver se a resposta vai ser forte o suficiente. Bom dia!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARCUS BARÃO – Bom dia! Até o final do ano a gente vai ter um saldo.

Bom, brincadeiras à parte, eu quero cumprimentar toda a mesa e vou pedir licença ao Senador Paulo Paim para cumprimentar, em especial, o Secretário Nacional de Juventude.

Nessa celebração dos dez anos do Estatuto da Juventude, é bom a gente poder estar de volta ao Senado Federal com tantas representações da juventude – com juventude das escolas, juventudes partidárias, movimento social, movimento estudantil –, e ter um Secretário Nacional de Juventude que fala de uma maneira que nos inspira e nos representa realmente é algo que apresenta, Secretário Sorriso, uma nova perspectiva para a política de juventude do Brasil.

Eu queria pedir licença mesmo para cumprimentá-lo e pedir uma salva de palmas aqui para o Secretário Nacional de Juventude. (*Palmas.*)

E quero destacar, em nome do Conselho Nacional da Juventude, que a gente se orgulha muito da atuação que tem sido conduzida por você, por sua equipe, e que nos representa como liderança da Política Nacional de Juventude no Brasil.

Quero cumprimentar toda a mesa, todas as autoridades e agradecer o convite do Senador, que gentilmente nos recebe sempre com muito carinho aqui; cumprimentar de maneira muito especial a Deputada Dandara, que também sempre nos inspira com a sua atuação. Nós temos acompanhado com muita atenção a sua liderança e defesa de pautas que são importantes e também têm sido defendidas de maneira histórica pelo Conselho Nacional da Juventude. E a gente, mais uma vez, Deputada, se coloca, sim, Senador, também à disposição, o Conselho Nacional da Juventude, para a contribuição na formulação e debate dessa e outras pautas, não só nos direitos da política de juventude, especificamente, mas em outras áreas temáticas que afetam diretamente a população jovem, porque a gente sabe que esse também é um espaço de escuta para que a gente consiga avançar com a defesa dos direitos da população jovem.

Quero pedir licença também para cumprimentar outras lideranças juvenis que temos aqui neste Plenário hoje. Fico muito feliz de ver mais lideranças jovens dentro da Esplanada dos Ministérios. Nós temos ali a Luci, por exemplo, do Ministério da Cultura; temos o Yann, do Ministério da Educação; o Yuri, do Ministério da Igualdade Racial; temos um time da Secretaria Nacional da Juventude aqui... (*Pausa.*)

... que tem lutado bravamente pela reconstrução da política de juventude no Brasil, gestores de juventude.

Quero cumprimentar também as lideranças das juventudes partidárias que estão aqui, na pessoa da nossa querida Nádia Garcia, que é a Secretária Nacional de Juventude do PT. Nós temos também o Gustavo Gama, que, além de Secretário-Geral do Conjuve, é também Secretário Nacional de Juventude do PV; a Bruna Paola, da Rede, que também é uma parceira querida; temos o Neilson, da Juventude do MDB; e outras juventudes aqui representadas, como a JS, espalhada e sempre muito presente aqui também. E aí cumprimento o PCdoB também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer o seguinte: vamos bater palmas para todas as lideranças que estão aqui. (*Palmas.*)

Se for um por um, a gente não termina hoje.

O SR. MARCUS BARÃO – O Senador já está me dando orientação para concluir, mas eu faço questão de fazer esse cumprimento porque este é um momento histórico, é importante a gente celebrar e se reconhecer aqui.

E, por último, de maneira muito especial, cumprimento as organizações juvenis, o movimento estudantil, os movimentos sociais e, principalmente, vocês, jovens, que estão aqui, que vêm da escola para



chegar até aqui e participar desse momento. Eu quero, de maneira muito informal e fora de protocolo, dizer que foi exatamente nesse período que eu fui alcançado por uma política de juventude, e eu conheço a história de muita gente que está aqui e que hoje é liderança, que também foi alcançada por uma política de juventude e só por isso conseguiu sobreviver, ou só por isso conseguiu chegar até aqui, ou só por isso conseguiu hoje ocupar um papel importante na condução da Política Nacional de Juventude, e é por isso que a política de juventude existe.

Às vezes, a gente faz uma reflexão: o que é o Estatuto da Juventude? O Estatuto da Juventude é a nossa carta de direitos, que foi conquistado coletivamente por um conjunto muito amplo de juventudes. Infelizmente, ao longo dos últimos anos, esses direitos foram negados, foram violados, mas nós estarmos aqui representa não só um momento de celebração, mas um convite para que todas e todos nós que participamos anteriormente dessa luta possamos lembrar que a gente precisa continuar avançando. E, para aqueles que ainda não conheciam o Estatuto da Juventude ou que estão iniciando esse processo agora, é um convite para que possam se somar a esse processo para que essa, que é a maior...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS BARÃO – ... para concluir, que é a maior geração de jovens da história do nosso país, tenha os seus direitos garantidos e a gente possa transformar o país para as juventudes e com as juventudes a partir das juventudes. Essa é a grande reflexão que o Conselho Nacional da Juventude tem feito.

Vamos juntos pelas juventudes. Temos uma conferência nacional de juventude para ser construída, nós temos trabalhado nisso, e temos, Senador, por último, aqui, também uma provocação ao Senado. Nós temos ainda muitas batalhas no nível do Legislativo para serem enfrentadas na defesa dos direitos da população jovem, seja na concretização do Plano Nacional da Juventude, de um fundo nacional da juventude, de uma nova frente parlamentar da juventude, na garantia dos direitos da população jovem, principalmente a mais vulnerável, e a gente quer demarcar, como Conselho Nacional da Juventude, esse espaço.

Encerro aqui minha fala cumprimentando a todas e a todos, especialmente a Mesa Diretora do Conjuve, a nossa Vice-Presidenta, que está ali atrás...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS BARÃO – ... a Jessy, e o Gustavo Gama.

Muito obrigado.

Um bom dia.

Viva o Estatuto da Juventude! Viva a juventude brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, líder Marcus Barão, Presidente do Conselho Nacional da Juventude. Parabéns pela sua fala.

E agora, com muita alegria também, concedo a palavra ao Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operação do Senai.

Eu fui aluno do Senai muitos anos, viu? Foi lá que eu me formei e, a partir dali, mudei a minha vida, por isso eu tenho sempre enaltecido o trabalho do Senai.

Uma salva de palmas ao Sr. Gustavo Leal Sales Filho. (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui, Senador. Na pessoa de V. Exa., cumprimento toda a mesa.

Essa referência que o senhor faz ao Senai a gente costuma ouvir em muitos locais, e mostra o poder



transformador da educação. A educação, de fato, é aquela ferramenta que muda a vida das pessoas.

A gente fica muito feliz de estar aqui representando o Senai, agradecendo, em nome do Senai, o convite para participar desses dez anos de celebração do Estatuto da Juventude. E por que isso é tão importante? A juventude, os jovens de qualquer nação hoje representam o principal recurso que um país tem para se tornar mais desenvolvido e mais rico. Quanto melhor for tratado o jovem, quanto melhor for educado e qualificado o jovem, mais chance a gente tem de ter um país próspero, um país desenvolvido. Por isso a importância de estarmos aqui celebrando esta pauta que é tão prioritária para o país, que é como cuidar bem da juventude.

O Estatuto da Juventude é muito sistêmico, coloca o jovem como ponto focal de diversas políticas, mas eu queria, até pelo viés da nossa atuação no Senai, falar um pouco aqui da importância – e muitos já me antecederam aqui, nesse mesmo diapasão – da educação. Isso está bem refletido no art. 9º do Estatuto, que diz que o jovem tem direito à educação profissional e tecnológica de qualidade. Isso é uma visão extremamente correta e extremamente prioritária para o país.

A gente tem uma situação hoje, Senador, ainda de muitos desafios no nosso país em relação a isso. A gente vê um ensino médio que ainda traz muitas dificuldades. Cerca de 21% dos jovens conseguem chegar ao ensino superior, e muitos abandonam o ensino médio – 21% dos alunos do ensino médio terminam abandonando por força de buscar melhorar a renda familiar. Quer dizer, isso é uma coisa extremamente dolorosa.

Então, eu estou tratando desse assunto porque o marco regulatório do novo ensino médio está em discussão nesta Casa agora, está em discussão pela sociedade. Daí a importância de que nós possamos enxergar a prioridade que é termos a possibilidade de, de fato, ter uma articulação entre o ensino médio e a educação profissional. A educação profissional é fundamental para a juventude; ela está muito mais próxima do mundo do trabalho e ela consegue ajudar esse jovem a se inserir no mundo do trabalho.

Portanto, pensarmos um ensino médio em que, em apenas um turno, seja possível, ao longo de três anos, que o jovem conclua o ensino médio e adquira uma formação profissional de um bom curso técnico, me parece uma coisa extremamente relevante, extremamente importante para a juventude brasileira. Então, a gente gostaria muito de fazer esta reflexão aqui da importância de preservar a possibilidade de – e volto a afirmar –, em apenas um turno, termos a condição de deixar o nosso jovem conseguir concluir o ensino médio e o curso técnico.

A outra política pública que também está sendo discutida aqui e que é de extrema relevância – o representante aqui do Ministério do Trabalho já fez referência a isso – trata-se da aprendizagem profissional. É uma outra ferramenta extremamente relevante e importante de inserção do jovem no mundo do trabalho.

Nós precisamos rediscutir esse marco regulatório, nós precisamos aprimorá-lo, nós precisamos fazer a aprendizagem do século XXI, uma aprendizagem que dialogue com a educação profissional. Isso é permitido hoje dentro da LDB, nós pensarmos a aprendizagem dialogando com cursos técnicos, dialogando com o ensino médio, ampliando, de uma maneira muito forte, a oferta de cursos de aprendizagem industrial a partir das redes públicas estaduais que oferecem o ensino médio, criando uma enorme condição de inserção dos jovens...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – ... nos diversos ambientes de trabalho.

Então, isso é fundamental para que tenhamos um país forte e criemos, assim, condições para que essa juventude, de fato, possa se qualificar de forma adequada para os desafios do mundo do trabalho, que



são cada vez mais intensos em conhecimento e tecnologia.

Eu gostaria de finalizar aqui agradecendo a participação aqui dos nossos alunos do Sesi, do 1º ano da escola de Taguatinga. É um prazer vê-los aqui conosco.

Muito obrigado, Senador, muito obrigado, e um abraço também à Deputada Dandara.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai.

Permita-me, Diretor, que eu diga aqui ainda, com você aqui do meu lado, que, recentemente, eu fiz uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos – você estava lá – e eu coloquei lá uns dados que eu recebi para aquela Comissão, e um deles diz que, nos países de Primeiro Mundo, 80%, em média, dos jovens têm acesso ao ensino profissionalizante. No Brasil, fica em torno de 10%. Fizemos, mas temos que fazer muito.

Mas tem um dado aqui que eu vou dizer, porque eu disse que eu tirei do Senai, e eu queria dar uma salva de palmas para ele, dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se formou no Senai... (*Palmas.*)

... mostrando o exemplo da importância do ensino técnico.

Concedo a palavra, neste momento, encerrando esta mesa – e vamos, em seguida, para a segunda mesa –, à Deputada Federal Dandara. (*Palmas.*)

É a juventude negra chegando ao Parlamento.

Nós queremos que todos cheguem: brancos, negros, índios... Toda a juventude.

A SRA. DANDARA (Para discursar.) – Obrigada, Senador Paim.

Queria parabenizar a iniciativa desta sessão especial destinada a celebrar os dez anos do Estatuto da Juventude. São muito importantes momentos como este.

Quero saudar, de maneira especial, o Secretário Nacional de Juventude, Ronald Luiz dos Santos, com o qual tenho grande orgulho de compartilhar a vida, a trajetória, as batalhas.

Sorriso era o Secretário da Juventude do PT quando eu me candidatei a primeira vez como Vereadora. E eles organizaram, na nossa juventude partidária, um programa de incentivo e fortalecimento de jovens, lideranças, a se candidatar, que se chama Representa. Isso foi, Senador Paim, um grande divisor de águas na eleição de muitos jovens, Brasil afora, em Câmaras Municipais. (*Palmas.*)

Também quero saudar o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, Sr. Marcus Barão, dizer que estou muito orgulhosa de ver que a SNJ, junto com o nosso conselho, já convocou a Conferência Nacional de Juventude. De fato, é um absurdo ficar oito anos sem realizar.

Eu participei da última conferência, foi uma conferência histórica, muito marcante, que produziu muita coisa para o Estado brasileiro, para a juventude brasileira, e percebo que tem hoje espaços no Governo que ainda não conseguiram dar esse pontapé. E olha que a SNJ é uma secretaria, e esse conselho ainda precisa de muito mais estrutura, mas já fez muito mais que muitos ministérios aqui na Esplanada. Então, parabéns pela convocação da conferência.

Também quero saudar os estudantes que estão aqui do Sesi Sobradinho – é isso? Sobradinho. Você falou Taguatinga, o povo ficou preocupado... Sobradinho... (*Risos.*)

... 1º ano do ensino médio.

É muito importante que a juventude possa seguir se engajando, todo o movimento estudantil que está aqui presente, UNE, Ubes, a ANPG, Educafro, Frei David também, com a juventude aí da Educafro, as juventudes partidárias, como já foi citado, jovens lideranças ocupando espaços importantes hoje na Esplanada, nos ministérios, como o Yann, que está no MEC e muito nos orgulha, e a Luci, que está no



Ministério da Cultura e também muito nos orgulha.

O Estatuto da Juventude é uma grande conquista da sociedade brasileira e é resultado de muitas lutas travadas nas ruas, nas salas de aula, nos espaços de poder, nas periferias. O Estatuto da Juventude foi sancionado em 2013 no calor daquelas jornadas. E nós juventude que estamos aqui, inclusive, tratamos de disputar muito as ruas também naquele momento, porque era muito importante politizar os pedidos, politizar as demandas e trazer para o campo dos direitos, para o campo da emancipação. A sanção desse estatuto foi uma grande resposta aos anseios da juventude naquele período. Ele trata de assegurar grandes direitos, mas queria destacar aqui descontos e gratuidade em viagens interestaduais, uma novidade, além da meia-entrada em eventos artísticos, culturais. Eu me lembro, Senador Paim, da vitória que foi o lançamento do ID Jovem. Muitos jovens hoje Brasil afora desfrutam desse direito. E isso é fruto desse momento em que nós nos organizamos para cobrar direitos.

A aprovação desse estatuto significou que o Estado reconhece os jovens como sujeitos de direitos. Isso também não é pouca coisa.

O estatuto reafirma ainda diretrizes de políticas públicas, orientando União, estados e municípios a estimularem controle, participação social, planejamento, avaliação e ações concretas voltadas para a juventude.

Passada uma década desde a sua aprovação, a maior vitória do estatuto é a criação do Sistema Nacional de Juventude, que representa uma conquista sem precedentes dentro da história de luta dos jovens brasileiros por direitos. Mais do que ação, o Sinajuve diz respeito a um legado, fruto de uma luta conjunta de múltiplos atores. A ideia do Sistema Nacional de Juventude surge não apenas como um programa de ação governamental, mas também como a garantia de que a Política Nacional de Juventude se tornará uma política efetiva do Estado brasileiro. Isso não é pouca coisa! Assim, seguirão garantidas por força de lei a dignidade e a cidadania para a juventude brasileira.

Quero destacar ainda, Senador Paim, que o nosso trabalho aqui, na Câmara e no Senado, não terminou.

(Soa a campainha.)

A SRA. DANDARA – Nós precisamos, de fato, avançar em direitos para uma juventude tão precarizada. Hoje, nós temos uma juventude sem-sem: sem direitos, sem garantia, sem direitos trabalhistas, sem ainda direito à educação... É preciso garantir o direito à renda, é preciso garantir para a juventude o direito à saúde integral, à proteção, à segurança, a bem viver, ao acesso ao lazer, à cultura, à conectividade, já que a internet ainda não é um direito em pleno século XXI. Nós precisamos garantir o direito a território, à vida.

Eu estou muito feliz, porque sei que, enquanto jovem Parlamentar, nós temos grandes desafios, mas nós conseguimos, como Paim disse, aprovar, na semana passada, a continuidade das cotas. (*Palmas.*) As cotas são a maior vitória do movimento negro... (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRA. DANDARA – ... brasileiro, do movimento estudantil. As cotas garantiram direitos a uma juventude historicamente negligenciada.

Quando nós assumimos essa relatoria, Frei David, no começo do ano, as pessoas diziam que era impossível, num Congresso, numa Câmara como esta, fazer esse debate, que tinha que tomar cuidado para não piorar a lei, para não acabar com a cota.

A nossa articulação foi tão intensa, Paim, que nós conseguimos não só aprovar a continuidade, mas o aprimoramento das cotas – vincular a prioridade dos cotistas serem bolsistas, garantir cotas na



pós-graduação, a cota quilombola. Nós corrigimos algumas distorções, como, por exemplo, a questão de renda. Agora a cota tem que chegar às pessoas com maior vulnerabilidade, a cota de renda para um salário mínimo por pessoa. Nós colocamos com dez anos a nova avaliação, mas com ciclos anuais de monitoramento. A vaga que sobrar na subcota não vai para uma concorrência, ela volta para as cotas, em especial para a cota da escola pública. O candidato ou a candidata, o estudante vai se candidatar primeiro na ampla concorrência, porque, se ele tiver nota da ampla concorrência para passar, ele não vai utilizar a vaga da cota. Com isso, a cota não será o teto, será o *plus*, será o a mais, serão mais estudantes entrando. A USP nos mostrou, Paim, que, em um processo seletivo em que eles fizeram essa alteração, isso significou 900 a mais de nós entrando.

Eu estou muito segura de saber que, no Senado, esse acúmulo vai continuar. As lutas que nós travamos serão ainda mais fortalecidas.

Muito obrigada por ser a nossa ancestralidade em vida, por assumir a relatoria desse projeto. E nós temos a certeza de que será aprovado aqui com o tamanho da envergadura que nós construímos na Câmara.

Viva a juventude brasileira, viva o Estatuto da Juventude! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Essa foi a querida jovem lutadora, Deputada Federal Dandara.

Permita que eu diga, Dandara, pois me perguntaram o que eu iria alterar no projeto, em que você construiu o substitutivo, aqui no Senado. Eu respondi: “Se depender de mim, eu não vou alterar uma vírgula. Aprovo o substitutivo dela na íntegra”. (*Palmas.*)

É claro que eu tenho que contar com todos os meus pares, mas você vai estar com a gente aqui, com o seu poder de convencimento. Talvez a minha idade avançada e a sua juventude consigam fazer com que o projeto seja votado, inclusive de forma simbólica, como foi lá – você conseguiu convencer a todos. Cada um colocou a sua posição – e é legítima – no debate político que você liderou, mas depois foi simbólico. Eu tenho esperança de que aqui também seja votação simbólica, para poder regulamentar ainda este ano.

Eu convido os senhores que estão nesta mesa a que retornem ao Plenário, com uma grande salva de palmas, e nós vamos para a segunda mesa. (*Palmas.*)

Eu convido a Deputada Dandara a se manter aqui na mesa, para eu pegar todo o seu prestígio aqui, para o Senador Paim – aqui do meu lado.

Vamos então à segunda mesa.

Dandara, sente-se aqui. Eu vou botá-la aqui à minha direita – à minha direita, está bem? Pela causa, está tudo bem, não é? (*Risos.*)

Vamos para a segunda mesa.

De imediato, convocamos, convidamos a Sra. Caroline Ludmila Bezerra, assessora técnica da Coordenação da Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, do Ministério da Saúde; (*Palmas.*)

O Sr. Yuri Silva, Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial, representando a querida Ministra Anielle Franco. (*Palmas.*)

Sra. Christiane Souza da Silva, Coordenadora da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte. (*Palmas.*)

Convidamos Sra. Estela Gonçalves, advogada e representante aqui da Educafro Brasil. (*Palmas.*)

Já digo a vocês que o Frei David pediu uma reunião comigo na sexta-feira e falamos da política de cotas. Ele elogiou muito você, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



“Mas, nesta sessão aí, a Educafro não vai falar?”. Eu disse: “Se não ia, vai, depois da sua presença aqui”. (*Risos.*)

E ele já indicou então, a representante da Educafro.

Sra. Lucilene Souza, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, representante da querida Ministra Margareth Menezes. (*Palmas.*)

A mesa está completa.

Agora, vamos conceder a palavra à Sra. Caroline Ludmilla Bezerra, assessora técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do Ministério da Saúde.

Lembro a todos que são cinco minutos para cada um – e já agradeço à primeira mesa, que cumpriu na íntegra os cinco minutos. Todos cumpriam, de cinco a seis minutos, inclusive você, viu? Gostei de ver.

A SRA. DANDARA TONANTZIN (*Fora do microfone.*) – Falei tanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas foi bem. Foram seis minutos.

A SRA. CAROLINE LUDMILLA BEZERRA (Para discursar.) – Bom dia a todos, todas e “todes”.

Estou bem emocionada de estar aqui neste momento, porque é importante essa retomada das políticas públicas em relação à questão da juventude, que, durante esses últimos anos, foi invisibilizada.

Aqui o Ministério da Saúde está para informar que está para fortalecer o acesso à saúde da juventude na atenção primária, bem como no serviço de atenção especializada de saúde.

Confesso que estou um pouco nervosa – estou fingindo naturalidade de estar aqui neste lugar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas já começou muito bem. Agora vai!

A SRA. CAROLINE LUDMILLA BEZERRA – E me esqueci, inclusive, de cumprimentar a mesa, Senador Paulo Paim, Deputada; mas eu estou aqui numa perspectiva de trazer para vocês as ações do Ministério da Saúde.

As nossas diretrizes, as Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde, estão em consonância com o estatuto. No entanto, a gente tem a proposta de instituir a política de atenção integral dos adolescentes e jovens, numa perspectiva de fortalecimento e ampliação da garantia de direito à saúde dessa população.

Assim, encerro a minha fala.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Sra. Caroline Ludmilla Bezerra, que, de forma muito tranquila – deu um pouquinho de tempo para a mesa ainda –, fez a defesa da sua visão no Ministério da Saúde. Meus cumprimentos.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Yuri Silva, Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial, representando a Ministra Anielle Franco, que esteve lá colada na Dandara. E eu fiquei junto, fiquei no meio das duas e fiquei grandão, me sentindo poderoso lá.

O SR. YURI SILVA (Para discursar.) – Bom dia a todos, todas e “todes”. Queria saudar toda a mesa, na figura do nosso Senador Paim, que, além de ocupar essa posição no Parlamento nacional, é, antes de tudo, um ativista histórico do nosso movimento negro em defesa das pautas daqueles que mais precisam. Muito nos orgulha pela sua atuação aqui, Senador. Quero parabenizá-lo pela iniciativa desta sessão em homenagem aos dez anos do Estatuto da Juventude. E saúdo a nossa Deputada Federal Dandara, que, além de aguerrida, é preciso reconhecer que tem uma qualidade especial, que é a qualidade da brilhante articulação política que empreendeu na última semana na Câmara para aprovação da Lei de Cotas. Não é só a força e a garra, é também o brilhantismo técnico do diálogo, Dandara, que permitiu que essa lei fosse



aprovada nos moldes que nós queríamos.

Queria aproveitar e saudar também o nosso Secretário Nacional da Juventude, o amigo Ronald Sorriso, e ao fazê-lo, saudar toda a equipe da Secretaria Nacional da Juventude, que, junto com o Ministério da Igualdade Racial, para o fortalecimento das políticas que já foram aqui listadas com muito brilhantismo, tem atuado nas caravanas participativas do Plano Juventude Negra Viva, como uma tarefa que compõe esse mosaico, Sorriso, dos nossos desafios da reconstrução da política de juventude no nosso país.

Saúdo a Secretária Nacional da Juventude adjunta Jessy Dayane e o nosso Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Marcus Barão, que também têm sido figuras à frente desse processo de reconstrução das políticas essenciais, para que a gente observe a diversidade das juventudes brasileiras, como o Sorriso trouxe na sua fala, mas também que a gente observe o desafio de apontar uma solução para a juventude brasileira que diga respeito, primeiro, à preservação da vida, tarefa essencial no que diz respeito à juventude negra, e depois o acesso ao direito. Não necessariamente nessa ordem, porque a gente sempre tem dito, Luci, no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Juventude Negra Viva, que inclusive se reúne hoje, à tarde, que não adianta nem só a vida sem direitos, nem adianta também acessar direitos e perder a vida.

Então, mesmo nós, que somos teoricamente jovens que chegaram a um lugar de poder e de elaboração de políticas públicas, ainda podemos, como jovens negros e negras, tomar todos os dias nas periferias dos locais onde ainda residimos ou em que nossas famílias residem.

Então, retomar os direitos da juventude e as políticas públicas nacionais tem sido um desafio nesse sentido, no sentido de observar essas diversidades, dizer que a juventude negra precisa ser prioridade nas políticas públicas, que as jovens mulheres negras precisam ser prioridade porque enfrentam duplamente a violação dos seus direitos por serem jovens, por serem mulheres, por serem negras e periféricas, por não terem acesso à saúde integral quando estão na ponta, por não terem acesso a diversos outros direitos.

A juventude quilombola, que enfrenta a dificuldade de lutar pelo território e ainda tentar sobreviver mediante as disputas empreendidas pelo agronegócio e pelo poder econômico, que tenta tirar o direito ao território dessa juventude... Por isso, irei, inclusive, nesta fala, saudar a SNJ por, além de construir junto conosco, do Ministério da Igualdade Racial, o Plano Juventude Negra Viva, estar empreendendo esforços no sentido de construir outros planos, como a retomada do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a retomada do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente e de outros planos que mostram a diversidade que a juventude tem, mas, sobretudo, o tamanho que a juventude tem na população brasileira – cerca de 25% dessa população. Portanto, não é possível reconstruir o Brasil sem olhar para essa juventude, para esse público, que não é o futuro do nosso país, é o presente, sobretudo na equação que a gente vive de envelhecimento da população do nosso país, que deve ter, por isso, essa juventude como o principal vetor da transmissão de conceitos democráticos, de conceitos voltados à preservação dos nossos direitos.

(Soa a campainha.)

O SR. YURI SILVA – Saúdo todas, “todes” e todos, mais uma vez, e digo que seguiremos juntos em defesa da vida da juventude negra e em defesa de um país que preserve a vida, mas garanta direitos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Queria agradecer muito a fala do Yuri Silva, Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial, que representou aqui a Ministra Anielle Franco com muita competência. Quero dizer a você, que representou a Ministra, que a Ministra Anielle teve um papel fundamental lá na política de cotas naquela noite. Eu estava lá, mas ela, com todo o brilho e aquela liderança, foi fundamental.



Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Está no Rio Grande do Sul, estou sabendo, está lá hoje.

Passo a palavra, neste momento, à Sra. Christiane Souza da Silva.

Ah, pessoal, me veio aqui a informação para a mesa de que os alunos que estão aqui são do Sesi, da escola Sesi de Sobradinho, 1º ano do ensino médio.

Nós queríamos dar a vocês todos uma grande salva de palmas, agradecer, porque eu sei que vocês têm um outro compromisso agora, às 11h, e têm que se deslocar para lá.

Então, uma salva de palmas a essa moçada, que é o futuro do país. (*Palmas.*)

O pessoal está pedindo que tirasse uma foto. Se vocês ficarem todos de pé aí – todos, todos, todos –, nós ficamos aqui em cima e você tira uma foto daqui para lá, para registrar a presença deles.

Vamos dar um passo ali na frente? (*Pausa.*)

Os que participaram da primeira mesa estão aqui ainda? (*Pausa.*)

Se puderem subir aqui só para tirarmos uma foto coletiva, em seguida nós continuamos. (*Pausa.*)
(*Palmas.*)

De imediato, passamos a palavra à Sra. Christiane Souza da Silva, Coordenadora da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério de Esportes.

O tempo é seu.

A SRA. CHRISTIANE SOUZA DA SILVA – Bom dia a todas, a todos e a “todes”. Queria começar cumprimentando o Senador Paim e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Christiane, você me dá um...

A SRA. CHRISTIANE SOUZA DA SILVA – Dou sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A falha foi minha.

Eu queria, com muito carinho, dar uma grande salva de palmas ao grupo de mulheres agricultoras familiares do Rio Grande do Sul, que estão, neste momento, nas galerias. Eu sei que muitas vieram para a Marcha das Margaridas. (*Palmas.*)

Parabéns!

Está um gaúcho aqui na Presidência – viu? –, graças a este Plenário. Eu estou de Presidente, a Dandara, que relatou a política de cotas, está aqui dando seu brilho a esta mesa belíssima aqui, com o compromisso com a nossa juventude.

Esta é uma sessão de homenagem à juventude brasileira, devido aos dez anos do Estatuto da Juventude.

Sejam todos bem-vindos. Sintam-se em casa.

Por favor, Christiane Souza da Silva, que é Coordenadora da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte.

A SRA. CHRISTIANE SOUZA DA SILVA (Para discursar.) – Obrigada, Senador Paim. Novamente, bom dia.

Queria cumprimentar e mandar um abraço aqui da Ministra para o senhor. Hoje é ela que completa ano, hoje a Ministra está fazendo aniversário. A gente celebrou a vida dela. (*Palmas.*)

A gente entende a importância que tem a juventude dentro da política pública, e a Ministra Ana Moser também não se refuta a isso, tanto que eu sou a mais jovem dentro do ministério e estou aqui



representando.

Hoje a gente comemora dez anos do estatuto e, assim como disse o nosso Secretário, o qual eu quero cumprimentar também, Ronaldo Sorriso; o Presidente do Conselho Nacional, Marcus Barão... Não poderia deixar de cumprimentar a minha Secretaria Nacional de Juventude, a qual me lidera dentro da juventude do PT, Nádia Garcia. É um orgulho muito grande estar aqui dividindo a trincheira com eles. (*Palmas.*)

Nesses últimos anos, fomos nós jovens que fomos mais atacados, assim como disse o Sorriso, porque, logo depois que a gente teve a aprovação do estatuto, a gente teve o golpe da Presidenta Dilma e, de lá para cá, a gente só teve retrocessos. A prova disso é que o Ministério do Esporte logo depois foi extinto, no último Governo, mas o Presidente Lula logo assumiu, e o principal ato dele foi este: recriar o ministério e, junto com ele, a SNJ, que vem trazendo políticas públicas lideradas pelo companheiro Sorriso, e, através dela, a gente tem pensado, juntas e juntos, várias ações para poder atender... A nossa Deputada Dandara tem feito esse papel brilhantemente também no Congresso Nacional, lá na Câmara Federal, para colocar a nossa juventude no local em que a gente deve estar, que é ocupando os espaços de poder, estando nos lugares em que a gente pretende estar.

No Ministério do Esporte, a gente tem hoje uma estratégia do futebol feminino sendo criada, que foi um decreto que o Presidente Lula assinou no dia 30 de março e que, hoje, dentro do Ministério, é uma das principais políticas que a gente tem, porque, depois que as mulheres passaram mais de 40 anos sendo proibidas, o Presidente Lula vem com a função de dar às mulheres... E aí a gente começa pela base, pelas crianças, pelos jovens, dando a eles a oportunidade, dando às meninas a oportunidade de terem as mesmas condições que os homens têm, para que a gente tenha em ascensão o número de meninas ocupando espaços que homens hoje ocupam, para que a gente tenha mais martas, mais formigas, mais cristianas, representando a nossa seleção.

Eu queria dizer aqui uma fala que eu sempre digo e que é um trecho da música de Gonzaguinha: “Eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão. Eu ponho fé é na fé da moçada, que não foge da fera e enfrenta o leão”.

Nós mostramos, encabeçando a campanha do Presidente Lula, que somos nós o futuro, mas, antes de tudo, somos o presente, e estamos presentes também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – À líder Christiane Souza da Silva, que é Coordenadora na Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, os meus cumprimentos. Leve o abraço do Congresso à Ministra, que está de aniversário hoje.

Passo a palavra, neste momento, à Sra. Estela Gonçalves, advogada e representante da Educafro. Frei David também está na tribuna neste momento, da Educafro.

A SRA. ESTELA GONÇALVES (Para discursar.) – Agradeço pelo convite de estar aqui. É uma honra e um prazer para mim, que sou uma jovem negra, estar vendo essa mesa composta. Vocês não têm ideia de o quanto é transformador estar aqui com vocês.

Eu me chamo Estela Gonçalves, tenho 26 anos, sou advogada, nascida e criada em Belém do Pará, no bairro do Guamá, a maior periferia da cidade. Hoje, vivo em Salvador, onde advogo, e o meu mestre de capoeira, o Mestre Renê Bittencourt, sempre traz para a gente o ensinamento de que a gente tem que fazer a avaliação.

Em agosto, o Estatuto da Juventude está completando dez anos, e eu fiz uma avaliação sobre a educação e a segurança garantida ou pelo menos almejada pelo estatuto. Com relação à educação, é inegável que os avanços são gigantescos. Hoje, a gente tem jovens negros que ingressam nas universidades federais, mas a gente ainda tem um problema muito grave com relação à educação de base – que ainda precisa ser muito melhorada –, mas sobretudo a educação superior vem sendo uma porta muito grande e



muito importante para a autoestima, para a melhora, para a evolução da juventude negra deste país.

Hoje eu fico muito feliz com a renovação da Lei de Cotas. O texto está redondinho, está muito bonito de ver, e a expectativa é de que a gente vá sempre melhorando até que chegue a um momento em que a gente não precise mais que as cotas existam.

Então, é fundamental a inovação de trazer à população quilombola essa otimização de: “Não, primeiro concorre na vaga de ampla concorrência e depois vai para a cota”. Esse é também um mecanismo muito importante que foi possível, porque nós estamos à frente; porque você estava lá, Dandara; porque a Maria do Rosário estava lá; porque a Anielle estava lá. Tenho certeza de que, aqui no Senado, com o senhor, Paim, essa lei vai ser renovada mais uma vez, e a gente vai ver ainda mais avanços. Espero que, daqui a dez anos, os resultados sejam 100% melhores.

E aí, agora, com o dedo na ferida – não é? –, falando um pouco da parte da segurança, que no art. 37 do estatuto é conferida à juventude, infelizmente eu não trago boas notícias. Acho que é de conhecimento de todos o massacre da juventude negra que acontece neste país, diariamente. Eu, como jovem que está na faixa etária que mais se mata no Brasil, me sinto extremamente angustiada, porque são meus amigos, são meus irmãos, são meus primos, e sempre é um processo de muito pavor. Em Salvador, por exemplo, a gente convive, diariamente, com um massacre a céu aberto. É uma polícia que infelizmente não está servindo à população, muito pelo contrário, está apenas exterminando, literalmente, a juventude negra.

Eu trouxe aqui alguns dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública que demonstram que – olha só – 83,1% das pessoas mortas pela Polícia Militar são negras, sendo 7,5% entre a faixa etária de 12 a 17 anos; 45,4% entre 18 e 24 anos; e 22,7% entre 25 e 29 anos. Ainda tem um dado, que para mim também é muito assustador, que é do Infopen, que traz que 56% da população carcerária brasileira está na faixa etária entre 18 e 29 anos, sendo que 21,5% da população total brasileira é composta pela juventude. Então, tem muito mais jovens – é bizarro, não é? –, é mais do que o dobro; tem mais jovens na cadeia do que na população total de brasileiros! Então, é um extermínio, Senador, que, quando não é da vida, é da liberdade, porque, quando você está preso, você definha...

(Soa a campainha.)

A SRA. ESTELA GONÇALVES – ... de pouquinho em pouquinho.

Então, só para concluir a minha fala, eu peço aqui que o Ministério Público enfrente essa questão. A gente está morrendo todo dia; os Ministérios Públicos dos estados não fazem nem um terço do que eles poderiam fazer. E peço também que, o quanto antes, as câmeras sejam implementadas nas fardas dos policiais militares. A gente precisa dessa medida – Jerônimo, cadê a câmera na farda dos policiais da Bahia? A gente precisa dessa implementação!

Para a juventude brasileira negra, em especial nortista e nordestina, eu digo que o futuro não demora, a gente vai vencer. Estamos vencendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Sra. Estela Gonçalves, advogada, líder e representante da Educafro.

Concedo a palavra agora à Sra. Lucilene Souza, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, representante aqui da Ministra Margareth Menezes.

A SRA. LUCILENE SOUZA (Para discursar.) – Bom dia a todas, todos e “todes”. Quero saudar a mesa na pessoa do Senador Paim, da Deputada Dandara. Quero parabenizar e dizer como é bom ter você, Dandara, também nessa luta pelas cotas. A Dandara, que é uma contemporânea do movimento estudantil. É muito bom a gente olhar para o lado e ver que nós chegamos aqui e estamos pautando a juventude brasileira.

Bom, eu trago um abraço da nossa Ministra Margareth Menezes, da nossa Secretaria dos Comitês,



Roberta Martins. Quero dizer que a pauta da juventude é uma pauta muito cara dentro do Ministério da Cultura. Gostaria também de fazer referência ao nosso Coordenador-Geral da Secretaria da Cidadania e Diversidade da Cultura, Rodrigo Dias, que é também do Ministério da Cultura, e está aqui comigo hoje. Quero saudar toda a SNJ, na figura do Secretário Nacional da Juventude, Ronald Sorriso, dizer como é bom ter essa SNJ de volta e reestruturada.

Bom, para nós do Ministério da Cultura, a gente, desde o primeiro Plano Juventude Viva, faz parte desse plano e o constrói com políticas públicas, culturais. Há a importância de a gente garantir, sim, que o nosso jovem viva, mas também que ele desfrute direitos, que ele tenha acesso às leis da cultura hoje que estão em pauta, como a Lei da Meia Entrada, também os editais da cultura, como com a Lei Paulo Gustavo, que é um grande descentralizador de recursos, que vai ter recurso em cada município, em cada estado desta Federação e também aqui no Distrito Federal.

E, para além disso, na própria Lei Paulo Gustavo, a gente está colocando a questão dos editais específicos para a juventude, para que ela possa, cada vez mais, disputar esses recursos e também tenha acesso para transformar o seu território, porque é para isto que a gente tem feito política hoje: para que o jovem possa transformar o seu território, para que a gente possa pavimentar as políticas públicas.

O Ministério da Cultura, que foi devastado no último período, hoje se reconstrói, assim como o Ministério do Esporte. Como a gente fala muito dentro do Ministério da Cultura, construir é muito bom, mas reconstruir dá muito trabalho, e a gente tem feito isso arduamente com as mãos. Lá na Secretaria da Cidadania, por exemplo, a gente vai ter um pontão específico para a juventude também, porque é isso, a gente precisa que a política cultural brasileira seja renovada e que ela seja segmentada por grandes anos.

A gente só consegue isso, se a gente apostar também na juventude, porque a juventude dá essa questão da continuidade das políticas públicas na ponta. A gente tem muito carinho em estar aqui hoje, nesta celebração do Estatuto da Juventude, entendendo que 10 anos ainda é muito pouco. Que ele consiga atingir a maioridade, que ele consiga se perpetuar pela política brasileira, que tenha mais avanços, que tenha também atualizações importantes.

A gente estava até pegando o capítulo que trata sobre o direito à cultura e a gente olha que ele é um capítulo redondo para 10 anos atrás, mas a gente precisa trazer mais avanços para dentro dele, como a segurança dos editais, por exemplo, que é algo de que a gente fala muito, lá no Ministério da Cultura, da importância de a juventude poder estar disputando, mas também estar colocando dentro das minutas e das especificações a importância da política de juventude.

Terminando a minha fala, não poderia deixar de saudar a União Nacional dos Estudantes – vejo aqui a nossa nova Vice-Presidenta, a Day, e também ali as meninas da executiva, Manu e a Pâmela. E quero dizer como é importante a gente ter um movimento estudantil organizado e revitalizado para pautar as transformações que a gente quer tanto no âmbito da política macro quanto também no âmbito da política cultural.

Deixo aqui a saudação para a Cuca, da UNE, que é uma experiência, uma ferramenta muito importante para a gente conseguir transformar a política cultural também dentro da universidade.

Bom, terminando a minha fala, não poderia deixar de citar o nosso Presidente Lula, que sempre diz que a juventude só perde a luta que ela não faz. E aqui eu vejo grandes companheiros, valorosos, que estão dispostos a lutar por uma política de juventude forte, chegando a cada território, a cada município do nosso Brasil. A gente tem um orgulho muito grande – nós, do Ministério da Cultura –: Oliveira dos Brejinhos vai receber recurso da Lei Paulo Gustavo. Que a gente possa ver Oliveira dos Brejinhos também recebendo uma Estação Juventude, um ponto Juve, e tendo cada vez mais espaço em todos os lugares do



nosso Brasil, que é muito grande.

É isso.

Um grande abraço da nossa Ministra.

Vamos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à líder Lucilene Souza, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, representante da Ministra Margareth Menezes.

Eu convido agora os meus amigos e amigas que estão nesta mesa a retornarem ao Plenário, porque nós vamos chamar a próxima mesa.

E gostaria, com muita alegria, neste momento, de cumprimentar essa delegação de agricultoras familiares do Rio Grande do Sul que estão nas galerias. Eu aqui estou presidindo, mas sou gaúcho, de todas as querências lá do estado, viu?

Uma salva de palmas para vocês, que estão fortalecendo a Marcha das Margaridas. (*Palmas.*)

Os hotéis de Brasília estão todos lotados, e algumas colegas de lá pedem para mim... Eu vou tentar à tarde. Se soubrem de alguma vaga de hotel, me avisem. Isso mostra a mobilização que elas estão fazendo. Não tem vaga em nenhum hotel.

Parabéns a vocês por estarem aqui assistindo ao debate do Estatuto da Juventude, lei que completa dez anos.

Convido agora para a terceira mesa... (*Pausa.*)

Gente, eu apresentei um projeto, colocando... Eu fui Relator do projeto da Deputada Maria do Rosário também, que inscreve no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* o nome de Margarida Alves. O Plenário deve votar na quarta-feira.

Parabéns também à líder desse movimento por essa iniciativa. (*Palmas.*)

Vamos para a terceira mesa.

Convidamos a Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira, Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. (*Palmas.*)

Convidamos também o Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais para a Juventude da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação. (*Palmas.*)

Convido ainda o Sr. Rodrigo Dias, Coordenador-Geral de Articulação da Cultura Viva da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, representando a Secretária Márcia Rollemburg.

Convido ainda a Sra. Daiane Araújo... (*Palmas.*)

... Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), nossa UNE, tão bem sempre representada.

Convido a minha querida amiga, que foi Prefeita de Alvorada, Deputada Estadual do Rio Grande do Sul, Deputada Stela Farias. (*Palmas.*)

Grande líder!

A SRA. STELA FARIAS (*Fora do microfone.*) – Prazer! Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O prazer é nosso!

De imediato, passo a palavra à Sra. Ana Maria Villa Real Ferreira, Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, lembrando que são cinco minutos para cada painelista.

A SRA. ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS (Para discursar.) – Bom dia



a todas, todos e “todes”. Quero fazer uma saudação especial, pedindo licença ao Deputado... Desculpe, ao Senador Paulo Paim – eu estou mais acostumada a que seja na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fiquei cinco mandatos lá; então, não tem problema. (*Risos.*)

A SRA. ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS – O senhor é um misto de tudo, não é, Senador?

Ao Senador Paulo Paim, para saudar a todas as autoridades presentes, Senadoras, Senadores, Parlamentares, nas pessoas de todos os jovens brasileiros, que são a razão de nós estarmos aqui hoje.

Eu acho que hoje é um dia de celebração, como todos dizem aqui. Eu não vou reiterar falas que já foram mencionadas. Eu acho que hoje é um dia de celebração, de celebrar a juventude, de celebrar o retorno do Brasil. O Brasil voltou, não é, gente? Com isso, voltaram a inclusão e as políticas públicas.

Mas eu queria externar uma preocupação. Já pude falar com o Secretário Magno Lavigne. Não sei se o Secretário Nacional da Juventude está aqui ainda... (*Pausa.*)

Está aqui presente. Então, eu gostaria de que o senhor ouvisse um pouco do meu desabafo, da minha preocupação em torno da aprendizagem profissional, do programa Jovem Aprendiz, que foi mencionado aqui, inclusive na fala do Dr. Gustavo Leal e na fala do Secretário do Ministério do Trabalho, Magno Lavigne – acho que também o Secretário Nacional mencionou o programa Jovem Aprendiz.

Estamos aqui, realmente, no Parlamento, no caso, na Câmara Federal, com uma discussão em torno do Estatuto do Aprendiz, mas é uma discussão que está nos preocupando, porque vai trazer retrocessos, vai enfraquecer a política.

Meu nome é Ana Maria, eu sou Coordenadora da Coordenadoria de Combate ao Trabalho Infantil do Ministério Público do Trabalho. E uma parte da juventude brasileira é atingida pelo trabalho infantil, que está exatamente concentrado na faixa etária entre 14 e 18 anos – sobretudo entre 15 e 18 anos. Então, a aprendizagem profissional foi concebida, no ano 2000, como uma política de combate à evasão escolar, como uma política de combate ao trabalho infantil, ou seja, de inserção protegida no mercado de trabalho, de qualificação profissional, e hoje o PL 6.461, de autoria de vários Deputados, mas sobretudo do Deputado Marco Bertaiolli, e também de relatoria do mesmo Deputado, se desenha como um PL preocupante, porque essa política, que é prioritária de adolescentes, conforme decreto que saiu, inclusive, este ano, neste novo Governo, pode desaparecer como uma política prioritária de adolescentes e pode haver ainda um elastecimento da faixa etária da aprendizagem profissional, ou seja, uma pessoa de 25, 26 anos fazendo aprendizagem profissional. Senador Paulo Paim, o senhor, que foi contra a reforma trabalhista, sabe, entende de precarização de relação de trabalho. Eu entendo, o Ministério Público do Trabalho entende que aumentar a faixa etária da aprendizagem profissional para jovens de até 29 anos é trazer precarização da relação de trabalho. Isso é a Carteira Verde e Amarela.

Então, existem conversas, discussões, negociações em torno do elastecimento da faixa etária da aprendizagem profissional e existem discussões em torno da redução da base de cálculo da aprendizagem profissional, e isso vai tirar vagas de adolescentes e jovens no mercado de trabalho e, sobretudo, apesar o Norte e o Nordeste, porque, quando você reduz as vagas, as empresas que estão cumprindo cota no Norte e no Nordeste vão cumprir menos cota. Isso significa menos adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

Eu queria saber o que o Estado brasileiro tem para os adolescentes que precisam trabalhar. A aprendizagem profissional veio em 2000, depois da emenda constitucional que aumentou a idade mínima do trabalho, no Brasil, de 14 para 16 anos. Então, ela veio com essa função, está lá no histórico do processo legislativo, não é um posicionamento do Ministério Público do Trabalho, está no histórico legislativo do PL que culminou na Lei 10.097, de 2000.

Então, eu quero trazer essa preocupação, e tem vários representantes do Governo aqui presentes,



sobretudo o Secretário Nacional de Juventude. Eu tenho certeza de que a defesa da aprendizagem profissional é uma bandeira também do Presidente Lula.

Nós temos aí o trabalho infantil no tráfico de drogas, que é visto sob a perspectiva meramente criminal, infracional. Qual é a solução para esses jovens que estão morrendo, sobretudo negros – sobretudo negros... E é bom eu salientar que 66% do trabalho infantil, no Brasil, atingem adolescentes negros, pretos e pardos. Qual é a solução que o Estado brasileiro tem para esses jovens?

Então, a aprendizagem profissional não pode... Ela foi concebida como uma política para adolescentes, depois houve o estabelecimento da faixa etária para 24 anos, mas ela não pode se tornar uma política de precarização de relação de trabalho e muito menos deixar de ser focada para adolescentes, porque é a única política que nós temos para adolescentes que estão em situação de trabalho infantil. É uma política de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Então, eu faço um apelo aqui a todos os representantes do Governo que estão presentes aqui – nós temos o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Presidência da República... – para que essa discussão em torno do PL 6.461, de 2019, que está na Câmara, não tome rumos perigosos, não enfraqueça a política, não acabe com a política, porque o que está se desenhando é o início do fim da aprendizagem profissional, e num governo...

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS – Já estou acabando, Senador.

E, num governo progressista, preocupado com a inclusão social, a gente não pode permitir esse retrocesso.

Então, hoje minha fala realmente é de desabafo, de externar uma preocupação.

Muito obrigada a todos, todas e “todes”. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Ana Maria Villa Real Ferreira, Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, pelo seu pronunciamento, fazendo alguns alertas do prejuízo que terá nossa juventude.

Eu registro a presença conosco do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Juventude, Sr. Gustavo Henrique Lobo da Gama. Seja bem-vindo. Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Até o momento, as delegações que vieram para as galerias eram do Rio Grande do Sul. Essa é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paraíba.

Então, meus cumprimentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rio Grande do Sul e Paraíba aqui presentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Minas.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ceará.

Vieram também para a Marcha das Margaridas, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também? (*Pausa.*)

Então, uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos aqui, os que vieram para conhecer e os que vieram para a Marcha das Margaridas, que prevê botar amanhã 100 mil mulheres aqui. Inclusive será recebida, é claro, uma delegação pelo Presidente Lula e vai ter uma atividade também aqui, neste Plenário. Parabéns a todos e todas.

Vamos agora passar a palavra para o Sr. Yann Evanovick Leitão, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais para a Juventude da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Aqui, o debate hoje é os dez anos do Estatuto da Juventude, uma lei que ajudamos a formular, e hoje estamos aqui fazendo uma análise de como está a situação da juventude, tanto como foco o Estatuto da Juventude.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO (Para discursar.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, Deputada Dandara. Feliz é o país que tem uma Dandara e um Paim, figuras que são simbólicas, emblemáticas da luta política brasileira, que têm lado. E isso é muito importante. Mesmo em um Governo de frente ampla, é preciso reafirmar: este é um Governo que tem lado.

Quiseram Deus e a vida, Senador Paim, que eu viesse falar aqui da tribuna onde a Presidenta Dilma veio fazer a sua defesa. Foi desta tribuna que a Presidenta Dilma veio fazer a sua defesa.

E o conjunto de pessoas e personagens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero confirmar: eu estava aqui, e foi desta tribuna que ela fez a defesa. Quando eu fui falar para fazer a defesa dela, eu fiz daquela tribuna. Foi um dia histórico e lamentável. Parabéns pela lembrança.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – Boa parte dos personagens que aqui estão são aqueles e aquelas que talvez não esperassem retornar, dado o que foram os últimos quatro anos. Pois nós voltamos, o Brasil voltou, o Ministério da Educação voltou! E nós estamos aqui para dizer que a juventude segue sendo a linha de frente do povo brasileiro! (*Palmas.*)

Quero aqui também cumprimentar o Secretário Ronald Sorriso, que representa também esse período de retomada, um jovem negro da periferia do Rio de Janeiro que é hoje Secretário Nacional de Juventude; e a Secretária Jessy Dayane. Cumprimentando toda a equipe da SNJ, cumprimento a chefe de gabinete, Layanne. Cumprimento o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Marcus Barão, assim cumprimentando todos os membros do Conselho Nacional de Juventude. Quero cumprimentar todos os ministérios aqui presentes na pessoa da Luci, do Ministério da Cultura, que tem torcida organizada, como vocês viram. E quero cumprimentar também a UNE na pessoa da sua Vice-Presidente, Daiane Araújo.

Eu acho que este não é só um momento simbólico, mas um momento de marco.

Eu sou da geração da conquista, assim como a Deputada Dandara, assim como o Sorriso. Nós somos da geração que veio muitas vezes para a Câmara e para o Senado. E eu fico muito feliz em estar hoje aqui representando o Ministério da Educação para celebrar esses dez anos de Estatuto da Juventude, esse estatuto que precisa ser atualizado logo, logo, porque nós estamos avançando nas conquistas. Tem uma conferência que vai promover toda essa discussão.

E lá, no âmbito do Ministério da Educação, é um compromisso nosso, é compromisso do Ministro



Camilo Santana, é compromisso da Secretária Zara Figueiredo, que cumprimenta aqui cada um e cada uma de vocês, manter as portas abertas à juventude brasileira.

O senhor sabe, Senador Paim, você sabe, Deputada Dandara, que, durante os últimos quatro anos – e não é retórica –, a juventude brasileira não entrou no Ministério da Educação. Pelo contrário! Houve alguns atos até de violência explícita na frente do Ministério da Educação quando a juventude brasileira procurou aquele ministério para dialogar, para conversar e para propor mudanças.

Nós, nesses últimos seis meses, já sete ou oito meses de Governo, temos procurado avançar. Retomamos a política de valorização do valor da merenda da escola. Fazia 13 anos que não se reajustava as bolsas de estudo deste país: elas foram retomadas. Estamos retomando um programa estratégico por que a nossa geração tanto lutou e que esteve aqui na fala do Ronald Sorriso, que é o Projovem: há duas semanas, o Ministro Camilo Santana assinou a prorrogação de utilização dos recursos do Projovem. Nós estamos retomando programas importantes como o Brasil Alfabetizado – nós ainda temos mais de 10 milhões de brasileiros e brasileiras que não sabem ler nem escrever. Infelizmente, esse programa praticamente deixou de existir no último Governo, e estamos retomando. Estamos retomando os diálogos no sentido das políticas afirmativas: no âmbito da Secadi, nós criamos já quase dez comissões que representam a volta da participação social.

Eu diria, Deputada Dandara – que é minha contemporânea de movimento estudantil, e é um orgulho para nós vê-la na tribuna da Câmara discursando e tão bem nos representando –, que os dez primeiros anos, esse primeiro ciclo das leis de cotas no nosso país, foram os ciclos que botaram a juventude negra para dentro da universidade.

(Soa a campainha.)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – E, graças ao seu relatório, nós vamos iniciar um novo ciclo, que é o ciclo de colocar os negros, as negras, os indígenas, os quilombolas para dentro da pós-graduação, para que também possam virar pós-graduados, mestrandos e doutores. Se Deus quiser – e há de querer –, Senador Paim, o senhor não terá dificuldade aqui para avançar nessa política.

Mas também quero aproveitar, junto aqui do Secretário Ronald Sorriso... Nós fizemos isto... Vou tomar uma água, porque a boca está secando. *(Pausa.)*

Nós fizemos isto nos Diálogos Amazônicos. Esse estatuto, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos lhe dar mais um minuto. Pode ficar tranquilo.

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – Obrigado, Senador.

Em relação a esse Estatuto da Juventude, que aqui o senhor imprimiu, já existe um compromisso da Secretaria Nacional de Juventude e do Ministério da Educação: nós vamos traduzir em mais quatro idiomas indígenas, para que os nossos povos originários também possam acessar esse documento. *(Palmas.)*

E que nós possamos fazer uma grande campanha...

(Soa a campainha.)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – ... de popularização desse instrumento, para que a juventude brasileira o conheça. Talvez, a nossa Conferência Nacional de Juventude possa ser esse palco de popularização desse estatuto, desse marco legal.

Por fim, Senador Paim, nós vamos daqui... Eu, que sou do Estado do Amazonas, não posso deixar de falar: nós vamos, daqui a um ano, dois anos praticamente, realizar uma COP na Amazônia, e a juventude brasileira está sendo chamada a fazer uma defesa da Amazônia e do clima. A Amazônia é do



povo brasileiro; a Amazônia, que está no território brasileiro, pertence ao povo brasileiro, e a juventude brasileira precisa colocar isso também na sua agenda central...

(Soa a campainha.)

O SR. YANN EVANOVICK LEITÃO FURTADO – ... que é a agenda exatamente da defesa da Amazônia e do clima.

Que nós possamos comemorar, cada vez mais, essas conquistas e avançar cada vez mais. E, para isso, é muito importante, Senador Paim e Deputada Dandara, fortalecer a Secretaria Nacional de Juventude, e em todos os ministérios nós termos espaços voltados para a juventude.

Muito obrigado.

Viva a juventude brasileira, viva o povo brasileiro e viva cada um e cada uma que insiste em sonhar!
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais para a Juventude da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Rodrigo Dias, Coordenador-Geral de Articulação da Cultura Viva da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

O SR. RODRIGO DIAS (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar a mesa na figura do Senador Paim, um sempre lutador e defensor da nossa democracia e das nossas instituições e que foi uma peça tão fundamental no último ciclo aqui no nosso Congresso Nacional.

Queria saudar também a Deputada Dandara e, na pessoa dela, todas as mulheres jovens que estão compondo essa plenária tão diversa de celebração dos dez anos do Estatuto da Juventude.

Queria dizer, Deputada Dandara, que, para mim, mais do que o arcabouço fiscal, mais do que a reforma tributária, um dos projetos de lei mais importantes que a gente aprovou nesta Casa, nesse último ciclo, foi a renovação da Lei de Cotas nas universidades, porque, se a gente está aqui tratando sobre Estatuto da Juventude – e aqui quero saudar o Secretário Sorriso, que tem feito um belíssimo trabalho à frente da Secretaria Nacional de Juventude –, a gente tem que saber de que juventude a gente está tratando. E a gente está tratando, em especial, no nosso país, da juventude negra, da juventude periférica, da juventude que é assolada dos seus direitos cotidianamente e para a qual, muitas vezes, a única cara do Estado que se faz presente é a cara do Estado repressor. E é justamente quando a gente fala de Estatuto da Juventude, quando a gente fala na retomada da Secretaria Nacional de Juventude como uma indutora das políticas públicas de juventude, é que a gente quer dar protagonismo à juventude não só a partir da ótica da repressão, mas a partir da ótica da promoção de direitos, a partir da ótica da inclusão. E não teve nada mais revolucionário, no nosso país, nos últimos anos, do que ver a configuração das nossas universidades mudando.

Eu, que venho de uma universidade federal, vi essa legislação sendo aplicada e eu vi como, de fato, isso mudou a realidade das universidades. E, mais do que isso, isso vai mudar a realidade da sociedade, porque a gente vai ter jovens negros, mestres, doutores, promotores de políticas públicas, promotores da ciência, enfim, o que representa, de fato, a diversidade neste nosso país.

Quero aqui fazer a minha saudação também em nome da Secretária Márcia Rollemburg, em nome da Ministra Márcia, ou da Ministra Margareth, perdão, e dizer que fomos incitados aí pela Secretaria Nacional de Juventude a pensar, obviamente, em todas as construções das nossas políticas públicas de cultura serem transversais e terem inclusas a questão da juventude. E é através desse movimento da secretaria que nós



estamos aí construindo editais, construindo políticas de fomento que tenham a juventude nesse centro.

Nós da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural lançaremos agora, ainda no primeiro dia de setembro agora, dois importantes editais que mostram o marco também da retomada do programa Cultura Viva, que é o programa de base comunitária do nosso ministério. E, nesse programa Cultura Viva, a gente tem muito bem expresso o protagonismo da juventude nessas políticas. Quando vamos lançar, em um desses editais, a presença de um pontão de cultura temático, como bem colocou a nossa companheira Luci, que se expressou tão bem sobre esse novo ciclo do Ministério da Cultura.

Mas teremos um pontão temático específico para a juventude, mas, mais do que isso, criaremos a política dos Agentes Cultura Viva, que é uma política que contará com jovens de 18 a 24 anos, que serão os promotores, os multiplicadores da Política Cultura Viva pelos territórios, pelas pontas, pelos mais diversos rincões desse nosso país.

O nosso objetivo no Ministério da Cultura...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO DIAS – ... e na Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural é que a cultura, de fato, tenha a sua efervescência nos territórios do nosso país e que o nosso ministério possa alcançar os mais de 5 mil municípios que a gente tem hoje no Brasil. Já conseguimos isso de forma muito efetiva e muito eficiente – quero aqui parabenizar a Secretaria dos Comitês, aqui tão bem representada – com a Lei Paulo Gustavo chegando a mais de 96%, 98% dos nossos municípios.

Temos esse nosso desafio agora com a Lei Aldir Blanc 2, que vai representar um investimento de 3 bilhões por ano, ao longo dos próximos cinco anos, na cultura.

Então a cultura, Senador, voltou: ela voltou viva, ela voltou com força e ela voltou também para ajudar que a nossa juventude negra periférica tenha o protagonismo merecido em nossa sociedade.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO DIAS – Muito obrigado e parabéns por esta belíssima sessão solene. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Rodrigo Dias. Rodrigo Dias, Coordenador-Geral de Articulação da Cultura Viva da Secretaria de Cidadania e Diversidade.

Permita-me, Rodrigo... Porque ele, inclusive, não concorreu nesse projeto da cultura Paulo Gustavo, o Senador Paulo Rocha. Paulo Rocha foi fundamental aqui no Senado. Paulo Rocha, eu sei que você hoje, se eu não me engano, é coordenador de um setor lá na Amazônia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Sudam – pronto. Sinto muita falta de você aqui, viu, Paulinho? Uma salva de palmas ao Paulo Rocha. (*Palmas.*)

Ele foi fundamental, ele foi líder da bancada e coordenou toda a mobilização aqui dentro do Senado. Naturalmente, com o apoio do Governo.

Eu queria chamar agora a Sra. Daiane Araújo, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes. Essa líder jovem, Daiane, foi eleita junto com a Manuella Mirella. A Manuella Mirella eleita Presidenta em julho, e você, Vice. Então, uma salva de palmas a você e também à grande Manuella Mirella. (*Palmas.*)

A SRA. DAIANE ARAÚJO (Para discursar.) – Bom dia, gente. Sou Daiane, como fui apresentada. Sou pernambucana, assim como Manuella Mirella. Estamos aí com essa bancada pernambucana na



diretoria da União Nacional dos Estudantes. E é com muita alegria chegar aqui e ver uma mesa tão bonita e repleta, foi renovando a terceira mesa e com uma presença muito marcante de jovens, pessoas jovens, mas pessoas que cumpriram, ao longo de sua juventude, papéis fundamentais na luta da juventude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você me dá um aparte?

A SRA. DAIANE ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou homenageado, mesa só de jovens... (*Risos.*)

... do longo dos meus 73! Muito obrigado, viu? (*Palmas.*)

A SRA. DAIANE ARAÚJO – Com certeza.

E que cumpriram um papel importante, não só nas suas organizações políticas, mobilizando desde a base, mas inclusive uma grande quantidade de pessoas que também esteve nesse lugar da luta com os estudantes do Movimento Estudantil. Acho que para nós, chegarmos aqui nesse espaço e nos reconhecermos também nas falas do lugar de onde viemos é muito importante, o que denota que o Movimento Estudantil, historicamente, cumpriu com o seu papel e que vem com muita responsabilidade também na renovação e na construção de um projeto de Brasil.

Então, eu queria saudar a mesa mais coletivamente em nome do Movimento Estudantil; saudar também a SNJ, nas pessoas de Jessy e Ronald Sorriso, que também representam essa juventude aguerrida, que vem da luta dos movimentos sociais e da luta estudantil; e saudar muito especialmente também as companheiras da União Nacional dos Estudantes e as meninas e mulheres camponesas que já estão em Brasília para construir, nos próximos dois dias, a Marcha das Margaridas, que tem um papel importantíssimo também na luta feminista e na organização das mulheres camponesas. (*Palmas.*)

Acho que hoje chegar aqui e comemorar os dez anos do Estatuto da Juventude para nós é muito especial. A gente vem com a semana inteira de juventude, aniversário também de 86 anos da União Nacional dos Estudantes, Dia do Estudante, dia de mobilização e comemoração, mas que agora tem um marco político muito importante.

Nos últimos dez anos, para mim, me organizei no Movimento Estudantil, entrei na luta social já em um período de muita retirada de direitos. Entrei na universidade, golpe da Presidenta Dilma, sonhando em fazer intercâmbio, sonhando em acessar diversas conquistas, mas a nossa luta foi sempre de ir para as ruas e se defender do que estava sendo retirado de nós. E acho que este momento agora é um momento muito especial, porque ele representa uma retomada da construção da democracia brasileira, uma retomada da possibilidade de a gente conquistar, mas, acima de tudo, de a gente conquistar, a partir de uma construção coletiva e participativa, esses direitos que são tão fundamentais para a vida da juventude.

E a juventude, que teve um protagonismo fundamental também no último período de enfrentamento à extrema-direita, de enfrentamento ao neofascismo, agora tem se colocado no compromisso de reconstruir o nosso país com muita organização e mobilização, mas também com muita responsabilidade e entendimento de que o povo brasileiro é soberano e a juventude tem um papel fundamental nesse sentido.

Então, acho que este aniversário de dez anos se coloca num momento muito especial, que é de reconhecimento do papel que a juventude cumpriu no último período, mas, sobretudo, de colocar o compromisso que a juventude brasileira tem neste momento, que é de reconstruir o nosso país com muita capacidade política também.

Acho que também devemos trazer aqui os desafios que estão colocados para nós. Se hoje a gente tem esperança na reconstrução, se a gente se coloca como motor desse processo de reconstrução de um Brasil soberano, a gente sabe que a gente tem diversos desafios para a construção de uma vida digna para a juventude. A gente quer enfrentar a fome. Para muitos de nós, hoje, a comida que tem é a merenda



escolar ou muitas vezes a merenda escolar nem é colocada no dia a dia dos estudantes. A gente está num país que voltou para o Mapa da Fome, mas também num país que está com a margem de subemprego gigantíssima, a juventude colocada no trabalho uberizado, precarizado, que é absurdo.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAIANE ARAÚJO – E acho que pensar a vida da juventude digna – acho muito importante ter trazido aqui representação de diferentes ministérios – é pensar que nós queremos ter direito à saúde, queremos ter direito à educação, queremos ter direito à moradia, à comida e à vida digna, mas, acima de tudo, a gente quer ter o direito a ir e vir na cidade sem a preocupação de ser violentada ou assassinada, por ocupar um espaço de marginalidade na sociedade. A gente quer ter direito ao bem viver, a gente quer ter direito a andar com tranquilidade na sociedade.

Acho que, por fim, para concluir, queria também saudar especialmente a Deputada Dandara e trazer a alegria que foi ver nessa semana a aprovação da manutenção, mas também do aperfeiçoamento da política de cotas. Essa política foi fundamental, talvez uma das maiores políticas de inclusão social que o nosso país já teve.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAIANE ARAÚJO – Se hoje a gente olha e vê pessoas representando em diversas dimensões, seja na secretaria, seja no Parlamento, seja na União Nacional dos Estudantes, pessoas pretas, indígenas e quilombolas, a política de cotas imprimiu um papel fundamental na transformação dessa representação na política.

Mas acho que a gente tem um avanço que é muito fundamental nesse momento, que é conseguir aliar a política de inserção nas universidades com a política de permanência estudantil. O nosso principal desafio hoje é fazer com que os estudantes entrem e se formem com qualidade.

E, por isso, tenho muita confiança de que você, Paim, também vai cumprir aí com um papel fundamental. Conte com o conjunto dos estudantes, porque essa política é fruto da mobilização estudantil, da mobilização do movimento negro e a gente vai continuar mobilizado para que mais de nós entrem e possam se formar na universidade, na pós-graduação e também entrar em outros espaços da sociedade brasileira.

Então, muito obrigada. Os estudantes estão juntos aí na reconstrução do país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daiane Araújo, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), com o brilhantismo de sempre.

Agora, para encerrar a nossa atividade de hoje, concedo a palavra à minha querida amiga, líder, Deputada Estadual do Rio Grande do Sul, Stela Farias. (*Palmas.*)

O tempo é seu, querida Deputada, que já foi Prefeita por mais de uma vez em Alvorada.

A SRA. STELA FARIAZ (Para discursar.) – Muito bom dia a todos, a todas e a “todes”. É um enorme prazer estar aqui.

Fui surpreendida, gratificadamente surpreendida, pelo meu Senador gaúcho, Senador Paim, me convidando e me dando oportunidade, primeiro, de estar aqui. É um presente estar aqui prestigiando o Senador Paim; a Dandara, minha querida Deputada Federal; a todos e todas da mesa, que aqui representam várias facetas deste Governo que voltou; e a todos que já também se pronunciaram e a todas que se pronunciaram e que trazem desde, eu diria assim, do testemunho da luta do movimento social, passando também pelo testemunho de quem esteve governando, construiu esse estatuto, aprovou esse estatuto, logo em seguida teve o golpe, e agora ele renasce. Porque eu penso que o que nós estamos aqui hoje fazendo é o



renascimento do estatuto, Senador, de que tu foste o Relator, que tão brilhantemente produziu e construiu essa peça fundamental na história da nossa juventude brasileira.

Quero dizer que eu venho de uma cidade que é a mais periférica da região metropolitana de Porto Alegre. A minha cidade é Alvorada, é uma cidade que tem praticamente 58% da sua população negra e que tem também uma maioria de população jovem, periférica. Nós somos a cidade que está em 41º lugar em violência no país; já estivemos na sexta colocação, hoje caímos para a 41ª. Mas, junto com o município de Rio Grande, somos os dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul que são penalizados pelos mais altos índices de violência. Violência essa que, com certeza, é contra a nossa juventude negra, violência essa que não garante ainda tudo aquilo que nós já conquistamos aqui no estatuto, mas que ainda precisa ser efetivado.

E a nossa expectativa – não é, Senador Paim? –, e que bom que está aqui no renascimento, prestigiando o renascimento do nosso estatuto, a nossa expectativa, como periférica, como uma professora estadual, que hoje entrou no quinto mandato de Deputada Estadual, mas já me preparando mais uma vez, devo concorrer o ano que vem, em nome do meu partido, a Prefeita mais uma vez daquela nossa cidade... E, por estar também sempre junto com a nossa população da região metropolitana, conhecer e ver muito do sofrimento particular e especialmente da nossa juventude, e da nossa juventude periférica e negra, eu digo: nós precisamos mesmo, muito ainda, efetivar a construção dessa caminhada. Que o estatuto saia cada vez mais do papel, não é, Senador Paim? Que o estatuto, cada vez mais, se transforme numa vida, na vida do nosso povo brasileiro, da nossa sociedade.

Parabéns! Parabéns a vocês todos que construíram a muitas, a milhares de mãos, e que hoje estão aqui trazendo de volta para nós essa que é, na minha opinião, uma das mais importantes ferramentas que nós temos para a igualdade e para garantir a democracia no nosso Brasil!

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade.

Um grande abraço a cada um e a cada uma.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns à grande líder do Estado, a Deputada Stela Farias, que faz um pronunciamento demonstrando que nós estamos reconstruindo o país. O Estatuto da Juventude volta, como ela diz, com toda força, como volta o da pessoa com deficiência, como volta o da igualdade racial, como volta o do idoso, como volta o da criança e do adolescente. Com essa síntese que você fez, esses estatutos todos, eu votei, quando era Deputado – ou fui autor ou Relator aqui no Congresso.

É com muita alegria que eu vou ter que encerrar a reunião, que já cumpriu todos os objetivos, mas quero destacar também que, de fato, o Governo Lula voltou – voltou! Só neste dia de hoje, tivemos aqui cinco ministérios presentes, inclusive um representante da Presidência da República. Então, voltamos, de fato. (*Palmas.*)

Estamos aqui e voltamos para ficar, como disse a Presidenta Dilma.

Amigos, cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço a todos que nos honraram com a sua participação.

Vida longa à juventude brasileira! Vida longa ao Governo Lula! Vida longa à democracia! (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 26 minutos.*)



Ata da 103^a Sessão, Não Deliberativa,
em 14 de agosto de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mecias de Jesus e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 35 minutos e encerra-se às 15 horas e 43 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS)

- RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Passamos à lista de oradores.

Na lista de oradores, o nosso querido amigo Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Ouço V. Exa. com muito prazer, Senador Paim. V. Exa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.)

– Muito obrigado, Presidente Mecias de Jesus. Eu agradeço muito V. Exa. estar abrindo a sessão numa segunda-feira à tarde, quando poucos podem. Mas V. Exa. fez um esforço e está aqui. Todas as vezes que precisamos, V. Exa. é parceiro. Muito obrigado.

Agradeço também ao Senador Girão, que deu quórum para esta sessão ser aberta.

Presidente, eu quero falar um pouco hoje do que vai acontecer aqui, em Brasília, amanhã.

Amanhã nós teremos a Marcha das Margaridas 2023.

Inicia-se aqui, em Brasília, a 7ª Edição da Marcha das Margaridas. São aguardadas mais de cem mulheres – pelo menos os hotéis estão todos lotados, porque amigas do Rio Grande do Sul que vêm para cá estão procurando local e estão com uma enorme dificuldade.

Essa atividade é da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – é liderada pela Contag –, federações e sindicatos, além de apoio da CUT, da CTB e da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Esse evento é realizado desde o ano 2000, a cada quatro anos. É considerada a maior mobilização de mulheres do campo e das cidades da América Latina.

Participam campesinas, quilombolas, indígenas, cirandeiras, agricultoras familiares, quebradeiras de coco, pescadoras, marisqueiras, ribeirinhas, extrativistas, sindicalistas de todo o Brasil.

O nome dessa marcha é uma homenagem à Margarida Alves, líder sindical assassinada por defender os direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, por denunciar injustiça, por lutar por dignidade.

Nos dias 15 e 16 de agosto, os bons ventos soprarão sobre Brasília. Estarão entre nós, numa incansável resistência, por políticas públicas que melhorem a vida de quem trabalha no campo, das agricultoras e agricultores, como já repeti aqui, resistindo contra todo tipo de retrocesso, contra racismo, preconceitos, discriminação, exigindo o fim da violência contra as mulheres, contra o feminicídio, defendendo os direitos humanos, o meio ambiente e a natureza.

Nessa marcha, nesse encontro, nesse pulsar de vidas, somos todos e todas Margaridas!

A Coordenadora-Geral da marcha se chama Mazé Moraes. Ela destaca a união entre mulheres urbanas e rurais nessa longa caminhada, buscando um país onde todos e todas as mulheres sejam respeitadas e ocupem espaços de poder e decisão – todos e todas porque a marcha é delas, elas lideram, mas os homens apoiam. E é o que estou fazendo neste momento.

Com o lema de 2023, “Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”, a marcha reivindica: democracia participativa e soberania popular; poder e participação política das mulheres; vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexism; autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; proteção da natureza, com justiça ambiental e climática; autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios (territórios costeiros, influenciados pela maré); direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns; vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica; inclusão produtiva; trabalho e renda; saúde, previdência e assistência



social pública, universal e solidária; educação pública não sexista e antirracista e direito à educação no campo e na cidade; universalização do acesso à internet e inclusão digital.

Muitas vezes, as filhas de camponeses, de colonos, de agricultores familiares, têm que se deslocar para a cidade para fazer a universidade, por isso que falamos em defesa das mulheres no campo e na cidade.

Entre os projetos de lei que fortalecem a vida das mulheres, que estão na pauta da marcha, cito: PL nº 6.856/2013, que inclui grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar; PL nº 131/2020 sobre reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais, quilombolas e pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial.

A reforma tributária em debate no Congresso deve ser solidária, justa e sustentável – nós falamos e acho importante que eles também falem na mesma toada –, que simplifique os impostos e enfrente a regressividade do sistema; que incida sobre a renda dos mais ricos e desonere os mais pobres, invertendo a lógica dos impostos vigentes.

Sobre a questão trabalhista: resgatar direitos e corrigir falhas que têm estimulado a precarização das condições de trabalho no campo (informalidade e terceirização fraudulenta), entre outros.

Lembro que estamos tratando desse assunto no novo Estatuto do Trabalho, a CLT do século XXI, do qual sou o Relator, e estamos viajando pelos estados. Agora, no dia 29, vai ser em Santa Catarina.

Esse é um debate que está tramitando na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, com a participação de juristas de todas as matrizes, de empresários, de trabalhadores, daqueles que querem atualizar a CLT, garantindo os direitos legítimos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Atualmente, no Brasil, as mulheres não apenas observam, mas também desempenham papéis centrais na construção de um novo futuro para o país. Excluir as mulheres dos debates, das discussões e das decisões nacionais é uma atitude machista e atrasada, que nega as mudanças essenciais de que necessitamos. É crucial honrá-las, reconhecendo que todos somos iguais e possuímos os mesmos direitos.

Margarida Alves, sua luta perdura. Seus sonhos e ideais traçam novas trajetórias. Representamos sua voz, por vezes em silêncio, outras vezes restringida, e muitas vezes entoada pelos cantos do país, nos campos e nas florestas, nos rios, nas montanhas, nas periferias, nas cidades, sob a serena luz da vida, da dignidade humana.

Margarida Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, na Paraíba, em uma família de trabalhadores rurais.

Em 1963, ela e seu companheiro Aluízio Alves fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, buscando unir os camponeses em torno de suas reivindicações por melhores condições de trabalho, acesso à terra e qualidade de vida.

Após o assassinato do seu companheiro, Aluízio Alves, ela, Margarida, assumiu a Presidência do sindicato, desempenhando um belo trabalho, combativa, resistente, corajosa e muito competente. Por isso ela foi assassinada.

Margarida Alves defendia a contratação com carteira assinada. É simples, simples assim. Trabalho tem que ser regulamentado.

O pagamento do 13º era um dos motivos por que alguns não gostavam dela e, por isso, mandaram matá-la.

O direito dos trabalhadores de cultivar suas terras e o fim do trabalho escravo, o fim do trabalho infantil no corte de cana, ela lutava contra isso. Ela queria políticas humanitárias. Ela queria direitos e deveres para o empregado e o empregador. Foi incansável para que os filhos dos trabalhadores tivessem acesso à educação. Ela era daquelas que dizia – e nós todos vamos, da mesma forma, dizer sempre – que a



educação liberta. Inclusive, ela criou um programa de alfabetização ajudando as pessoas a ler e escrever.

Em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, nós a perdemos. Ela foi covardemente assassinada por matadores de aluguel.

Quero destacar aqui que o Projeto de Lei nº 63, de 2018, registra no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves, a brasileira que inspirou e que, de uma forma ou de outra, lidera, embora esteja morta, a Marcha das Margaridas. Ela é a grande inspiração desses milhares, milhões de mulheres.

Quero destacar que esse projeto, que garante a Margarida Alves estar no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, é de autoria da nobre e querida Deputada Federal Maria do Rosário. Eu fui encarregado de ser o Relator desse projeto no Senado. Assim o fiz, e dei o parecer favorável lá na Comissão de Educação do Senado. Agradeço já ao Senador Flávio Arns, que me incumbiu dessa missão de dar o parecer favorável. O parecer foi dado, foi aprovado e se encontra neste Plenário.

Falamos com o Presidente Rodrigo Pacheco, e ele nos adiantou que a vontade dos milhões de Margaridas é que esse projeto seja aprovado no dia 15 ou 16, que é o dia do evento aqui em Brasília. E o Presidente Rodrigo Pacheco anunciou a nós hoje, pela manhã, que o projeto estará na pauta de quarta-feira. Então, estamos tristes por um lado, pela situação da violência contra as mulheres... Aqui estamos tratando principalmente da área rural, mas também da urbana. O projeto está pronto para ser votado por todos os membros deste Plenário, Senadores e Senadoras. Ele está na pauta dessa quarta-feira.

Sei que teremos aqui, amanhã, Presidente, às 9h, neste Plenário, e já adianto meu pronunciamento, uma sessão em homenagem a Margarida Alves, em homenagem a essas 100 mil mulheres que vieram de muito longe, muitas de ônibus, algumas, sim, de avião, outras vieram de locais mais próximos de carro, e outras tantas vão se deslocar a pé até aqui, em frente ao Congresso Nacional, nesse dia que é marcado por essa grande mobilização de quatro em quatro anos.

Eu mesmo, dentro do possível, tenho tentado apontar caminhos para aquelas que não conseguiram espaço para ficar, principalmente terça à noite e quarta à noite, já que na quinta-feira, pela manhã, elas retornam para os seus estados.

Eu queria já aqui, nesses três minutos que ainda tenho, Presidente, só dizer que tenho certeza de que será um grande evento. Elas serão recebidas pelo Presidente Lula, serão recebidas aqui, claro – é uma comissão de em torno de 120 mulheres, foi o que me informaram –, amanhã pela manhã, às 9h. E, depois dessa missão cumprida, do ato realizado, visitando as autoridades, na quinta pela manhã elas começam a voltar a seus estados de origem, enfrentando muitas uma triste realidade.

Vou dar um exemplo no meu Rio Grande de como o clima está mudando: tivemos seis meses de muita chuva e tivemos seis meses de seca total. Cidades, recentemente, ficaram quase submersas, principalmente as pequenas cidades no interior do estado – calcule a lavoura como não ficou, como ficou a plantação deles. E, no outro período, seca total, que obrigou muitos a soltar os seus animais – por exemplo, as vacas, porque lá é muito forte a produção de leite –, soltar as vacas na estrada para elas procurarem água, pasto, porque não queriam vê-las morrer se aproximando somente do espaço onde ficava o curral, como assim é dito. Então, momentos difíceis, de muita luta. O Governo tem ajudado já com investimento para combater a seca e, pelo outro lado, no outro período, combater as enchentes, assim esperamos que a gente consiga atravessar este momento difícil.

Sejam bem-vindas, Margaridas de todo o Brasil! (*Manifestação de emoção.*)

Podem crer que nós amamos todas vocês. Boa luta, bom combate, boa caminhada! Vocês merecem, como eu disse já uma vez, palmas de pé por onde passarem. Estaremos aqui amanhã; falamos hoje, mas estaremos ali, sentadinhos, batendo palmas...



(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para vocês.

Obrigado, Presidente.

Foi bom que a campanha tocou, viu? Áí deu um corte aqui. Porque se emocionar, tudo bem, mas não pode passar do limite, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para apartear.) – Senador Paim, nós entendemos a sua emoção. Quero me juntar a V. Exa. neste momento. Estarei aqui também presente para prestigiar as Margaridas. Que todas sejam bem-vindas! V. Exa. sempre traz à tribuna desta Casa algo que é merecedor do nosso apoio e do nosso aplauso.

E V. Exa. falou agora também da questão do clima lá no período chuvoso. No meu Estado de Roraima, nós temos... O período chuvoso lá é muito intenso, nós chamamos lá de inverno, que é o período de chuva. Em Roraima, nós temos o nosso inverno – são chuvas fortes, torrenciais – e temos também a influência do período chuvoso, do inverno do Estado do Amazonas, com o qual nós fazemos fronteira, e do Estado do Pará. Portanto, Roraima praticamente vive três invernos seguidos em função da influência do Estado do Pará e do Estado do Amazonas.

Por incrível que pareça, sobre essa seca que está sendo anunciada no mundo inteiro – vários países no mundo estão anunciando a maior seca dos últimos anos –, os órgãos ambientais e que cuidam do clima já anunciam que Roraima poderá ter a maior seca dos últimos cem anos. Portanto, nós já deixamos isso aqui como alerta para pedir ao Governo Federal que auxilie o Governo do Estado e as prefeituras municipais para reduzir, diminuir o sofrimento que certamente será grande para a população roraimense.

Parabéns a V. Exa. e muito obrigado pelo aparte!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

Seu nome ajuda muito: Jesus. Que Jesus ilumine as Margaridas!

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, Senador Paim.

Passamos agora a ouvir o eminente Senador do Ceará, meu parceiro e amigo Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu Presidente desta sessão, Senador Mecias de Jesus. Mais uma vez lhe agradeço pelo compromisso de abrir a sessão diariamente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, visitantes aqui na galeria – sejam muito bem-vindos! –, assessores, brasileiras e brasileiros que nos acompanham agora pelo trabalho sempre muito cuidadoso da equipe da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado, eu subo a esta tribuna nesta tarde de segunda-feira desejando, em primeiro lugar, uma semana iluminada, uma semana de bênçãos para todos os brasileiros.

Mas temos que cumprir aqui o nosso dever de entregar a verdade sobre o que está acontecendo no nosso país, que tem um histórico bonito, redentor, de defesa das liberdades, da liberdade de expressão, por exemplo, em relação à qual hoje nós estamos profundamente ameaçados, o que assusta os nossos filhos e netos.

Vocês acham que a gente tem democracia mesmo no Brasil hoje? Pararam para pensar sobre aquela teoria do sapo na panela quente, cuja temperatura vai aumentando, aumentando, e ele nem percebe que está morrendo? É isso que a gente tem visto a partir do tolhimento, especialmente por parte da nossa Corte Suprema, da livre opinião no Brasil. Quem pensa de forma diferente do sistema está sendo caçado



implacavelmente. São fatos – são fatos.

Eu quero falar sobre, no meu modo de entender, o golpe de misericórdia que aconteceu na última sexta-feira. O brasileiro precisa entender sobre a gravidade da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal com relação a um julgamento que começou em 2020, de uma ação de calúnia e difamação movida pelo Deputado Federal Zarattini, do PT, de São Paulo, contra o jornal *O Diário de Pernambuco*, lá do Nordeste, do nosso Nordeste.

Aqui eu tenho que recorrer, Sr. Presidente, já que não podemos recorrer da decisão do todo-poderoso Supremo, a Ruy Barbosa, o patrono deste Plenário, quando ele fala, de forma muito sábia, entre tantas outras manifestações desse grande brasileiro, baiano, também do Nordeste, quando ele diz que a pior das ditaduras é a ditadura do Judiciário, porque contra ela não se tem a quem recorrer. E desse julgamento vergonhoso feito pelo Supremo Tribunal Federal que eu vou falar aqui, nós só temos um caminho, que é denunciar internacionalmente, para que o mundo veja o que está acontecendo aqui no Brasil.

Os homens de bem, pelo menos a maioria da população, que não tenho dúvida de que são pessoas trabalhadoras, honradas, que ralam para ganhar o seu pão de cada dia para levar para casa, que muitas vezes não têm tempo para se manifestar sobre esses abusos que estão acontecendo, por isso nos colocaram aqui e esperam de nós Senadores um posicionamento... A maioria ainda não se deu conta do que está acontecendo com a nossa nação, com este país maravilhoso que é o Brasil. Pois bem, com um valor, um princípio conquistado com muito suor, sofrimento, lágrimas e, às vezes, até sangue, que é o direito de liberdade de expressão, estão liquidando, intimidando pessoas que criticam o sistema.

Olhe só o que foi que aconteceu nesse julgamento no STF, porque ele tinha sido interrompido em 2020, devido ao pedido de vista do Ministro Alexandre de Moraes, e só agora concluído, após a definição de seu voto, seguido por oito Ministros, vem um desfecho trágico. Só se posicionaram contra o Ministro Marco Aurélio, já aposentado, e a Ministra Rosa Weber, que se aposenta este ano. Olhe o que diz o voto do Ministro Moraes, fere, quero já adiantar, de morte a liberdade de imprensa. Eis a síntese da decisão, abro aspas: “Os meios de comunicação podem ser responsabilizados por injúrias, calúnias e difamações ditas por um entrevistado”.

Segundo o voto, não se trata de censura prévia, mas da possibilidade da análise posterior e consequente responsabilização por transmitir informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas ou mentirosas.

Ora, brasileiro, brasileira, do jeito que a Justiça hoje... A gente está vendo a quantidade de arbitrariedades, de usurpação da competência nossa aqui também, soltando pessoas com 400 anos de prisão decretada, como o Governador do Rio de Janeiro; prendendo quem ousa enfrentar o sistema; cassando mandatos, como Deltan Dallagnol, por exemplo, entre tantos outros; com jornalistas tendo rede social bloqueada, tendo contas bancárias congeladas e tendo passaporte retido, algo que só acontecia na época do nazismo – passaporte retido é uma medida extrema da extrema. Esse é o Brasil que a gente está vivendo hoje, o caos institucional de insegurança jurídica, porque um Poder esmaga os demais Poderes.

Aí, eu lhe pergunto: um discurso como esse que eu estou fazendo aqui pode ser interpretado como ato antidemocrático? Se eu for convidado a ir para uma entrevista... Porque eu acho que os veículos vão pensar duas vezes em chamar até Parlamentares, dirá outros agentes de uma sociedade, mas vamos tirar aqui por mim, que procuro colocar com respeito, mas procuro colocar a verdade do que eu estou vendo acontecer com o Brasil. Vocês acham que um veículo vai me chamar para dar entrevista ainda? Eu, que faço questionamentos, que aponto abusos?

É exatamente isso que está por trás, no meu modo de entender, dessa decisão. Liquida a oposição, porque vai intimidar os poucos veículos brasileiros de imprensa que hoje são independentes ou que têm uma vertente, por exemplo, de direita, conservadora. Será que ele vai se arriscar nessa insegurança jurídica,



em que 11 pessoas fazem e desfazem da maneira como querem?

Olha, eu fiquei estupefato com essa decisão, confesso para vocês, porque, eu já disse hoje, a gente vive, no meu modo de entender, num regime... Democracia no Brasil está em frangalhos, é uma pseudodemocracia. Então, essa intimidação, típica de uma ditadura, excluirá, sim, a oposição. É o começo do fim, o golpe de misericórdia ali.

Em resumo, o STF acaba de dar mais um passo para a consolidação de uma ditadura brasileira que não se dá mais com nenhum golpe militar, mas, sim, com o abuso de autoridade do Poder Judiciário.

A partir de agora, todos os meios de comunicação vão passar a tomar medidas prévias, restritivas, quando o entrevistado for alguém que ouse se posicionar contra o sistema dominante.

Será que as entrevistas agora vão ter que ser gravadas para o entrevistado, que está ali combatendo o bom combate, defendendo a população, defendendo a liberdade de expressão, direito basilar? Se ele falar alguma coisa, a emissora, por receio, vai ser corresponsável, vai dizer: "Não, vamos entrevistar aqui". Vai entrevistar ainda? Vai. "Então, vamos fazer uma entrevista gravada". Aí começam os cortes. Que loucura é essa que está acontecendo no Brasil?

Eu estou estudando com a minha equipe que medidas poderão ser tomadas para anular os efeitos dessa decisão, que, pelo que a gente pôde ver no final de semana, como disse o nosso Ruy Barbosa, são poucas as alternativas que a gente tem. Talvez só denúncia internacional para pedir socorro ao mundo, que acha que o Brasil tem democracia, ainda mais no alinhamento cada vez mais ideológico, politiqueiro do Governo Federal com a nossa Corte Suprema, por posicionamentos sobre aborto, droga, porque o Supremo não respeita a nossa prerrogativa. Todo mundo já está sabendo disso.

Olha, Sr. Presidente, eu acho que só está faltando agora, depois dessa, o PL da censura passar, porque o próprio Ministro da Justiça disse que, se o Congresso não colocar a espada na nossa cabeça... Ainda está, há meses, com esse PL da censura. Só falta o Ministro cumprir o que ele falou: "Se o Congresso não fizer, nós vamos fazer, por uma medida do Executivo". Ou então o STF, que, naquela mesma semana, falou a mesma coisa: que, se o Congresso não fizer, essa medida pode ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Ou seja, se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Essa é a ameaça feita ao Congresso Nacional a Parlamentares que foram eleitos pelo povo para defender seus valores e princípios. Olha o alinhamento dos dois Poderes!

Essa construção de uma nova ditadura teve início ainda em 2019, quando o STF mudou o entendimento dado, três anos antes, acabando com a prisão em segunda instância, que é um anseio do brasileiro. O brasileiro é correto em seu DNA, quer que quem errou seja punido, e o STF acaba com a prisão em segunda instância, que ele já tinha decidido. O vento mudou, situações políticas, e ele acaba com a prisão em segunda instância para, no dia seguinte, decidir pela libertação de Lula, liberação da cadeia, de ter sido condenado, em três instâncias, a 12 anos de prisão por ter liderado o maior esquema de corrupção da história do Brasil.

O segundo passo ocorre também em 2019, com o início do famigerado inquérito das *fake news*, em que um único ministro acusa, investiga, julga e condena, sem direito a nenhum recurso de apelação, fatos sem precedentes no arcabouço jurídico brasileiro. É uma espada na cabeça que não tem fim, um desrespeito contínuo à nossa Constituição. A partir desse inquérito abusivo, que já dura mais de quatro anos, tem acontecido uma perseguição política implacável na nação brasileira. Artistas, comunicadores, blogueiros, jornalistas, empreendedores, geradores de emprego, religiosos e Parlamentares estão com as suas redes sociais suspensas. Até hoje Parlamentar não tem rede social, até hoje! É o caso do Deputado Otoni de Paula, um Deputado eleito e reeleito sem rede social, que é um instrumento de trabalho, e um Senador da República, Marcos do Val. Ou seja, não é só o Deputado Otoni de Paula, mas o Senador Marcos do Val está sem rede social também. Hoje, o Twitter se manifestou contra essa medida do Ministro



Alexandre de Moraes, o próprio Twitter se manifestou, que isso não é da democracia.

Então, nós estamos vendo intimidações muito preocupantes de nossa nação e só de quem pensa de um lado. Podem observar, essas punições, essa intimidação, essa perseguição política é só de quem pensa de um lado, que são os conservadores, os políticos de direita, que têm coragem de falar a verdade sobre o que está acontecendo no país.

O terceiro passo foi dado nas eleições presidenciais de 2022, Sr. Presidente, quando o TSE se comportou como um verdadeiro partido político, beneficiando explicitamente, pelas decisões... Basta você ver a quantidade de um lado e de outro; apenas um lado ideológico foi privilegiado. Os abusos chegaram a ponto de proibir a divulgação de verdades públicas históricas – históricas! –, como, por exemplo, a amizade de Lula com os ditadores Daniel Ortega e Nicolás Maduro ou a sua declarada posição, a do Lula, histórica, a favor do aborto. Tudo foi proibido de se associar ao Lula durante a eleição. O povo brasileiro ficou sem essa verdade.

Até um documentário, Sr. Presidente, um documentário do Brasil Paralelo, que faz um trabalho corajoso, ousado e que está sendo perseguido desde a CPI da pandemia... O Brasil Paralelo, que tem o seu direito... Eu até não concordo com algumas posições ideológicas do Brasil paralelo, algumas defesas, mas é o direito que eles têm. A democracia é isto: é a gente tolerar, respeitar, ouvir, mas até um documentário deles foi proibido, no ano passado, durante a campanha presidencial. O documentário teve censura prévia, e o voto que ficou consagrado na história... Isso aí vai passar para os nossos filhos e netos. Aconteça o que acontecer no Brasil – se essa ditadura se instalar, se a gente virar uma Venezuela –, vai estar nos *Anais* desta Casa, que completa 200 anos no ano que vem, bicentenário.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aquele voto de uma Ministra do STF, que dizia assim, que mais ou menos dava a entender o seguinte: “O quê? Censura? Não, nesse caso pode; democracia a gente vê depois das eleições”. Então, tudo podia ali para beneficiar um lado, Sr. Presidente; é isso que a gente está vendo.

Peço a sua tolerância para concluir, já estou aqui na página final. Se o senhor me der mais uns três minutinhos, no máximo, eu fecho.

O quarto passo se dá após os tumultos do dia 8 de janeiro – 8 de janeiro –, com a prisão abusiva de mais de mil brasileiros, que, mesmo portando apenas uma Bandeira do Brasil e muitos com a Bíblia embaixo do braço, foram chamados de golpistas, de terroristas.

E a gente já viu pelas imagens vazadas... Porque muitas foram negadas. O Governo Lula decretou sigilo. O Ministro da Justiça simplesmente negou dar as imagens para a CPMI, ganhou tempo, peitou o Presidente da CPMI – aliás, todo o Colegiado, porque foi uma deliberação aprovada por unanimidade pelos Parlamentares –, teve que pedir a subserviência, teve que pedir a aprovação do Supremo Tribunal Federal para mandar as imagens e só mandou as de duas câmeras. Quantas dezenas de câmeras tem no Ministério da Justiça, meu Deus? Nós já pedimos perícia antes de eles mandarem isso, para a gente saber por que está sendo negada essa situação.

Mas as imagens vazadas, que inclusive fizeram com que essa CPMI ocorresse, porque o Governo Lula se pela de medo dessa CPMI... Tanto não queria que ela ocorresse, que estão aí na mídia, para você comprovar e ir atrás, as manchetes da grande mídia, dizendo que dezenas de milhões de reais foram oferecidos em emendas parlamentares para Deputados retirarem suas assinaturas; os próprios Parlamentares denunciaram também a oferta de cargos federais para retirarem suas assinaturas. Ou seja, aqueles que se dizem vítima do dia 8 de janeiro – olha que engraçado – não querem investigar.

Olha, se eu sou vítima, se entrarem na minha casa, no meu comércio e começam a quebrar, a



depredar para dar um golpe de Estado num domingo, sem líder, sem arma, sem nada... Crime impossível, uma narrativa muito malfeita, mas que, repetida mil vezes, vira verdade. Mas nunca será verdade! Com isso aí você vê que não querem, não queriam, de jeito nenhum, fazer. Claro que eu gostaria de ver as imagens da minha casa, do meu comércio para saber quem depredou. Se tem gente que depredou, seja de direita, de esquerda, infiltrado, tem que ser punida exemplarmente, com o devido processo legal. Não existe lei? Ou não existe mais lei no Brasil? Se existe Constituição, vamos cumprir.

Mas não, jogaram as pessoas... Sete meses; todo tipo de barbaridade. Até autista estava lá poucas semanas atrás. Pai e mãe presos, com filhos pequenos cuidados pela irmã, sem saber de nada dos pais, achando que foram abandonados. Barbaridades que não tem dinheiro no mundo... O Estado brasileiro vai ter que pagar, indenizar, porque a Constituição não foi respeitada. Foi uma perseguição, são presos políticos. Estamos até denunciando internacionalmente isso. Mas não tem dinheiro que pague depois a dor dessas crianças, a dor dessas pessoas injustiçadas. Não compensa. Não compensa absolutamente.

Então, mesmo com a CPI em curso, até hoje foi negado o acesso a mais de 160 horas de imagens das câmeras dos prédios públicos. O Governo Lula decretou sigilo. E com muita dificuldade, a gente recebeu algumas poucas imagens, que a gente acredita que a perícia pode esclarecer se teve corte, se não teve; o que mais de câmeras não foram enviadas para nós fazermos o nosso trabalho, que é investigar.

Agora, as imagens vazadas mostram muita coisa interessante, inclusive mulheres que entraram aqui, porque teve as marias vão com as outras – entraram. Foi uma arapuca o que aconteceu. Entraram aqui, tem imagens que estão circulando...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... vazadas, como aquela do General do Lula servindo café, servindo água, com a sua equipe, para os invasores, como se estivesse recebendo convidados em casa. Mas tem imagem aqui no Senado, ali naquela cadeira, pertinho, de uma senhora se ajoelhando para rezar, recolhendo copos que estavam no chão. Quer dizer, é terrorista? É golpista? Merece ficar sete meses da forma como ficou?

Tem que ter a individualização de cada pena. Quem errou tem que pagar, mas a gente tem que ser justo.

Para encerrar, Presidente, já sendo muito agradecido pela sua tolerância.

Pudemos ter uma ideia do impacto do acesso após o vazamento de poucos minutos de imagens, que, de tão escandalosas, resultaram na demissão imediata do General Gonçalves Dias, Chefe do GSI.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o pior de tudo isso é saber que, do ponto de vista constitucional, só existe uma instituição com poder suficiente para impedir o avanço dessa cruel ditadura. E essa instituição é o Senado Federal, do qual nós fazemos parte – eu e o senhor, que estamos aqui.

Eu posso dizer que milhões de brasileiros – o senhor deve ter sentido isso lá em Roraima – reacenderam a esperança nesta Casa com a fala do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que foi firme com relação à questão das drogas, da descriminalização do porte de droga, que é uma porta aberta e que, em outros países, levou à destruição da sociedade. E os dados... A gente tem todos os dados dos países que foram por esse caminho sem volta. Muitos estão voltando atrás, mas o estrago está feito...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para a juventude,



para os nossos filhos e os nossos netos.

O Presidente Rodrigo Pacheco foi muito feliz, muito firme, e reacendeu a esperança, de norte a sul, de leste a oeste do Brasil, de que o Senado vai reagir a esses discursos ideológicos, politiqueiros. Não é nada de prioridade para o Brasil a liberação de drogas, a liberação do aborto. É zero de prioridade. O brasileiro não quer: 80% da nação é contra e os outros 20% acham que não é prioridade para o Brasil. Há coisas mais importantes para serem feitas.

O Senado, com a graça de Deus, com o apoio dos colegas, vai dar uma resposta à população brasileira, positiva, de que vamos entrar no bicentenário com muita honra, com muita honra nesta Casa, nos aproximando da sociedade brasileira.

Que Ruy Barbosa...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... inspire os homens e as mulheres de bem desta nação para não desistirem jamais. Que Jesus continue amparando este grande país para que um dia se torne, de fato, uma grande e justa nação.

Encerrando mesmo, já guardando aqui, eu quero só pedir orações. A guerra que a gente vive, minhas irmãs, meus irmãos do Brasil é uma guerra espiritual, não é entre os homens. Vamos orar pelas autoridades, por todas, até por essas que estão errando, que estão passando por cima da nossa Constituição. Vamos orar, de joelhos, por essas pessoas. Você que é católico, espírita, evangélico, de religião afrodescendente, budista, de qualquer outra, vamos orar. São dias de tribulações por que nós estamos passando, de provações...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de muita gente desesperada, sem esperança, mas vamos acreditar que quem está no comando é Jesus. E Ele tem um grande plano para a nossa nação, que é o de estar no topo do mundo. A gente tem tudo para estar no topo do mundo e nós vamos conseguir. Vamos orar e vamos nos manifestar de forma ordeira, pacífica, respeitosa, com os nossos representantes, mostrando que o Brasil é muito maior do que eles estão querendo fazer. Não vão dobrar um povo libertário como o povo brasileiro, que é majoritariamente um povo de bem.

A gente aprende pelo amor ou a gente aprende pela dor. Esse sofrimento está fazendo surgir uma grande nação consciente para escolher melhor seus representantes daqui para frente e para ter consciência dos deveres de cada um de nós...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para o futuro dos nossos filhos e netos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me por ter me prolongado tanto.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Girão, V. Exa. tem comigo toda a credibilidade e com o Senado Federal também, porque o que V. Exa. fala é, sem dúvida nenhuma, ouvido por todo o nosso país.

Quero convidar V. Exa. para assumir a Presidência para que eu possa falar, fazer uso da palavra na tribuna.

(O Sr. Mecias de Jesus, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra, o nobre colega, lá de Roraima, Senador muito presente e atuante, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente da sessão Senador Eduardo Girão.

Cumprimento todos os Senadores e Senadoras. Cumprimento, de forma especial, todos os telespectadores da nossa querida TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Senador Girão, eu gostaria, inicialmente, antes de entrar, de fato, no tema sobre que eu vou tratar hoje, de manifestar a minha total solidariedade ao Governador Antonio Denarium e ao Vice-Governador do Estado de Roraima Edilson Damião.

Hoje pela manhã, o Tribunal Regional Eleitoral, julgando uma ação proposta por um partido de oposição ao Governador, decidiu, por maioria – quatro a três –, cassar o mandato do Governador Denarium, porque o Governador Denarium distribuiu cestas básicas, baseado em lei, em um programa social. Ele as distribuiu num momento de fome na pandemia e, sobretudo, Sr. Presidente, ele as distribuiu com a chegada de milhares de venezuelanos no nosso estado.

Vale registrar que o Governo Federal, nem o Governo anterior, nem o Governo atual, chegou a repassar qualquer real ou dar qualquer assistência para o Governo do estado ou para as prefeituras da capital e do interior para cuidar dos venezuelanos, para cuidar da fome naquele momento de pandemia que vivíamos.

O Governador, com uma lei aprovada na Assembleia Legislativa, que o autorizou a fazer esse programa, foi punido hoje com a cassação do mandato. Pior ainda, sem dar direito, inclusive... O Tribunal cassou o mandato dele e o do Vice-Governador sem dar direito ao Vice-Governador de fazer a sua defesa.

Respeito muito o Judiciário brasileiro, sobretudo respeito o Judiciário do meu estado, mas manifesto a minha solidariedade total e integral ao Governador Antonio Denarium, ao Vice-Governador Edilson Damião, ao povo de Roraima que aprova o governo do Governador Antonio Denarium. Eu manifesto a minha solidariedade, o meu apoio na certeza de que ele fez o que era correto para a população do Estado de Roraima, sobretudo para os mais necessitados.

Presidente, adentro agora em um tema sobre que, certamente, V. Exa. já me ouviu falar várias vezes aqui, como ouviu Senadores de Roraima, do Amapá e de Rondônia, que é o enquadramento dos servidores do ex-território como servidores da União.

Faço um breve relato.

No dia 5 de outubro de 1988, o então Território Federal de Roraima foi transformado em estado e, por força da Constituição, a União deveria oferecer as condições para que a nova unidade da Federação se estruturasse em boas condições. Uma dessas condições seria a incorporação dos servidores do ex-território, que passariam a fazer parte do serviço público federal, em quadro em extinção.

Em 1981, Presidente, o Estado de Rondônia foi criado, usufruindo dessas condições, amparado pela Constituição Federal, beneficiando aquelas pessoas que trabalharam por dez anos, entre 1981, a criação do estado, e 1991, ou seja, dez anos, como prevê a Constituição Federal.

Ocorre, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que, estranhamente, os estados que nasceram dos Territórios de Roraima e Amapá não tiveram os mesmos benefícios, ficando contemplados apenas com cinco anos, o que compreende o período de 1988 a 1993. Isso, por si só, já é uma grande injustiça com Roraima e o Amapá, mas, como se isso não bastasse, passados 35 anos, ainda hoje os servidores desses ex-territórios lutam para serem enquadrados e alcançarem o direito constitucional que lhes tem sido negado. Deram a Rondônia os dez anos, Presidente; a Roraima e ao Amapá, deram cinco, ou seja, trataram desigualmente os iguais, e não há injustiça maior que tratar desigualmente os iguais.

Para corrigir essas injustiças, a partir de 2019, as bancadas de Roraima, Amapá e Rondônia



trabalharam muito para que os processos de enquadramento fossem acelerados. Em parte, conseguimos os nossos objetivos, porque até 2018 apenas cerca de 200 servidores tinham sido enquadrados, enquanto, de 2019 até julho deste ano, mais de 2 mil servidores dos ex-territórios foram enquadrados na folha de pagamento da União. Isso foi possível graças ao meu trabalho, ao trabalho da bancada de Roraima e, principalmente, do Presidente Jair Bolsonaro e de seu Governo, que retiraram os principais gargalos que impediam que a transição acontecesse.

Mas, Sr. Presidente, dito isto, lembro que está pautada – palavra do Presidente Rodrigo Pacheco para os Senadores de Roraima, do Amapá e de Rondônia, em homenagem aos aniversários de Roraima e de Rondônia, que ocorrem 12 e 13 de setembro – a PEC nº 07 para ser votada aqui no Senado Federal, proposta de emenda à Constituição elaborada com o objetivo de corrigir a injustiça histórica feita ao povo de Roraima e do Amapá, oferecendo a oportunidade para que aqueles servidores que trabalharam nos dez anos posteriores à criação desses estados sejam beneficiados conforme o comando constitucional.

Temos a obrigação constitucional de aprovar essa PEC e, posteriormente, de trabalhar para que a sua regulamentação não dure uma eternidade e que as pessoas tenham a oportunidade de receber um direito que a Constituição lhes garante.

Votarei favorável à PEC 07, em memória daqueles que morreram sem terem o seu direito ao enquadramento efetivado e, principalmente, pelas centenas de homens e mulheres de bem ainda vivos que dedicaram suas vidas para construírem um Estado forte e pujante.

Antecipo o meu pedido, Presidente, a V. Exa. e aos demais Senadores do Brasil, pelo voto de cada um dos senhores para que aprovemos a PEC 07 e, assim, corrijamos uma injustiça histórica que mais parece uma maldade feita com os bravos servidores e servidoras de Roraima e do Amapá. Tenho dito, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado Senador Mecias de Jesus. Fez um forte pronunciamento aqui da tribuna da Casa, e o cumprimento pelo pronunciamento e também por ter aberto esta sessão desta segunda-feira.

Muitas vezes o que sobra para os opositores neste momento dramático que vive o Brasil é parlar – falar. E, como só pode ser aberta uma sessão no Plenário desta Casa com a presença de alguns dos integrantes da Mesa Diretora, e o Senador Mecias de Jesus é integrante, a gente está tendo a oportunidade de debater isso, especialmente às segundas e às sextas-feiras, quando não tem sessão deliberativa na Casa. Então, o Senador Mecias está tendo muito boa vontade para abrir, assim como outros colegas também, na maioria das vezes, às segundas e às sextas-feiras.

Antes de encerrar a sessão... Essa é uma sessão, como eu falei há pouco, não deliberativa. Hoje é sessão de discursos aqui, de pronunciamento de Senadores que estão na Casa. Muitos estão vindo a Brasília entre hoje e amanhã, pois foram para suas bases, para os seus estados, e não estão aqui. Historicamente, em quase 200 anos do Senado, sempre foi assim.

Mas eu queria saudar vocês por virem aqui nos visitar, visitar o Congresso Nacional, que é a Casa de vocês. Não sei se já foram à Câmara dos Deputados, que fica aqui ao lado – já foram lá, não é? –, e agora estão aqui na Câmara Alta, como era chamada, que é a Casa revisora da República: o Senado Federal. Sejam muito bem-vindos!

A presença de vocês só traz inspiração para a gente, energia para a gente. Muitas vezes, aqui no Congresso Nacional, a gente fica numa bolha, numa ilha, e a gente precisa desse contato, e nos corredores, muitas vezes, a gente encontra com visitantes aqui.

São de vários estados vocês, não é? Pode falar aí para mim?



(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bahia, nordestina.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paraná.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paraná.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Minas Gerais.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Maranhão. Olha que coisa boa! E eu fico feliz. Há crianças aqui. É muito importante. Obrigado por vocês terem trazido. Espero que venham outras vezes, porque nós estamos aqui para servir vocês e não para sermos servidos.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pará.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu conheço. Graças a Deus, eu tive a oportunidade de conhecer o Brasil inteiro, mas não como político. Antes de vir para cá...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, mas a gente vai devagarzinho. Isso faz parte do aprendizado da nossa jovem democracia, que hoje está em frangalhos, no meu modo de entender – respeito quem pensa diferente. Mas é muito boa a presença de vocês aqui.

Eu quero agradecer e informar para quem está em casa agora, assistindo pela TV Senado, pela Rádio Senado, ouvindo a gente, que, para visitar o Congresso Nacional, basta acessar o site www.congressonacional.leg.br/ visi-

Foi o que vocês fizeram, não é? Ou ligaram pelo telefone? Porque tem o telefone também. Como é que foi agendado por vocês?



(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Veio direto aqui?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E no mesmo dia?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Então, no final de semana também está aberto para visitação, e é muito importante que vocês saibam que há pessoas preparadas como... Como é o seu nome?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como a Giovanna. Está na Casa há muito tempo, Giovanna?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Um ano trabalhando aqui na Casa. Tem pessoas preparadíssima como ela, que conhecem bem a história do Brasil, a história do Parlamento brasileiro e que vêm aqui levar, conduzir, explicar e apresentar esta Casa, que é de vocês.

Então, eu vou repetir para quem não quiser arriscar, porque, às vezes, tem cota – tem cotas de pessoas, tem uma quantidade de pessoas por dia, para não lotar –, quem quiser fazer pela internet, pelo site daqui o registro para visitar, para fazer o agendamento, você acessa www.congressonacional.leg.br/visite. Aí, você vai lá porque a visitação pode, como bem colocou a Giovanna, ser realizada em dias úteis, exceto terças-feiras e quartas-feiras, porque...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque tem debates aqui, tem votação e aí não se pode entrar aqui no Plenário. É isso? (Pausa.)

Os espontâneos, mas o agendado pode.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Perfeito.

E aos finais de semana e feriados também, das 9h às 17h.

Então, muito obrigado mais uma vez pela presença de vocês.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão especial às 9h, destinada a homenagear a Marcha das Margaridas, e sessão deliberativa ordinária às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Não havendo a tratar mais nada no momento, nós decretamos esta sessão encerrada.

Muito obrigado.

Uma ótima tarde a todos.

Deus abençoe esta nação.



(Levanta-se a sessão às 15 horas e 43 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL

Gabinete da Sen. Eliziane Gama

Ofício nº. 84/2023/BLRESDEM

Brasília, 11 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituições de membros em Comissões Permanentes.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em nome do Bloco Parlamentar Resistência Democrática, as seguintes substituições de senadores na composição de Comissões Permanentes:

Comissão	Titulares	Suplentes
CTFC	Beto Faro (PT/PA)	Fabiano Contarato (PT/ES)
CDD	Teresa Leitão (PT/PE)	Fabiano Contarato (PT/ES)
CCDD	Paulo Paim (PT/RS)	Fabiano Contarato (PT/ES)

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática



Despacho



Na Sessão Deliberativa de 9 de agosto, foi aprovado o Requerimento nº 258, de 2023, aditado pelo Requerimento nº 503, de 2023, ambos do Senador Rogério Carvalho, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 371 e 703, de 2015; 111, de 2016; do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2016-Complementar; e dos Projetos de Lei nºs 685, 1.232, 1.540, 2.390, 2.967, 3.254, 4.419, 4.812 e 4.855, de 2019; 1.041, 1.203, 1.206, 1.345, 2.562, 3.007, 3.009, 3.630, 3.973 e 5.266, de 2020; 1.530 e 1.942, de 2021; 868, 1.113 e 2.994, de 2022; e 807, de 2023.

A Presidência determina, com fundamento no art. 48, §1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos projetos mencionados acima com os Projetos de Lei nºs 2.550, 2.986, 3.099 e 3.135, de 2023.

A Presidência determina, com fundamento no art. 48, X, do Regimento Interno, o envio dos projetos à CAE, à CCJ e, em seguida, à CAS.

As proposições que tramitavam em caráter terminativo perdem a terminatividade, uma vez que o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2016-Complementar, está sujeito à aprovação por quórum qualificado de maioria absoluta.



Encaminhamento de expediente



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
PBEN-P 003/2023	Informa, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/2016, art. 23, §2º, combinado com o previsto no Decreto 8.945/2016, art. 37, §3º, que a Administração da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P) realizou a análise anual de atendimento das Metas e Resultados de 2022, com base nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2022.	Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P)	CTFC



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 73, DE 2023

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, que apresente Projeto de Lei para alterar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para disciplinar a idade máxima para reversão de servidor público federal aposentado.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



Avulso do INS 73/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23569.05700-17

INDICAÇÃO Nº , DE 2023

Sugere ao Poder Executivo que apresente Projeto de Lei para alterar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para disciplinar a idade máxima para reversão de servidor público aposentado.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a apresentação de Projeto de Lei para alterar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever que a idade máxima para reversão de servidor público federal aposentado seja a idade estabelecida para a aposentadoria compulsória.

JUSTIFICAÇÃO

A idade limite atual para reversão do servidor público federal aposentado é de 70 (setenta) anos, a qual não coincide com a idade atual da aposentadoria compulsória de 75 (setenta e cinco) anos, conforme o art. 40, § 1º, II, *in fine*, da Constituição Federal (CF), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015, combinado com o art. 2º, I, da Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015.

Não faz sentido que o servidor que ainda não atingiu a idade limite para se aposentar compulsoriamente não possa fazer jus à reversão e retornar ao serviço público, se desejar e atender às condições legais para o instituto.

A ideia é prever que a idade máxima para reversão de servidor público federal aposentado seja a idade estabelecida para a aposentadoria compulsória, seja ela a atual de 75 (setenta e cinco) anos, seja outra que venha a ser adotada por alteração normativa futura.



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2258826431>

Avulso do INS 73/2023 [2 de 3]



A matéria cuida de regime jurídico de servidores públicos, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, II, c, da CF. Por isso, enviamos a presente solicitação, para que esse Poder avalie a conveniência e a oportunidade de enviar projeto de lei com o teor sugerido.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2258826431>

Avulso do INS 73/2023 [3 de 3]



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4339, DE 2019

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar o rol dos prestadores de serviços turísticos e para vedar a divulgação ou promoção de prestadores de serviços turísticos não cadastrados no Ministério do Turismo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1786468&filename=PL-4339-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4339/2019 [1 de 7]



Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar o rol dos prestadores de serviços turísticos e para vedar a divulgação ou promoção de prestadores de serviços turísticos não cadastrados no Ministério do Turismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir entre os prestadores de serviços turísticos os microempreendedores individuais, as empresas individuais de responsabilidade limitada, as associações privadas de turismo e os produtores rurais e para vedar a divulgação ou promoção de prestadores de serviços turísticos não devidamente cadastrados no Ministério do Turismo.

Art. 2º A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21. Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta Lei, as sociedades empresárias, as sociedades simples, os empresários individuais, os microempreendedores individuais, as empresas individuais de responsabilidade limitada, as associações privadas de turismo e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

.....
§ 1º



§ 2º Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta Lei, os produtores rurais que, comprovadamente, exerçam, em caráter complementar, as atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo de que trata o *caput* deste artigo." (NR)

"Art. 22.

.....
§ 3º-A É vedada aos prestadores de serviços turísticos não devidamente cadastrados no Ministério do Turismo ou com cadastro vencido qualquer forma de divulgação ou promoção, por meio físico ou digital, mesmo quando efetuada por terceiros.

....." (NR)

"Art. 28.

.....
V - circuito turístico: itinerários intermunicipais ou interestaduais entre cidades ou regiões de interesse turístico, podendo ocorrer em trecho de mão única com liberdade de parada ou escalas, mediante frete, fracionado ou não entre os usuários." (NR)

"Art. 29.

.....
III - os itinerários que compõem os circuitos turísticos, em interlocução com as secretarias estaduais e municipais, considerada a condição do Município ou da região brasileira de promover o turismo como política pública de



desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 29-A e 41-A:

“Art. 29-A. O uso de veículo de aluguel para o transporte coletivo por demanda própria ou de terceiros, inclusive quando proveniente de aplicativos ou de outras plataformas de comunicação em rede, deve observar as condições técnicas e os requisitos de segurança e de higiene estabelecidos pelas autoridades, a quem compete autorizar, permitir ou conceder a exploração do transporte coletivo rodoviário de passageiros.

Parágrafo único. A atividade de transporte realizada em desconformidade com a licença de viagem será considerada irregular e sujeitará o transportador às penas de multa previstas em lei quando houver outorga para o transporte coletivo interestadual ou intermunicipal de passageiros e, em caso de inexistência de outorga, caberá a apreensão do veículo e o transbordo dos passageiros.”

“Art. 41-A. Divulgar ou promover por qualquer forma a prestação ou a intermediação de serviços de turismo sem o devido cadastro no Ministério do Turismo ou com cadastro vencido.

Pena - multa e interdição do local e da atividade, da instalação, do estabelecimento empresarial, do empreendimento ou do equipamento.



Parágrafo único. A penalidade de interdição será mantida até a regularização da situação, e a ocorrência de reincidência ensejará aplicação de penalidade mais grave."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 180/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 10/08/2023 15:59:25.903 - MESA

DOC n. 645/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.339, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar o rol dos prestadores de serviços turísticos e para vedar a divulgação ou promoção de prestadores de serviços turísticos não cadastrados no Ministério do Turismo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

CxEdit



* C D 2 3 1 5 7 8 9 3 6 8 0 0 *



As assinaturas contidas neste documento eletrônico foram autenticadas digitalmente.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD2315/8936800>

Avulso do PL 4339/2019 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 - Lei Geral do Turismo - 11771/08
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11771>

Avulso do PL 4339/2019 [7 de 7]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5838, DE 2019

Reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1830079&filename=PL-5838-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5838/2019 [1 de 3]



Reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o forró, gênero musical nordestino, como manifestação da cultura nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 5838/2019 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 163/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 10/08/2023 15:59:25.903 - MESA

DOC n. 648/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.838, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Reconhece o forró como manifestação da cultura nacional”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

CxEdit



* C D 2 3 8 2 2 6 9 1 0 1 0 0 *



As assinaturas contidas neste documento eletrônico foram autenticadas digitalmente.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238226910100>

Avulso do PL 5838/2019 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 557, DE 2020

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1864047&filename=PL-557-2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 557/2020 [1 de 5]



Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

"Art. 26-B. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares.

Parágrafo único. As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política."

Art. 2º Fica instituída a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, campanha a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março nas escolas de educação básica do País.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor no ano subsequente à data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 557/2020 [3 de 5]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 43/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 10/08/2023 15:59:25.903 - MESA

DOC n. 643/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 557, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

CxEdit




As assinaturas contidas neste documento eletrônico foram autenticadas digitalmente.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230161898300>

Avulso do PL 557/2020 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

Avulso do PL 557/2020 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4222, DE 2020

Denomina Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1923060&filename=PL-4222-2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4222/2020 [1 de 3]



Denomina Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominada Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 4222/2020 [2 de 3]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 42/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 10/08/2023 15:59:25.903 - MESA

DOC n. 646/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.222, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Ponte Deputado Ernesto Gurgel Valente a ponte sobre o Rio Jaguaribe na rodovia BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no Município de Aracati, Estado do Ceará”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

CxEdit



* C D 2 3 6 6 3 3 6 1 5 1 0 0 *



As assinaturas contidas neste documento eletrônico foram autenticadas digitalmente.
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236633615100>

Avulso do PL 4222/2020 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4416, DE 2021

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2124526&filename=PL-4416-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4416/2021 [1 de 5]



Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2028 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

....." (NR)



"Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2028, o percentual de 30% (trinta por cento) previsto no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional."(NR)

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária anual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 9 de agosto de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 181/2023/PS-GSE

Brasília, 9 de agosto de 2023.

Apresentação: 09/08/2023 17:37:40.360 - MESA

DOC n. 640/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

CxEdit




Assinatura digitalizada

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239529688300>

Avulso do PL 4416/2021 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art165_par6
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - art14
- Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997 - LEI-9532-1997-12-10 - 9532/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9532>
 - art2_cpt_inc1
- Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2199-14-2001-08-24 - 2199-14/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2199-14>
 - art1
 - art3

Avulso do PL 4416/2021 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1504, DE 2022

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a relação de equipamentos de uso obrigatório destinados às bicicletas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2181633&filename=PL-1504-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1504/2022 [1 de 4]

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a relação de equipamentos de uso obrigatório destinados às bicicletas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o inciso VI do *caput* do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a relação de equipamentos de uso obrigatório destinados às bicicletas.

Art. 2º O inciso VI do *caput* do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105.

.....
VI - para as bicicletas, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais;

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 164/2023/PS-GSE

Apresentação: 10/08/2023 15:59:25.903 - MESA

DOC n. 644/2023

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.504, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a relação de equipamentos de uso obrigatório destinados às bicicletas”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Barcode Edit
* c d 2 3 1 4 0 6 3 3 6 1 0 0 *



As assinaturas digitais abaixo foram autenticadas no sistema Infoleg.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231406336100>

Avulso do PL 1504/2022 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>

- art105_cpt_inc6

Avulso do PL 1504/2022 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3898, DE 2023

(nº 3.032/2011, na Câmara dos Deputados)

Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=954977&filename=PL-3032-2011



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3898/2023 [1 de 4]



Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 88.

.....
§ 5º O Serviço Social atuará nos hospitais públicos para orientar os segurados quanto a seus direitos relacionados aos benefícios por incapacidade." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2023.

ARTHUR LIRA
Presidente

Avulso do PL 3898/2023 [2 de 4]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 162/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

Apresentação: 10/08/2023 15:59:25.903 - MESA

DOC n. 647/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.032, de 2011, da Câmara dos Deputados, que “Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

CxEdit



* C D 2 3 7 3 9 0 7 9 6 4 0 0 *



As assinaturas contidas neste documento eletrônico foram autenticadas digitalmente.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD23/390/96400>

Avulso do PL 3898/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>

- art88

Avulso do PL 3898/2023 [4 de 4]



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3893, DE 2023

Institui a Política Nacional da Juventude.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3893/2023 [1 de 12]



SENADO FEDERAL

SF/23935.58076-06

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Institui a Política Nacional da Juventude.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional da Juventude, como conjunto de estratégias, ações, projetos, programas e políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. A Política Nacional da Juventude de que trata o **caput** deste artigo seguirá os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Art 2º A Política Nacional da Juventude tem por objetivo efetivar os direitos dos jovens:

- I - à cidadania e à participação social e política;
- II - à educação;
- III - à saúde;
- IV - à alimentação;
- V - à profissionalização, ao trabalho e à renda;
- VI - ao empreendedorismo e ao voluntariado;
- VII - à moradia e ao transporte;
- VIII - à cultura, ao esporte e ao lazer; e
- IX - à segurança.

Avulso do PL 3893/2023 [2 de 12]



Art. 3º A Política Nacional da Juventude será implementada por meio de programas, ações e instrumentos que:

I - promovam as condições adequadas para a participação política consciente e informada;

II - possibilitem o acesso e a permanência nas instituições públicas e privadas de ensino na educação básica e superior;

III - promovam o atendimento público de saúde ao jovem e seu bem-estar físico, mental e social;

IV - possibilitem o acesso à alimentação e incentivem uma alimentação saudável e responsável;

V - criem as condições adequadas para a qualificação profissional e a inserção produtiva;

VI - incentivem formas tradicionais e inovadoras de geração de renda;

VII - promovam ambiente adequado para o empreendedorismo;

VIII - estimulem e valorizem o voluntariado;

IX - oportunizem o acesso e a permanência em moradia própria;

X - possibilitem a mobilidade cotidiana nos espaços urbanos e rurais;

XI - criem as condições para o acesso a espaços culturais e de lazer nos centros urbanos e no meio rural;

XII - oportunizem a prática esportiva educacional, de rendimento, de participação e de formação;

XIII - criem as condições para o acesso, a permanência e a redução da evasão do jovem atleta de todas as modalidades esportivas das instituições de educação básica e superior;



XIV - promovam ambiente adequado para uma vida segura;

XV - estimulem a cultura da paz e da solidariedade; e

XVI - promovam a prevenção e o combate à criminalidade e favoreçam a redução dos fatores de risco associados ao crime.

Art. 4º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Nacional da Juventude:

I - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;

II - desenvolvimento, aprimoramento e monitoramento de indicadores para avaliar a inclusão política, social e econômica dos jovens; e

III - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

Art. 5º Competirá ao órgão ministerial responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas para juventude a coordenação, a nível nacional, da Política Nacional da Juventude.

Art. 6º Os recursos financeiros necessários à implementação das ações de que trata o art. 3º desta Lei serão consignados nos orçamentos do governo federal, dos governos estaduais e do Distrito Federal e dos governos municipais.

Art. 7º A Política Nacional da Juventude balizará o Plano Nacional de Políticas de Juventude de que trata o inciso IV do art. 41 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A população brasileira é composta por mais de 49 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, o que corresponde a 20% aproximadamente da população total do país. Desse total, 41,2 milhões (o que equivale a 85,3% dessa população) residiam, em 2022, em áreas urbanas, principalmente nas capitais e nas periferias metropolitanas, e os demais, 7,1 milhões de jovens (14,7% dos jovens), na área rural (IBGE, 2022).

“Relatório Diagnóstico da Juventude”, de 2022, elaborado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, mostra que, embora os direitos do jovens estejam garantidos pela Constituição da República de 1988 e pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, a efetivação desses direitos ainda não ocorreu de forma plena para os jovens em todo o território nacional.

Em relação ao direito à cidadania, participação e representação política do jovem, por exemplo, constata-se quedas nos principais termômetros da política eleitoral: voto, filiação e eleição, bem como redução da participação na Administração Pública. Nos últimos 10 anos, o número de jovens eleitores de 16 a 24 anos de idade reduziu de 18,1% do total de 148 milhões de eleitores em 2012 (25 milhões) para 13,3% em 2022 (19 milhões). Houve, ademais, redução de 64% no número de jovens eleitores filiados a partidos políticos no mesmo período.

Na área da educação, o Brasil ainda testemunha a existência de cerca de 1,0% de jovens analfabetos e em torno de 30% de jovens de 19 anos que não concluíram a Educação Básica na área urbana e 47% na área rural. Em 2020, havia 1,8 milhão de pessoas entre 15 e 29 anos de idade matriculadas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Por outro lado, a média de anos de estudos da população de 18 a 29 anos de idade tem crescido nos últimos anos: em 2012, a escolaridade média era de 9,8 anos, enquanto em 2020 esse número passou para 11,8 anos de estudo, um aumento médio de dois anos de estudo no período. No mesmo período, os cursos tecnológicos foram os com maior aumento no número de ingressos no Ensino Superior, com crescimento de 19,4%, enquanto os cursos de licenciatura sofreram uma redução de quase 5%. Em complemento, o número de jovens estagiários também cresceu 47% no período de 2010 a 2017, passando de 339 mil para 498 mil jovens.

Em que isso pese, o acesso ao mercado de trabalho tem constituído um dos principais desafios para a juventude no Brasil. No primeiro trimestre de 2021, as pessoas de 14 a 17 anos representavam 7,0% daqueles em idade de trabalhar, enquanto os jovens de 18 a 24 anos equivaliam a 12,0%. No mesmo período, a taxa de ocupação de jovens era de pouco mais de 54%. Ademais, o Brasil apresenta aumento crescente de jovens que não estudam e nem trabalham (“nem-nem”) desde 2012. Nesse ano, eles representavam 22,4% do total de jovens e, em 2019, já eram 25,7% em todo o país. Some-se a isso que os jovens foram os maiores afetados pela redução de renda de 2014 a 2019. A perda de renda média geral acumulada nesse período foi de -3,71%.

Na contramão, o Brasil tem testemunhado o aumento do número de empreendedores jovens formais e informais desde 2013: os formais passaram de 2,6% para 4,5% em 2019; e os informais, de 11% para 13,7%. Ainda, 21% dos principais fundadores dos empreendimentos mapeados em 2021 eram jovens de 19 a 29 anos.

Importante acrescentar que os jovens, em alguma medida, também realizam trabalho voluntário. Em 2019, 6,9 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade realizaram algum tipo de trabalho voluntário, sendo mais de 830 mil com idade entre 14 e 24 anos.

No que se refere ao direito à saúde, por sua vez, muito ainda há que se avançar. Em 2019, 33,7% das pessoas entre 18 e 24 anos



tinham excesso de peso e a obesidade foi observada em 10,7% dos jovens. No mesmo ano, 32,8% dos jovens eram insuficientemente ativos, ou seja, não praticavam nenhuma atividade física ou praticavam menos de 150 minutos na semana.

Somado a isso e embora venha reduzindo ao longo do tempo, o tabagismo e a embriaguez ainda afetam os jovens no Brasil. De 2013 para 2019, os usuários de cigarros passaram de 10,5% para 9,6%; e de tabaco, de 10,6% para 9,5. Ainda, 1 em cada 5 jovens pertencentes ao grupo de idade de 18 a 24 anos faziam uso de cigarros eletrônicos no Brasil (19,7%) no primeiro trimestre de 2022. No que se refere à embriaguez, em 2013, 37,2% dos jovens de 16 e 17 anos de idade vivenciaram algum episódio de embriaguez, enquanto em 2019 foram 58,1%. Por fim, quanto ao uso de drogas ilícitas, houve crescimento de 16,6% de 2015 para 21,6% em 2019 entre jovens de 16 e 17 anos.

Por outro lado, a taxa de fecundidade adolescente no Brasil tem melhorado. Em 2011, era de 64 e em 2019 caiu para 59 nascimentos por mil mulheres em idade de 15 a 19 anos. O número de partos também tem reduzido progressivamente: em 2000, 23,4% dos partos eram de adolescentes; em 2010, 18,4%; e, em 2019, atingiu 4,7% do total de partos realizados no país.

Além de desafios relativos à saúde física, os jovens também têm sofrido com transtornos relacionados à saúde mental. No mundo, o suicídio figurava, em 2021, como a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos: acréscimo de quase mil ocorrências de suicídio entre jovens no período de 2012 a 2019, totalizando 3.862 óbitos no último ano. No Brasil, semelhantemente, o número de suicídios de jovens cresceu de 2016 a 2021. A taxa de mortalidade por 100 mil jovens aumentou 49,3% na faixa de 15 a 19 anos (de 4,40 para 6,56 jovens a cada 100 mil).

Em 2021, entre os jovens de 16 e 17 anos de idade, 56,8% se sentiam muito preocupados com as coisas comuns do dia a dia na maioria das vezes ou sempre, 33,1% se sentiram tristes na maioria das vezes ou sempre e 43,6% se sentiram irritados, nervosos ou mal-humorados na maioria das vezes ou sempre. Outros 21,9% dos



jovens de 16 e 17 anos afirmavam sentir que a vida não valia a pena ser vivida. Somado a isso, o percentual de pessoas de 18 a 29 anos de idade que possuía um grau intenso ou muito intenso de limitações das atividades devido à depressão era de 12,2% em 2019.

No que concerne ao direito à cultura, os jovens aparecem como aqueles com mais acesso ao conjunto cultural da cidade e que mais atendem a atividades culturais e de lazer oferecidas. Mas não só. Os jovens também estão inseridos profissionalmente no setor cultural: do total de 4,8 milhões de trabalhadores da cultura, entre trabalho primário e trabalho secundário, foram registrados 1,3 milhão de jovens entre 14 e 29 anos de idade ocupados em 2020.

Assim como na cultura, os jovens também acessam a comunicação. Essa faixa etária é a mais conectada às tecnologias da informação e da comunicação, com uma expansão no uso de telefones celulares, internet e computadores. O equipamento mais utilizado para acessar a internet de 2016 a 2019 foi o telefone celular, contando com 98,6% na população com mais de 10 anos de idade e atingindo a marca de 99,0% entre os jovens de 15 a 29 anos. Entre os alunos de 13 e 17 anos, 86,9% possuíam acesso a serviço de internet no domicílio no ano de 2019.

Na contramão e em decorrência, em certa medida, do uso excessivo de tecnologias digitais, os jovens têm praticado atividades físicas e esportes de forma insuficiente. Em 2019, mais de 80% dos estudantes de 11 a 17 anos de idade em todo o mundo não cumpriram as recomendações de atividades físicas diárias. No Brasil, esse número atingiu 83,6% dos adolescentes. Nesse universo, 8,7% dos estudantes de 13 a 17 anos foram considerados inativos e mais da metade (61,8%), definidos como insuficientemente ativos. Em se tratando de oportunidades de atividade física nas escolas, 21,0% dos escolares de 13 a 17 anos não tiveram nenhum dia de aula de educação física na semana no ano de 2019; seguidos por 41,6% com um dia de aula e 28,2% com dois dias de aula. Os menores percentuais estão entre os alunos que tiveram de três a sete dias de aula de educação física durante a semana, respectivamente, 4,3% (3 dias), 1,7% (4 dias) e 2,9% (5 a 7 dias).



Com relação ao direito à moradia e ao transporte, parte dos jovens que vivem nas áreas urbanas enfrentam problemas de precariedade habitacional e de mobilidade urbana, que impactam o acesso e a circulação nas cidades. Do total de jovens no país em 2018, cerca de 40,0% não viviam em domicílios com abastecimento diário e estrutura de armazenamento de água, ao passo que, entre a população em geral, essa proporção era, à época, de 37,3%. Outros 10% aproximadamente de jovens viviam em domicílios sem coleta direta ou indireta de lixo no mesmo ano; 15,5% não tinham acesso ao abastecimento de água por rede geral; e 37,5% viviam em domicílios sem esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa ligada à rede. Adicionalmente, do total de jovens em 2018 no país, ao menos 14,9% conviviam com algum tipo de inadequação de moradia, percentual superior ao encontrado para o total da população de 12,8%; e cerca de 56% viviam em domicílios com mais de quatro pessoas.

Quanto à mobilidade, o tempo médio de deslocamento para o trabalho por semana de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas era de 4,8 horas em 2019 no país.

Sobre o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente, os jovens têm constituído o segmento populacional com maior interesse em questões relacionadas a práticas sustentáveis e à proteção do meio ambiente. Dentre eles, 78% dos jovens nascidos até 1995 e 84% dos nascidos entre a metade dos anos 1990 até o início dos anos 2010, respectivamente, optam por investimentos sustentáveis.

Por fim, em se tratando de segurança pública e acesso à justiça, as estatísticas impressionam negativamente e apontam que o direito fundamental à vida dos jovens não tem sido efetivamente assegurado. Do total de homicídios ocorridos no Brasil no ano de 2019, 51,3% vitimaram jovens de 15 a 29 anos de idade, uma média de 64 mortes por dia. De 2009 a 2019, foram 333.330 jovens vítimas. No ano seguinte, 2020, 29,8% das vítimas de mortes violentas intencionais tinham de 18 a 24 anos, seguidas pelas faixas de 25 e 29 anos com 17,7%. Em 2021, foram registrados 42.731 homicídios no Brasil e mais de 20 mil (42,8% do total) atingiram jovens de 15 a



29 anos. Em que pese ainda ser significativamente alto o número de jovens vítimas de homicídio, houve redução desse total no período de 2017 a 2021: de 35.783 para 20.448 vítimas, uma queda de 42,9%.

Os jovens também têm representado número significativo de pessoas no Sistema Penitenciário. A quantidade de pessoas de 18 a 24 anos no Sistema passou de 289.304 para 314.196 presos custodiados de 2014 a 2021 – crescimento de 8,6% no período. Neste último ano, os jovens de 18 a 29 anos já equivaliam a 38,0% das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro.

Por outro lado, o número de jovens adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado vem se reduzindo continuamente desde 2018, passando de 25 mil adolescentes para 13 mil em 2021, o que equivale a uma queda de 45,4%. A queda também foi acentuada em todas as medidas específicas de meio fechado, sendo próxima aos 50% em cada uma: internação provisória passou de 4,4 mil para 2,6 mil em 2021; semiliberdade contava com 2,3 mil adolescentes e passou para 1,2 mil; e a internação sanção passou de 415 para 155 adolescentes no mesmo ano.

O diagnóstico sobre o acesso dos jovens no Brasil a seus direitos, apresentado acima, aponta para a necessidade de avançarmos, enquanto Poder Público, na implementação de medidas que assegurem a plena efetivação dessas garantias constitucionais. Nesse cenário, estabelecer uma política nacional da juventude torna-se imprescindível enquanto uma ferramenta que contribuirá para orientar os entes públicos (e privados) na promoção do direito do jovem à cidadania e à participação social e política; à educação; à saúde; à alimentação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; ao empreendedorismo e ao voluntariado; à moradia e ao transporte; à cultura, ao esporte e ao lazer; e à segurança.

Como constatado, a atuação cidadã e o engajamento social e político dos jovens precisam ser fomentados; a educação ainda não está acessível a todos, em que pese os avanços relacionados à queda do analfabetismo, ao aumento da escolaridade e à ampliação



do acesso ao ensino médio e superior; as oportunidades de trabalho e de geração de renda devem ser ampliadas, bem como o empreendedorismo e o voluntariado, fomentados; a saúde física, mental e social dos jovens ainda carece de mais atenção, cuidado, atendimento e acompanhamento; a vida e a segurança da juventude requerem medidas efetivas para serem asseguradas; e o acesso à moradia e à mobilidade, bem como à cultura, ao esporte e ao lazer precisam ser ampliados e aprimorados para que alcancem a todos em todo o território nacional.

Pelo exposto, estamos convencidos que a proposição aperfeiçoa a legislação relacionada à juventude brasileira, razão pela qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora DAMARES ALVES

Avulso do PL 3893/2023 [11 de 12]



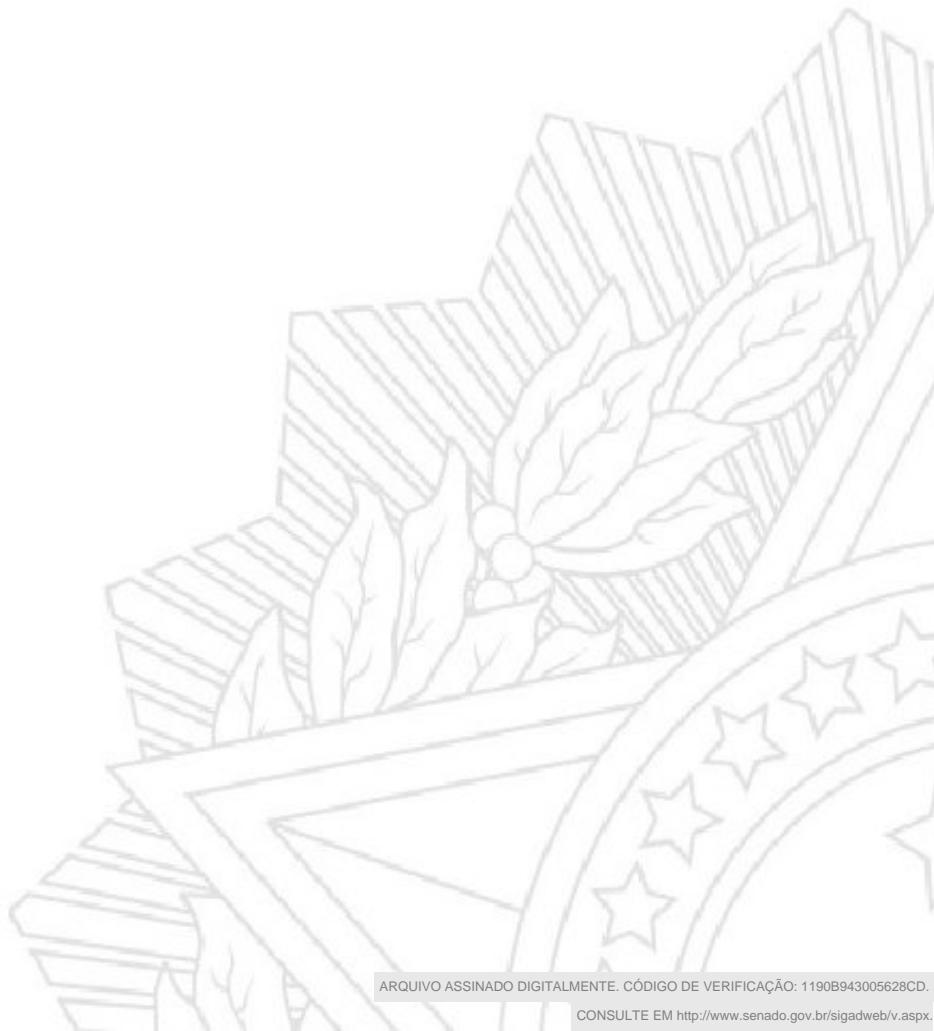
LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013 - Estatuto da Juventude - 12852/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12852>
 - art41_cpt_inc4

Avulso do PL 3893/2023 [12 de 12]



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 82, DE 2023

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica no âmbito do Senado Federal.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 82/2023 [1 de 5]

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° , DE 2023

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica no âmbito do Senado Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.



Assinado eletronicamente por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7915108812>

Avulso do PRS 82/2023 [2 de 5]



Parágrafo único. Em caso de lacuna desta resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de resolução do Senado tem por objetivo reforçar as relações entre as repúblicas do Brasil e da Costa Rica.

A Costa Rica se destaca no contexto regional pela estabilidade política e pelo padrão de vida da sua população. Com efeito, as primeiras eleições presidenciais efetivamente democráticas na América Central ocorreram neste país no ano de 1889. Para além disso, merece registro o fato de o país ter abolido suas Forças Armadas em 1949, dando início a uma sólida tradição de pacifismo, bem como neutralidade em conflitos bélicos.

O contexto descrito oportunizou aos sucessivos governos costaricenses a possibilidade de aumentar seus investimentos em saúde e educação. Como resultado, a Costa Rica tem, nos dias de hoje, níveis de bem-estar acima da média latino-americana. As circunstâncias descritas promoveram uma boa imagem do país perante a comunidade internacional. Essa situação responde, por exemplo, pelo fato de a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ter sua sede na capital, São José.

Como o nome sugere, o Estado costa-riquenho possui expressiva riqueza natural nas suas costas localizadas no Atlântico, no Pacífico e no Caribe. Nesse sentido, o país é potência destacada no ecoturismo. Para tanto, aproveita das beleza de suas praias, cadeias de montanhas, vulcões e vida selvagem. A Costa Rica – tradicional produtor de bens agrícolas (p. ex.: café e banana) – converteu-se em economia diversificada que tem no turismo uma importante fonte de renda.

O relacionamento com o Brasil data de 1906. As relações bilaterais são consistentes e compatíveis com as assimetrias verificadas entre



mg2022-10489

Assinado eletronicamente por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7915108812>

Avulso do PRS 82/2023 [3 de 5]



os dois países. Cuida-se de nação historicamente parceira do nosso país em assuntos concernentes aos direitos humanos, ao meio ambiente, ao desenvolvimento social e ao multilateralismo.

O trato bilateral, contudo, pode e deve ser aprimorado. Nesse sentido, os governos de ambos os países instituíram, em 2021, mecanismo de consulta política para debater temas como comércio, cooperação e estabilidade regional. Desde uma perspectiva brasileira, a Costa Rica tem potencial para ser plataforma visando a ampliação das nossas exportações tanto para a América Central como para o Caribe. Some-se a isso a condição de o país desfrutar de acordos de livre comércio com relevantes parceiros (p. ex.: China, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, União Europeia).

Vê-se, pois, que a diplomacia parlamentar pode ser importante instrumento para favorecer ainda maior aproximação entre os dois países em prol das respectivas populações e do bom entrosamento regional. A criação desse Grupo Parlamentar no âmbito do Senado Federal foi uma sugestão do Embaixador Antônio Alves, em Sabatina na Comissão de Relações Exteriores em novembro de 2022.

Pedimos, assim, o apoio dos colegas Senadores na aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador CHICO RODRIGUES



mg2022-10489

Assinado eletronicamente por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7915108812>

Avulso do PRS 82/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- <urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>

Avulso do PRS 82/2023 [5 de 5]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 707, DE 2023

Requer registro da homenagem de pesar em razão do falecimento de Rodolfo Roca Filho.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 707/2023 [1 de 2]





SF/23503.38569-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Rodolfo Roca Filho, bem como a apresentação de condolências a seus filhos Maria Fernanda e do Rodolfo Neto, e a sua esposa Luciana Azambuja, a ex-subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso do Sul e atual Coordenadora de Trabalho na FuntrabMS.

JUSTIFICAÇÃO

Rodolfo Roca Filho foi produtor rural e empresário do ramo de bares e restaurantes. Deixou uma marca muito significativa em Campo Grande, especialmente na cena cultura e boêmia da cidade. Como um carioca apaixonado pelo estado do Mato Grosso do Sul, apreciador de uma boa música e um bate papo com os amigos, Rodolfo construiu bares de sucesso, como o Tango, Tábua e Roca Botequim, em Campo Grande, sendo este último gerenciado por ele por mais de uma década.

Que Deus console o coração da família.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2023.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6560407724>

Avulso do RQS 707/2023 [2 de 2]



Requerimento nº 707, de 2023, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o registro da homenagem de pesar em razão do falecimento de Rodolfo Roca Filho.*

Serão encaminhadas condolências à família do falecido.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 708, DE 2023

Requer o registro da homenagem de pesar a Eraldo Holosback Alves.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 708/2023 [1 de 2]





REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Camapuã, Eraldo Holosback Alves Azambuja, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Marina Azambuja.

JUSTIFICAÇÃO

Holosback Alves comandou a cidade de Camapuã/MS por dois mandatos, entre 1983 a 1988 e de 1997 a 2000. Em sua gestão, foi o responsável por articular e implantar linhas de ônibus gratuita para universitários se deslocarem à Capital. Foi o responsável, também, por trazer a instalação de linhas telefônicas para a cidade, por construir a primeira estação de tratamento de esgoto do município e a primeira creche municipal, Maria Rufina de Jesus Madruga, localizada na Vila Industrial.

Durante seu mandato o ex-prefeito também criou a primeira creche municipal, Maria Rufina de Jesus Madruga. Eraldo sempre esteve participando e envolvido com os trabalhos políticos para o desenvolvimento de Camapuã.

Que Deus conforte o coração da família.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2023.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2213014974>

Avulso do RQS 708/2023 [2 de 2]



Requerimento nº 708, de 2023, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando a inserção em ata de voto de pesar em razão do falecimento de Eraldo Holosback Alves Azambuja.*

Serão encaminhadas condolências à família do falecido.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 709, DE 2023

Requer a inserção em ata de voto de aplauso à Delegacia da Polícia Federal em Corumbá/MS pelo êxito na Operação Yaguara.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 709/2023 [1 de 3]



REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso aos membros da Polícia Federal de Corumbá/MS que deflagraram a Operação Yaguara, com o objetivo de combater a caça ilegal de onça-pintada e a biopirataria no Pantanal, por terem concluído com êxito as investigações que tiveram início em março de 2023.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A operação foi deflagrada após o recebimento de notícia-crime e publicações de vídeo nos quais se via o corpo de uma onça-pintada adulta, sem cabeça, flutuando no leito do rio do Paraguai-mirim, o que trouxe a suspeita de que a cabeça do animal fora vendida para o exterior, configurando a prática de biopirataria.

A Polícia Federal atua no Pantanal visando combater, dentre outros crimes, a caça ilegal de animais silvestres, principalmente, da onça-pintada.



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9343831711>

Avulso do RQS 709/2023 [2 de 3]



Por fim, importante aproveitar o ensejo para informar que a delegacia da Polícia Federal em Corumbá mantém canal de denúncias anônimas através do telefone 67 9 9616 2162.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2023.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**

SF/23261.48804-27 (LexEdit)



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9343831711>

Avulso do RQS 709/2023 [3 de 3]



Apresentado o Requerimento nº 709, de 2023, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando a inserção em ata de voto de aplauso à Delegacia da Polícia Federal em Corumbá/MS pelo êxito na Operação Yaguara.*

Será encaminhada cópia do referido voto ao homenageado.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 710, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, informações sobre as atuais ações, projetos, programas e políticas públicas para a juventude.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 710/2023 [1 de 4]



REQUERIMENTO N° DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, informações sobre as atuais ações, projetos, programas e políticas públicas para a juventude.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, informações sobre as atuais ações, projetos, programas e políticas públicas para a juventude.

A população brasileira é composta por mais de 49 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, o que corresponde a 20% aproximadamente da população total do país. No último dia 12 de agosto, esse grupo populacional foi especialmente lembrado em alusão ao Dia Internacional da Juventude, criado por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1999, em resposta à recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, reunida em Lisboa, de 8 a 12 de agosto de 1998.

Tendo em vista a importância dos jovens para nação brasileira, requisita-se informar:

1. as ações, projetos, programas e políticas para esse segmento desenvolvidos por esta Secretaria-Geral, por intermédio da



Assinado eletronicamente por Sen. Damásio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8528271514>

Avulso do RQS 710/2023 [2 de 4]



- Secretaria Nacional da Juventude, com indicação de período de execução e público alcançado;
2. os parceiros envolvidos em cada iniciativa;
 3. o orçamento investido por ação realizada.

JUSTIFICAÇÃO

A população brasileira é composta por mais de 49 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, o que corresponde a 20% aproximadamente da população total do país. Desse total, 41,2 milhões (o que equivale a 85,3% dessa população) residiam, em 2022, em áreas urbanas, principalmente nas capitais e nas periferias metropolitanas, e os demais, 7,1 milhões de jovens (14,7% dos jovens), na área rural (IBGE, 2022).

“Relatório Diagnóstico da Juventude”, de 2022, elaborado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, mostra que, embora os direitos do jovens estejam garantidos pela Constituição da República de 1988 e pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, a efetivação desses direitos ainda não ocorreu de forma plena para os jovens em todo o território nacional. O diagnóstico aponta para a necessidade de se avançar na implementação de medidas que assegurem a plena efetivação dessas garantias constitucionais. Cita-se, a título exemplificativo, a importância de se fomentar a atuação cidadã e o engajamento social e político dos jovens; de se tornar acessível a educação para todos; de se ampliar e fomentar as oportunidades de trabalho e de geração de renda, bem como o empreendedorismo e o voluntariado; de se promover maior atenção, cuidado, atendimento e acompanhamento da saúde física, mental e social dos jovens; de se assegurar efetivamente a vida e a segurança da juventude; e a importância de se ampliar e aprimorar as políticas de acesso à moradia e à mobilidade, bem como à cultura, ao esporte e ao lazer.

Em nível nacional, cabe à Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República coordenar a implementação de



Assinado eletronicamente por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8528271514>

Avulso do RQS 710/2023 [3 de 4]

iniciativas que contribuam para a efetivação dos direitos dos jovens no Brasil. Uma vez que esse grupo populacional representa aproximadamente 20% da população brasileira e considerando a celebração do Dia Internacional da Juventude em 12 de agosto, é que se justifica essa solicitação. A população jovem no país ainda não acessa plenamente todos os seus direitos e, portanto, o Poder Público ainda deve atuar concretamente nesse sentido.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2023.

**Senadora Damares Alves
(REPUBLICANOS - DF)**

SF/23093.47756-07 (LexEdit)



Assinado eletronicamente por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8528271514>

Avulso do RQS 710/2023 [4 de 4]



Requerimento nº 710, de 2023, da Senadora Damares Alves, de informações ao Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



ATA DA FRENTES PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA





**SENADO FEDERAL
FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA**

4^a REUNIÃO DE 2023

**12 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO N° 19 DA
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da 4^a reunião de 2023 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, realizada em 12 de julho de 2023, quarta-feira, às 14h, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado: ITEM 1 – Realizada Audiência Pública para debater o Mercado de Carbono; conforme documentos anexos. Publique-se.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Esperidião Amin".

Senador Esperidião Amin
Vice-Presidente de Minerais Energéticos da FPRNE





**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 12 de julho de 2023
(quarta-feira)
às 14h

RESULTADO
4^a Reunião

**FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA - FPRNE**

PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Vice-Presid. de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente de Assuntos Tributários: Deputado Reginaldo Lopes

Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis: Deputado Luiz Fernando Faria

Vice-Presidente de Desenvolvimento Social: Deputado Carlos Veras

Vice-Presidente de Fontes Fósseis: Deputado Washington Quaquá

Vice-Presidente de Fontes Renováveis: Deputado Bohn Gass

Vice-Presidente de Infraestrutura Energética: Deputado Carlos Zarattini

Vice-Presidente de Minerais Energéticos: Senador Esperidião Amin

Vice-Presidente de Transição Energética: Senador Carlos Portinho

Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados: Deputado Zé Vitor

Vice-Presidente pelo Senado Federal: Senador Fernando Dueire

	Reunião
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19



Resultado da 4ª Reunião da FPRNE, em 12 de julho de 2023

2

Reunião

Assunto / Finalidade:

Debater o Mercado de Carbono

Participantes:

Bruno Carvalho Arruda

Subchefe da Divisão de Ação Climática - MRE

Pietro Mendes

Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-MME

Ludmilla Cabral

Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Abiogás – Associação Brasileira do Biogás

José Pedro Bastos Neves

Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda - MF

Rodrigo Rollemburg

Secretário de Economia Verde e Descarbonização - MDIC

Abel Leitão

Vice-Presidente da Brasilcom - Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Bicompostíveis

Marcelo Mendonça

Diretor de Estratégia e Mercado da Abegás - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado

Carlos Germano

Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis - Abicom

Darlan Santos

Diretor-Presidente do CERNE - Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia

Aloisio Lopes Pereira de Melo

Diretor do Departamento de Política de Mitigação, Adaptação e Instrumentos do MMA

Resultado: Realizada Audiência Pública para debater o Mercado de Carbono.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 12/07/2023 às 14h - 4ª, Reunião

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	
CARLOS PORTINHO	
CARLOS VIANA	
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	
FERNANDO DUEIRE	
HUMBERTO COSTA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE
JAQUES WAGNER	
JAYME CAMPOS	
PAULO PAIM	
RODRIGO CUNHA	
RODRIGO PACHECO	
ROGÉRIO CARVALHO	
VANDERLAN CARDOSO	
WELLINGTON FAGUNDES	
ELIZIANE GAMA	
SORAYA THRONICKE	
ZENAIDE MAIA	
EFRAIM FILHO	
SÉRGIO PETECÃO	
FERNANDO FARIA	
MARCELO CASTRO	
LAÉRCIO OLIVEIRA	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	
CLEITINHO	
GIORDANO	
CID GOMES	
RANDOLFE RODRIGUES	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 12/07/2023 às 14h - 4^a, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
ARNALDO JARDIM	
BANDEIRA DE MELLO	
BENES LEOCÁDIO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
CARLOS ZARATTINI	
CLAUDIO CAJADO	
CLEBER VERDE	
COVATTI FILHO	
DANILO FORTE	
EDUARDO BISMARCK	
FELIPE CARRERAS	
FELIPE FRANCISCHINI	
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	
FERNANDO COELHO FILHO	
GERALDO MENDES	
JOÃO CARLOS BACELAR	
JOSÉ GUIMARÃES	
JOSEILDO RAMOS	
JULIO LOPES	
LAFAYETTE DE ANDRADA	
LEBRÃO	
LUCIO MOSQUINI	
LUIZ FERNANDO FARIA	
MARCIO ALVINO	
PAULINHO FREIRE	
NATÁLIA BONAVIDES	
PAULO FOLETO	
PEDRO CAMPOS	
REGINALDO LOPES	PRESENTE
RODRIGO DE CASTRO	
ROSANA VALLE	
RUBENS OTONI	
SIDNEY LEITE	
VICENTINHO JÚNIOR	
VINICIUS CARVALHO	
ZÉ VITOR	
ZECA DIRCEU	
CARLOS VERAS	
BOHN GASS	
WASHINGTON QUAQUÁ	
DOMINGOS SÁVIO	
ALCEU MOREIRA	
PEDRO WESTPHALEN	
RICARDO GUIDI	
PAULO LITRO	
JOAQUIM PASSARINHO	PRESENTE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 12/07/2023 às 14h - 4ª, Reunião

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
MAX LEMOS	
LEÔNIDAS CRISTINO	
JULIO ARCOVERDE	
EDUARDO DA FONTE	
WELTER	
ENFERMEIRA ANA PAULA	
ORLANDO SILVA	
ANDREIA SIQUEIRA	
TIÃO MEDEIROS	
HUGO LEAL	

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

12/07/2023 - 4ª - Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos e todas.

Declaro aberta a 4ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia.

Esta reunião destina-se a "debater o mercado de carbono" - fecho aspas.

Informo aos Parlamentares que desejaremos compor a FPRNE e que os termos de adesão estão disponíveis junto à Secretaria e na página da frente no site do Senado Federal.

Informo também que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo pela internet e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Convido para compor a mesa o Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Rodrigo Rollemberg, ex-Senador pelo Distrito Federal, ex-Governador do Distrito Federal, a quem eu agradeço o comparecimento e a contribuição; o Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Sr. Pietro Mendes; o Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda, Sr. José Pedro Bastos Neves; o Subchefe da Divisão de Ação Climática do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Bruno Carvalho Arruda; e o Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sr. Aloisio Pereira de Melo.

Quero fazer aqui o registro - perdoem-me, não quero ser ofensivo, não - da ausência de uma mulher compondo esta mesa, porque eu acho que isso também é uma forma de a gente romper muita coisa que acontece com o país.

A gente, às vezes, profere discursos muito para fora, mas não dá o exemplo dentro de casa. A gente tem uma percepção de que, por vezes, o Parlamento representa a população, mas isso é um ledo engano. O Parlamento, muitas vezes, está aqui representado por castas. Infelizmente, nós não temos uma representatividade maior dos pobres, dos pretos, dos indígenas, dos quilombolas, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+, das mulheres.

Então, eu faço aqui o meu registro - eu sei que vocês não são responsáveis por isso - de que eu não compacto com esse tipo de comportamento e, por mim, teria aqui algumas mulheres sentando à mesa. Se tiver alguma que se habilite a estar aqui nos prestigiando, em meu nome, eu agradeceria imensamente a quem se habilitar a assim o fazer. A gente espreme aqui, e vamos colocar uma mulher, porque eu acho isso de fundamental importância.

Então, se ninguém se habilitar, eu vou chamar. Pode ser?

O SR. PIETRO MENDES (Fora do microfone.) - Eu posso convidar uma pessoa da minha equipe?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Não, eu preferia alguém da sociedade civil.

Ludmilla está aí? (Pausa.)

Então, pode ser.

Onde ela está? (Palmas.)



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Sra. Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Abiogás (Associação Brasileira do Biogás), que irá representar todas as mulheres e todas aquelas pessoas que eu não falo nem que são minorias, são maiorias minorizadas. Porque quando falamos de pretos e pardos, nós estamos falando de um grande percentual da população brasileira; quando falamos de mulheres, nós estamos falando delas que são 52% da população brasileira.

Então, sinta-se aqui, Ludmilla, de forma alguma desprezada, mas enaltecidamente com a sua presença aqui nesta mesa.

Muito obrigado.

Desculpem-me quebrar esse protocolo. Queria fazer apenas este registro. (*Pausa.*)

Eu pediria aos convidados, tendo em vista a quantidade de expositores, que sejamos rigorosos com relação ao tempo. Fica aqui, à frente de todos, para acompanharem e para que vocês possam... Claro, dentro do possível, a gente vai tendo... Para não interromper o raciocínio, mas vai se acionar uma campainha, que é automática, mas os colegas serão compreensíveis com isso porque é um tema que eu acho de extrema importância.

Quero, mais uma vez, colocar, para todo o setor e segmento, o meu comprometimento, o meu trabalho e a minha forma de ter esse olhar com relação à regulação do mercado de carbono, porque sabe-se que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um direito constitucional expresso no art. 225... Nós já temos esse avanço, mas é possível efetivamente nós entendermos que é mais que saudável garantir a sustentabilidade gerando emprego e renda, alavancando a economia, instituindo a tributação verde, regulando o mercado de carbono.

Eu não canso de falar que um dia - um dia! - de funcionamento da floresta amazônica produz 20 bilhões de toneladas de chuva, que vão fazer chover no Norte, no Nordeste, no Sul, no Centro-Oeste, no Sudeste, nos mares, que vai fazer controlar a salinidade dos mares. Então, é uma tecnologia de altíssima ponta. Para fazer o que a Amazônia faz em um dia, nós precisaríamos de 50 mil hidrelétricas de Itaipu e, para construir 50 mil hidrelétricas de Itaipu, levaríamos 150 anos.

Então, eu faço esse apelo e quero, mais uma vez, colocar aqui o nosso mandato à disposição na defesa intransigente do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Não como uma garantia constitucional expressa no art. 225, tão somente, mas como um direito humano essencial, conforme foi inspirado, em 1974, pelo jurista Karel Vasak, quando, inspirado pelos princípios da Revolução Francesa - liberdade, igualdade e fraternidade -, ele elencou uma geração de direitos humanos, dentre os quais o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Muito obrigado e, neste exato momento, mais uma vez, eu quero aqui agradecer a presença do nosso querido e sempre ex-Senador Rodrigo Rollemberg, ex-Governador, para fazer o uso da palavra.

Muito obrigado por ter vindo, obrigado pela paciência de todos vocês.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

É sempre uma honra para mim estar aqui no Senado Federal, debatendo temas da maior relevância, como o que vamos debater.

Eu quero cumprimentar o Pietro Mendes, Secretário Nacional de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia; o Bruno Carvalho Arruda, Subchefe da Divisão de Ação Climática do Ministério das Relações Exteriores; o Aloisio Lopes Pereira de Melo, Diretor do Departamento de Política de Mitigação, Adaptação e Instrumentos do Ministério do Meio Ambiente. Vai estar também com a gente o José Pedro Bastos Neves, Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda; nossa querida amiga Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Abiogás. Está aqui também com a gente a Beatriz, que é Diretora do Departamento de Descarbonização da nossa Secretaria de Economia Verde; também o Marlon, que é Diretor do MME.

Enfim, é uma alegria muito grande.

Eu quero, em primeiro lugar, Presidente, dizer que eu entendo que a agenda prioritária do país, depois de reforma tributária e arcabouço fiscal, é a agenda da transição energética. O Brasil tem uma oportunidade gigante, talvez não tenha outra, de se inserir de forma competitiva na economia verde, como uma grande liderança mundial, por termos aqui a maior biodiversidade do planeta. Temos uma grande disponibilidade de biomassa, temos uma matriz energética limpa e em expansão, em comparação aos demais países.

Logo que nós entramos na Secretaria de Economia Verde, nós recebemos a recomendação do Ministro e Vice-Presidente Alckmin, de quem trago um cumprimento a todos os membros desta Comissão, de que pudéssemos ouvir o setor produtivo para construir a regulamentação do mercado de carbono, uma posição do Governo em relação a isso.

Nós fizemos algumas reuniões. Primeiro, buscamos conhecer os projetos que tramitavam na Câmara e no Senado, e, a partir daí, construímos uma proposta de minuta que pudesse, digamos assim, organizar o debate político no Governo. A partir daí, o Ministério da Fazenda passou a coordenar um grupo de trabalho que reuniu mais de dez ministérios, e hoje

2/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

nós temos uma proposta praticamente pronta no âmbito do Governo Federal, a ser discutido com o núcleo político do Governo se encaminha-se um projeto de lei ou se vai-se trabalhar com alguma das Relatoras desses projetos no Congresso Nacional que pudesse incorporar as teses defendidas pelo Governo.

Essa proposta cria um sistema brasileiro de comércio de emissões e define um modelo, que é um modelo existente na Europa e em vários lugares do mundo, um modelo defendido pela indústria, que é o modelo *cap and trade*; define limites de emissão a partir de 25 mil toneladas de carbono equivalente/ano.

As empresas passariam a ser reguladas, receberiam cotas de emissão que teriam que cumprir. Aquelas que emitirem menos passam a ter cotas referentes a essas emissões evitadas; aquelas que emitirem mais terão que compensar ou dentro do mercado regulado ou, em parte, podendo compensar do mercado voluntário.

Todas as metodologias serão credenciadas por essa autoridade competente e, toda vez que o mercado voluntário for utilizado para fazer compensações *offset* do mercado regulado, elas têm que ter também metodologias credenciadas por essa autoridade competente. A ideia é que se faça uma implantação gradual desse modelo.

Eu entendo que é muito importante que o Brasil desenvolva capacidade de monitoramento, de relato, de verificação, de certificação reconhecidos internacionalmente, para não ficarmos dependentes apenas de agências de certificação externas; mas, repito, é muito importante, sempre, que isso seja feito de forma reconhecida internacionalmente, para que o Brasil possa, nessa interoperabilidade com os mercados externos, aproveitar as oportunidades que tem pelo fato de ser um país que tem um potencial comparativo, digamos assim...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG - ... vantagens comparativas que podem se transformar em vantagens competitivas em função da sua matriz energética renovável e de várias outras vantagens, como disse aqui, como a grande disponibilidade de biomassa.

Eu quero saudar esse trabalho conjunto realizado pelos ministérios. Eu tenho muita convicção de que essa pauta, que é uma pauta ambiental, mas também é uma pauta econômica, será apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional antes da realização da COP, até porque ela foi construída o tempo todo ouvindo os setores interessados, no nosso caso específico, ouvindo sempre a indústria. O modelo que está sendo proposto pelo Governo é o modelo defendido pela indústria. Portanto, eu tenho muita convicção de que nós temos uma grande oportunidade de o Brasil chegar à COP com o seu mercado regulado de carbono aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Muito obrigado, querido ex-Senador, ex-Governador e Secretário de Economia Verde e Descarbonização, Sr. Rodrigo Rollemburg.

Quero aqui também fazer o registro da presença do meu querido e aguerrido Senador por Santa Catarina, meu querido Esperidião Amin. Muito obrigado por estar aqui nos prestigiando como sempre.

E eu não poderia aqui também deixar de registrar a participação dos brasileiros e brasileiras através do Portal e-Cidadania. E, na medida do possível, quando houver a possibilidade, naquilo que vocês se sentirem à vontade, podem responder.

Carlos Augusto, do Rio de Janeiro, a quem agradeço pela contribuição: "As florestas vão ser fiscalizadas e replantadas? Os veículos serão movidos a eletricidade?"

Haroldo José, do Paraná: "Como é definido o valor justo para o crédito? Não seria uma forma de incentivar os países e organizações ricas que podem pagar a poluir?"

Endjey Maxwell, de Minas Gerais: "Para que haja uma redução no consumo energético do país, por que não existe um plano de instalação de painéis solares em prédios públicos?"

Geovani Robson, do Rio Grande do Norte: "De que forma a Caatinga, bioma mais vulnerável às mudanças climáticas, pode se beneficiar do mercado de carbono?"

Endjey Maxwell, de Minas Gerais: "[Como] empresas que não estão diretamente ligadas ao impacto de geração de carbono [...] podem adquirir crédito de carbono?"

Endjey Maxwell, de Minas Gerais: "Em Minas Gerais, houve tragédias com barragens, a fiscalização não funciona. Como garantir [...] a fiscalização [...] no mercado de carbono?"

Joilma Maciel, da Bahia: "[...] carro elétrico não polui o ar, mas e as baterias depois de usadas vão ser descartadas onde? E o lítio é infinito?"

Flávia Andrade, de Mato Grosso: "Existe um esforço para pagar às comunidades tradicionais pela estocagem do carbono das florestas naturais [...]?"

3/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Joilma Maciel, da Bahia: "Precisa de campanhas informativas e de conscientização para a população porque muitos não entendem desse assunto."

José Filho, de Rondônia: "[...] devemos dar algumas alternativas para o bom desenvolvimento do agronegócio em paralelo com o mercado de carbono."

João Jorge, do Ceará: "O mercado de carbono só [vai contribuir para] restringir [...] e encarecer a nossa produção [...] [de alimentos]."

João Augusto, do Distrito Federal: "O mercado de carbono [...] [deverá trazer] mais [...] benefícios [...] às comunidades que residem nas áreas objeto de exploração."

Mateus Ibanhi, de São Paulo: "Para além da discussão sobre o mercado de carbono, devemos estar atentos também a outras ações para diminuir os impactos ambientais no país."

Vejam que foram muitas as contribuições feitas pelo Portal e-Cidadania, e aqui quero agradecer à Agência Senado, ao Portal e-Cidadania, à TV Senado e à Rádio Senado.

Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Pietro Mendes para, em cinco minutos...

O SR. PIETRO MENDES - Cinco? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - É o prazo que nós temos.

Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

O SR. PIETRO MENDES - Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Mdic. Cumprimento todos os demais membros da Mesa.

Aproveito, Senador Fabiano Contarato, para lhe falar que o CNPE (Conselho Nacional de Políticas Energéticas), no Dia das Mulheres, nomeou quatro mulheres como Conselheiras - a Profa. Suzana Borschiver, a Lais Thomaz, a pesquisadora Marília Folegatti e a Profa. Vânya Pasa -, justamente preocupado o Ministro Alexandre Silveira com a questão da diversidade. São todas muito competentes.

Eu até não vou fazer minha apresentação aqui no PowerPoint dado o pouco tempo que nós temos.

O Ministério de Minas e Energia, como bem colocou o Secretário Rodrigo Rollemberg, tem participado das discussões conduzidas pelo Ministério da Fazenda. A Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento, que é liderada pelo Thiago Barral... Está aqui a coordenadora Patrícia Costa, que cuida do Programa de Hidrogênio e também do mercado de carbono e de eólico offshore. Está também do nosso lado aqui, do nosso time do DBio, o Marlon Arraes, Diretor do Departamento de Biocombustíveis, e a Lorena, que é a Diretora substituta do departamento.

A gente apoia integralmente a pauta de criação do mercado de carbono. Entendemos que o Brasil já perdeu muito tempo e muitas oportunidades, inclusive com a possibilidade de geração de recursos dado o nosso potencial gigantesco de geração de energia limpa, e também temos chamado atenção para o fato de que esse esforço sozinho não vai ser suficiente para transição energética.

A gente fez um mapeamento de outros países, e a experiência internacional mostra que a gente precisa do mercado de carbono e de alternativas complementares. Só para vocês terem uma ideia, nos Estados Unidos, que é mapeado no portal da Agência Internacional de Energia, são 106 iniciativas para apoiar energia limpa. E o que nós defendemos é que o mercado de carbono venha e que ele permita a continuidade de uma série de políticas que permitiram que hoje o Brasil tenha uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo.

E aqui eu vou destacar o RenovaBio, que é a Política Nacional de Biocombustíveis. Existe a comercialização de um crédito de descarbonização, os CBIOs. Nós temos colocado dentro do grupo a necessidade de se manter a compatibilidade e a possibilidade da compatibilidade do mercado de carbono com crédito de descarbonização, o Cbio, que é algo importante, e também iniciativas adicionais para promover a descarbonização dos diferentes modos de transporte.

O Secretário Rodrigo Rollemberg tem sido um grande parceiro. O ministério ouviu todo o setor privado. Então, nós estamos na fase final - o Ministro Alexandre Silveira já anunciou isso - de envio para o Congresso de um projeto de lei de um programa chamado Combustível do Futuro. Esse programa tem uma série de iniciativas de descarbonização dos modos de transporte; um capítulo de mobilidade sustentável de baixo carbono, em que o Brasil vai ser o primeiro país do mundo a ter, como avaliação da mobilidade sustentável, a análise de ciclo de vida do poço à roda - o Japão está trabalhando nisso para ter em 2024; isso é muito importante para levar em consideração a etapa de geração de energia, mantendo a competitividade dos nossos biocombustíveis com eletrificação veicular, que chegou e chegou de uma forma forte, agora,

4/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

com esse lançamento da BYD, com a retomada da fábrica de Camaçari -; um mandato para combustível sustentável de aviação - vários países do mundo tem mandato para combustível sustentável de aviação; não é possível descarbonizar o transporte aéreo sem combustível sustentável de aviação -; um mandato para o diesel verde - o diesel verde tem uma produção associada ao combustível sustentável de aviação. Então, é importante para o Brasil, para a autossuficiência, para reduzir a dependência externa de diesel, para reduzir as emissões da matriz de combustíveis e para viabilizar a instalação de biorrefinarias.

O país tem que ocupar uma posição de liderança na geopolítica internacional. A gente fez um esforço...

(Soa a campainha.)

O SR. PIETRO MENDES - ...muito grande para a Índia ir para os teores, por exemplo, de E20 no etanol. E não temos que ser só seguidores do Hemisfério Norte, a gente pode realmente ajudar países da África, América Latina, países da Ásia a alcançar esse modelo de mobilidade sustentável, que é mais barato para a população como um todo.

E temos também a ideia de fazer um grupo de estudo, que está na pauta da próxima reunião extraordinária do CNPE, para o E30, e já colocar nesse PL a possibilidade de o Governo aumentar para 30% o teor de etanol na gasolina, condicionado à realização de testes em motores, para que a gente não tenha prejuízo para os veículos movidos somente a gasolina. E esse esforço, além de descarbonização, é importante para que a gente gere um novo ciclo de desenvolvimento de motores a combustão; porque a octanagem da gasolina está em 93, a gente, com esse teor, pode chegar a 94, e teremos motores a combustão mais eficientes, que consomem menos combustível e que possibilitam, portanto, a redução das emissões dos gases do efeito estufa.

Então, era isso que eu queria deixar como mensagem. Precisamos do mercado de carbono, mas precisamos continuar apoiando todas as outras iniciativas, porque a transição energética é um desafio muito grande. Precisamos empilhar incentivos. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Muito obrigado, Sr. Pietro Mendes.

Neste momento, convido a se manifestar o Sr. José Pedro Bastos Neves, que é Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda.

Eu quero deixar claro aqui também para os colegas que o tempo está restrito, mas só que a gente vai ampliar isso depois, contando com a colaboração do meu querido Senador Esperidião Amin. Posteriormente, se ele puder me substituir na Presidência, eu agradecerei. Um trecho, por gentileza.

Então, por gentileza.

O SR. JOSÉ PEDRO BASTOS NEVES - Boa tarde a todos. Boa tarde ao Senador Fabiano Contarato - muito obrigado pelo convite, por estar aqui falando um pouco sobre o mercado de carbono -, aos demais colegas e aos presentes também.

Eu estou aqui representando o Ministério da Fazenda. Na Secretaria de Política Econômica, nós temos coordenado essa iniciativa interministerial para a implementação do mercado de carbono e eu acho que as linhas gerais já foram muito bem explicadas aqui pelo ex-Governador Rollemberg, eu não vou me ater a isso. Eu vou, em vez disso, colocar uma perspectiva nossa do mercado de carbono - nossa, eu digo, da SPE - e uma preocupação que também nós temos ao longo de todo o trabalho que estamos desempenhando.

Então, primeiramente, a gente vê o mercado de carbono como um instrumento de uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental, na linha um pouco do que o colega Pietro Mendes acabou de dizer. Precisamos de vários incentivos, precisamos de vários instrumentos. É um desafio não só do Brasil, mas de todos os países do mundo. Até agora, temos alguns indicativos de o que fazer, mas não temos a certeza do que devemos fazer. Então, vemos como um instrumento, mas um instrumento fundamental, porque ele, por um lado, alinha os incentivos econômicos, para que os agentes privados optem por processos com menos conteúdo de carbono, com menos emissões; e, ao mesmo tempo, ele também vem responder a uma restrição que temos na economia brasileira, que temos atualmente, que é a restrição fiscal. Ele é um programa que não implica gastos fiscais, não implica grandes volumes de investimento. Então ele é um programa regulatório, e é por isso que ele se encaixa - e é esta a missão da nossa secretaria, compatibilizar o regime macrofiscal com o desafio do desenvolvimento econômico - como uma peça fundamental nessa estratégia.

Dito isso, tem dois temas que nos preocupam demais, que sem os quais, se o mercado de carbono não atentar a isso, ele pode fazer água, ele pode não dar em nada. O primeiro é a necessidade e a urgência de que ele seja compatibilizado com os demais sistemas de precificação de carbono ao redor do mundo, correto? Então, tanto do ponto de vista de créditos voluntários, quanto do ponto de vista de ajustes de fronteira, temos que ter a certeza de que não só estamos regulando o mercado de carbono, mas de que essa regulação é aceita pelos nossos pares internacionais.

5/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E isso tem uma série de implicações no desenho do instrumento. Uma delas é que a gente tem que ter critérios rígidos. Nós temos que ter uma regulação rígida, temos que ter registros e por aí vai, de forma sempre a conversar com as melhores práticas. Isso, temos desde o começo dos trabalhos. Referenciamos ao projeto realizado até pelo Aloisio, aqui na mesa, alguns anos atrás, no âmbito do Banco Mundial, um trabalho de preparação institucional para a introdução do mercado. Então todo esse diálogo com organismos multilaterais e outros países tem permeado todo o debate.

E o segundo ponto de atenção, que também vai continuar não só agora, com a apresentação do projeto de lei, mas pelos anos vindouros, é o de criar um sistema regulatório robusto, que realmente consiga identificar créditos de alta qualidade, para evitar o que hoje em dia se chama de *greenwashing*. É claro que vocês acompanham o debate, e esta é a grande questão em todos os mercados, dos mais desenvolvidos aos menos, de realmente garantir a qualidade do crédito de carbono: que ele seja realmente representativo da redução de uma tonelada de gás do efeito estufa, porque, no final das contas, isso é só um mecanismo de compensação, mas o objetivo final justamente é retirar esse volume alarmante de gases do efeito estufa da atmosfera. Então não adianta nada a gente produzir títulos, a gente produzir certificados que nada tenham de realidade subjacente a eles.

Então acho que, com isso, eu encerro aqui a minha fala, à espera do debate. Novamente agradeço a atenção de todos. E, juntos aí, vamos tentar esse desafio de regulamentar e dar espaço à frente, que nós tanto precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Muito obrigado, José Pedro, por suas contribuições.

Quero fazer aqui o registro e minha alegria com a presença do Deputado Joaquim Passarinho, do PL, do Pará. Bem-vindo a esta Casa!

E também do meu querido ex-Deputado Marcelo Ramos, que está aqui, que veio aqui nos cumprimentar. É uma alegria sempre os rever!

Neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Ludmilla Cabral, que é Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da Abiogás (Associação Brasileira do Biogás).

A SRA. LUDMILLA CABRAL - Boa tarde!

Obrigada, Senador Fabiano Contarato, pelo convite a participar desta mesa, deste debate tão importante. Parabenizo a iniciativa da frente por trazer essa temática aqui hoje.

Quero cumprimentar meus colegas de mesa: o querido Secretário Pietro, o querido Secretário Rodrigo Rollemberg e os demais aqui, a quem cumprimento na pessoa deles.

Eu estou aqui falando em nome da Abiogás. A Abiogás é a Associação Brasileira do Biogás. A gente está completando, neste ano, dez anos de existência, e a gente acredita e apoia a regulação de um mercado de carbono por meio desse Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, que o Secretário Rollemberg citou no início de sua fala.

O biogás e o biometano são combustíveis que estão participando desse primeiro mercado, podemos dizer assim, regulado de descarbonização do país, que foi bem citado aqui pelo Secretário Pietro, que é o RenovaBio. O biogás e o biometano são participantes do programa do RenovaBio e com destaque, tendo a melhor nota, com a menor pegada de carbono; é um biocombustível que tem um potencial de redução de emissões alto. Vale ressaltar que o biogás e o biometano são biocombustíveis oriundos dos resíduos. Então, a gente contribui para a mitigação de passivos ambientais.

Para o setor de biogás e biometano é uma oportunidade ter a regulação, a regulamentação desse mercado de carbono. A gente acredita que o setor tem a oportunidade de ajudar setores de difícil descarbonização quando assim vier a regulação desse mercado: setores como o do aço, do alumínio, dos próprios transportes pesados, como bem citado aqui pelo Secretário Pietro, e dos fertilizantes. Então, a gente entende que o mercado precisa ser debatido, e já tem uma proposta muito bem estruturada, tanto vinda do Executivo como aqui, no Senado e na Câmara.

E a gente apoia as melhores práticas. Então, a gente acredita que alguns princípios devem ser levados em consideração quando a gente fala do mercado regulado de carbono. Entre eles, eu cito aqui: a governança e a transparência de boas práticas; uma definição clara e factível dessas metas; e o seu devido cumprimento.

Além disso, a gente acredita que é necessário que se estabeleça uma metodologia de avaliação do ciclo de vida para verificação das emissões de reduções - também muito bem pontuado pelo Secretário Pietro quando citou a questão do combustível do futuro.

Era essa a mensagem que a gente gostaria de deixar aqui. A gente acredita na aprovação desse mercado regulado de carbono. Ele é extremamente importante para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. E a Abiogás está à disposição para contribuir com o debate.



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Muito obrigado, Sra. Ludmilla.

Neste momento, convido o Sr. Bruno Carvalho Arruda, Subchefe da Divisão de Ação Climática do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. BRUNO CARVALHO ARRUDA - Boa tarde! Boa tarde a todas e todos!

Eu gostaria de agradecer ao Senador Fabiano Contarato pelo convite e pelas palavras iniciais, as quais eu subscrevo.

Na pessoa do Secretário Rodrigo Rollemberg, que tem sido uma presença muito ativa e importante na elaboração do nosso Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, eu gostaria também de cumprimentar os demais colegas aqui da mesa.

Bom, minha intenção vai ser contextualizar um pouquinho esse debate sobre o mercado de carbono trazendo a perspectiva internacional.

No âmbito internacional, o primeiro aspecto que salta à mente, quando se fala em mercado de carbono, são as grandes somas envolvidas. É comum se ouvir dizer que os mercados internacionais devem mobilizar na casa de bilhões de dólares em investimentos sustentáveis. Por isso, nós avaliamos que é importante calibrar um pouco essas expectativas, trazendo alguns elementos.

Primeiro, também é importante distinguir os mercados que são regulados e orientados pelos organismos internacionais daqueles mercados voluntários. Os mercados internacionais voluntários são livres, operam livremente, em geral associados ao cumprimento de regras de gestão de grandes empresas, mas eles não têm uma supervisão multilateral. Já os mercados regulados internacionais têm essa supervisão internacional.

A lógica do mercado internacional regulado é permitir uma alocação eficiente de recursos; quer dizer, aqueles que têm melhores condições de mitigar, mas não têm recursos, podem se beneficiar dos recursos colocados à disposição por aqueles que têm menos possibilidade de mitigar a emissão de gás de efeito estufa e têm recursos para fazê-lo.

Existe uma experiência prévia que foi colocada pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, sob o Protocolo de Kyoto, que operou por alguns anos e ainda opera. O Brasil foi um dos principais beneficiários do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, como China e Índia também, e atraiu recursos consideráveis em projetos sustentáveis. Atualmente, ele está sendo tratado sob o Artigo 6º do Acordo de Paris, que ainda se encontra em regulamentação. A maior preocupação da regulamentação do Artigo 6º do Acordo de Paris, da qual nós participamos ativamente, é justamente com o que o José Pedro mencionou: sobre a credibilidade e a integridade ambiental desse mecanismo. Isso se deve, claro, às denúncias que ocorrem de tempos em tempos sobre a perspectiva do *greenwashing*, como colocou o José Pedro; quer dizer, são países ou entidades que se utilizam desse sistema para melhorarem a sua imagem sem realmente contribuírem para a causa ambiental, para o elemento ambiental.

Como forma de proteger o sistema internacional multilateral, existe uma série de dispositivos. Um deles, muito importante, é um ajuste contábil que está sendo criado agora, que se chama ajuste correspondente. Em poucas palavras, isso quer dizer que cada crédito de carbono "exportado" por um país - exportado, entre aspas - seja um ajuste na contabilidade nacional de emissões daquele país; quer dizer, se nós vendemos nossos créditos, seria como se nós estivéssemos emitindo mais na nossa contabilidade nacional. E isso foi estabelecido como forma de evitar a dupla contagem dessas emissões, de melhorar a integridade ambiental dos mercados internacionais de carbono. Então, esse é um elemento muito importante.

O que ele quer dizer para o Brasil? Quer dizer que, a partir de agora, a autorização para as transferências internacionais de créditos de carbono deve ser feita de forma muito responsável, porque, ao autorizar essas transferências internacionais, o país pode estar se afastando também do cumprimento das suas contribuições nacionalmente determinadas, seus compromissos sob o Acordo de Paris. Então é preciso que haja uma avaliação no contexto mais amplo do cumprimento pelo Brasil de suas metas internacionais e da sua estratégia nacional de combate, de mitigação da mudança do clima.

É importante ter em mente como isso se relaciona com o sistema brasileiro e com o mercado doméstico de crédito de carbono.

Existem duas associações imediatas. Primeiro, a compatibilidade direta; quer dizer, o sistema brasileiro de crédito de carbono vai gerar créditos, que, eventualmente, poderão, dadas as circunstâncias adequadas, ser exportados e entrar no sistema internacional.

Então, assegurar essa compatibilidade, tanto em termos de integridade ambiental, quanto de metodologias aceitáveis, enfim, todos os aspectos contábeis, é importante.

E um outro elemento também essencial são as considerações...

(Soa a campainha.)

7/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. BRUNO CARVALHO ARRUDA - ... em termos de imagem. Quer dizer, é importante, do ponto de vista internacional, que o mundo perceba o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões ou o mercado brasileiro de carbono como algo sustentável, como algo positivo, como algo que cumpre a sua proposta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e não apenas gera ganhos de imagem para aqueles que colocam ali recursos, sem o correspondente ganho ambiental. Então, esses dois elementos são os principais.

Para encerrar, só gostaria de deixar essas três mensagens que nós consideramos muito importantes e centrais. Que o mercado internacional de carbono não deve ser percebido como uma mina de ouro pelos agentes. Não é essa a proposta dos mercados de carbono. A proposta é que eles sejam percebidos como um instrumento, entre outros, no nosso esforço coletivo pela redução da emissão de gases de efeito estufa, que é um esforço urgente, quer dizer, é um mecanismo a mais, é uma forma que se propõe inteligente de apoiar essa nossa meta que deve ser prioritária. Mas isso também não quer dizer que ele não ofereça importantes oportunidades para o Brasil. Oferece, sim, e nós temos que nos posicionar de forma a poder aproveitá-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Muito obrigado, Sr. Bruno.

Imediatamente eu passo a palavra ao Sr. Aloisio Lopes Pereira de Melo, Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO - Muito boa tarde, Senador Fabiano Contarato e Senador Esperidião Amin. Muito boa tarde a todas e todos. Em nome da Ministra Marina Silva e também da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, Ana Toni, nós agradecemos muito pelo convite, por essa iniciativa de diálogo aqui na frente parlamentar num tema que é tão relevante. E o que eu gostaria aqui nessa participação é colocar o nosso olhar, como Ministério do Meio Ambiente, para essa agenda e para esse instrumento.

Primeiro, acho que é importante pontuar esse contexto em que o Brasil está retomando muito ativamente a agenda climática, a política climática. No último dia 5 de junho, o Presidente Lula assinou o decreto que estabeleceu o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Estamos trabalhando para criar uma governança bastante robusta, à altura do que essa política merece, e considerando o grau de prioridade que ela tem, o fato de que hoje, de fato, ela é uma política transversal no Governo Federal. E também que governos estaduais, governos municipais têm avançado muito com essa agenda, mesmo quando o Governo Federal não avançou, e que a sociedade civil está cada dia mais ativa, tanto na agenda de mitigação, redução das emissões, como também de adaptação, da necessidade de uma atuação urgente, emergencial, para fazer frente aos impactos que já se verificam das alterações no sistema climático e que afetam a população mais vulnerável. Então, há uma soma de vulnerabilidades que se agudizam nesse contexto. Então, isso é absoluta prioridade para todos nós nessa agenda do Governo Federal.

Vamos, na primeira reunião do Comitê Interministerial, retomar o plano nacional de mitigação, que vai nos dizer como vamos entregar a meta de redução de emissões até 2030, que está no nosso compromisso internacional da NDC, de forma bastante objetiva. Sabemos que vários setores têm avançado, como o setor energético e o setor de combustíveis, com vários instrumentos nessa agenda, e o setor da agropecuária também.

Agora, sabemos que precisamos retomar essa agenda e avançar. Da nossa parte, temos já entregado resultados do ponto de vista de redução do desmatamento na Amazônia com esses dados de redução aí de mais um terço dos alertas prévios em relação ao período anterior, ou seja, a ação está mostrando resultados, e temos o desafio do desmatamento no Cerrado e nos demais biomas.

Esse instrumento de mercado de carbono é importante nesse contexto porque é isto: na medida em que essas fontes de emissão passam a ser menos relevantes, e vão ser, e o nosso compromisso é acabar com o desmatamento, e o setor florestal dar uma contribuição, se possível, positiva do ponto de vista de remoção, outros instrumentos, outras formas de ação e mobilizar esforços de redução em outros setores é fundamental. E é isso que esse mecanismo do mercado de carbono faz, se propõe a fazer, e de uma forma, como já foi dito aqui pelos meus vários colegas, que é custo efetiva, uma forma que tem um efeito de inovação, de indução da competitividade, que contribui para posicionar o Brasil como efetivamente um provedor de soluções climáticas para o mundo, então, é uma agenda que tem esse caráter estratégico.

Nossa perspectiva, talvez endereçando a algum dos comentários que vieram já dessa participação virtual de quem está acompanhando aí, nosso olhar no Ministério do Meio Ambiente: além de ter esse sistema regulado, com todas essas características, bastante sólido, com um sistema de relato de emissões bastante íntegro, também esse mecanismo vai permitir que a gente crie um sistema de verificação, avaliação e credenciamento de tecnologias de geração de crédito



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

de carbono que estão hoje no mercado voluntário que poderão, esses créditos, eventualmente, a partir dessa avaliação, integrar o sistema regulado.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO - Então, esse mecanismo acho que é fundamental para a gente ter, vamos dizer, um padrão de boas práticas e integridade e, mais importante que isso, na discussão com o nosso grupo no Governo Federal, é necessário, por meio dessa regulação, criar, efetivamente, estabelecer salvaguardas, garantias de direitos aos povos indígenas, aos povos e comunidades tradicionais que estão efetivamente fazendo a gestão das nossas áreas florestais e que hoje vivem uma situação de muita insegurança jurídica, de um certo assédio para assinar contratos de geração de crédito de carbono. Então, colocar uma regulação para isso que garanta consultas, salvaguardas, que garantam o efetivo protagonismo desse povos e comunidades para que isso se torne um benefício de desenvolvimento sustentável de fato e uma contribuição para a gestão das áreas de florestas por meio da compensação dessas comunidades. Essa é uma dimensão importante, um tema que a gente acha que é importante que esse projeto de lei equacione. Com isso, eu acho que a gente cria um arcabouço acho que bastante robusto.

E eu corroboro as falas também dos meus colegas sobre a necessidade de que seja, de fato, íntegro, que a gente esteja no melhor patamar de boas práticas internacionais, porque é isso que vai fazer com que a gente tenha um mecanismo que, de fato, permita essa integração, permita que os benefícios potenciais possam ser canalizados para os agentes econômicos do país em prol desse desenvolvimento sustentável e em prol de uma trajetória de redução de emissões efetiva e de neutralidade de emissões até 2050, que é o nosso compromisso como país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) - Muito obrigado, Sr. Aloisio Lopes.

Agora convido o Sr. Marcelo Mendonça, que é Diretor de Estratégia e Mercado da Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), para fazer suas colocações, por gentileza.

O SR. MARCELO MENDONÇA - Boa tarde. Cumprimento o Senador Fabiano Contarato, o Secretário Pietro Mendes, o Secretário Rodrigo Rollemberg e, assim, cumprimento os demais integrantes da mesa.

Como o Senador falou, eu represento as distribuidoras de gás canalizado e represento o gás natural. E, como associação, a gente apoia a criação do mercado de carbono regulado. Acho que é uma importante iniciativa. Até quando a gente olha o histórico do gás natural e a participação no mercado - como o Pietro falou -, nós possuímos a matriz energética mais limpa do mundo, e muitas ações já foram feitas ao longo desses anos. Então, falando do meu mercado, o mercado de gás natural, pegando o exemplo, quando a gente teve, no início do gasoduto Bolívia-Brasil, a disponibilização de mais de 30 milhões de metros cúbicos/dia, esse volume de gás surgiu para deslocar o óleo combustível, um combustível mais poluente. Então, o gás natural já teve essa oportunidade de deslocar combustíveis mais poluentes, contribuindo, assim, para a redução das emissões. Só que, naquela época, nós não tínhamos essa oportunidade de medir de uma forma tão eficiente como podemos fazer agora, e essas medidas é que precisam ser implementadas.

Há outras iniciativas que as distribuidoras têm realizado, como, por exemplo, a oferta hoje, no Estado do Ceará. Hoje, 15% do gás que é disponibilizado no Estado do Ceará é proveniente de um aterro sanitário, é um gás renovável. Então, dessa forma, as distribuidoras também podem contribuir com essa redução das emissões.

Um outro mercado importante que a gente pode trabalhar, na substituição, na redução das emissões, é justamente o mercado de veículos pesados. Hoje, o Brasil importa cerca de 28% do diesel, comprometendo sua balança comercial. E a entrada do gás natural, conjuntamente com o biometano, pode ajudar muito na redução dessas emissões. Então, dessa forma, entrando com o gás natural, por exemplo, nós poderíamos estar deslocando 11,5 milhões de toneladas/ano de CO₂ na substituição do diesel, somente considerando o diesel importado, com programas de governo ligados para a substituição de diesel importado. E, se eu entrar com o biometano, eu consigo deslocar 46 milhões de toneladas de CO₂ por ano.

Então, essas medidas que a gente observa da criação do mercado de carbono regulado, junto com outras medidas que o Governo tem implementado, como o gás para empregar e outras medidas que estão sendo realizadas que realmente conseguem consolidar o gás natural como combustível de transição e fazendo essa integração com o biometano, acho que muito têm para contribuir com o desenvolvimento dessas medidas.

Era isso.

Obrigado, Senador Esperidião. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - O Governo me assediou aqui. Eu fui vítima de assédio governamental. (*Risos.*)

9/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Como eu nasci no dia de São Tomé, eu perguntei quando é que eu vou conhecer a redação final da reforma tributária. Eu sou um homem acostumado ao concreto, e ele me prometeu - coisa muito rara para político - que hoje sai.

Então, eu queria cumprimentá-lo e pedir desculpas pela momentânea falta de atenção.

Antes de passar a palavra ao Sr. Darlan Santos, eu gostaria de indagar ao Sr. Aloisio, que mencionou um projeto de lei que está sendo preparado.

Ontem nós tivemos uma interessantíssima sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre ONGs, da qual participei o ex-Ministro Aldo Rebelo, que enumerou os projetos de lei já encaminhados, inclusive dois pelo Presidente Lula em 2008, sobre atividade de mineração em reserva indígena. Nenhum desses projetos - e houve outros - logrou êxito. Alguns pareciam estar chegando à marca do pênalti. Ele fez um retrospecto com muito conhecimento de causa.

Como o senhor mencionou algo que é conexo com isso... Sim, e eu digo que, mais do que conexo, é convexo, porque se supõe que quem vai minerar vai ganhar mais dinheiro do que quem vai receber, do que quem vai oferecer a anistia, certo? Senão, eu não pagaria a anistia; é porque eu ganho mais do que a anistia. O raciocínio é lógico. Pode até ter dificuldade de localização geográfica...

Então, eu sugiro que o senhor imagine a hipótese de a própria comunidade indígena organizar a mineração e ela própria, ou outra comunidade, pagar; e não ser apenas o franqueado, mas poder franquear, fazendo uma comparação que guarda sentido. O que é melhor: franquear ou ser franqueado? Teoricamente, franquear é melhor, porque eu ganho dos franqueados - e ganho o suficiente para compensar até o sucesso deles.

Coloca aí no seu computador e manda... Se tiver dúvida, pede ali para o vizinho que trabalha com o Haddad. Dizem que os patrícios inventaram os algarismos arábicos para ter essa facilidade de fazer contabilidade. Haddad quer dizer ferreiro; quer dizer, até o ferro esquentar, a coisa sai.

Muito obrigado.

Com a palavra, o Dr. Darlan.

O SR. DARLAN SANTOS - Boa tarde! Boa tarde, Senador Esperidião Amin. Boa tarde ao Sr. Rodrigo Rollemberg, ao Secretário Nacional, a todos que acompanham aqui a mesa e a todos os amigos representantes aqui das entidades do setor. O Cerne é o Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia. Talvez os senhores conheçam o seu fundador, que hoje é Presidente da Petrobras, ex-Senador Jean Paul Prates, colega de todos os senhores, ao qual...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Nosso amigo e de quem sou admirador pessoal.

O SR. DARLAN SANTOS - Muito bem.

E alguém que me colocou na situação, em 2017, de assumir a Presidência do Cerne e continuar as nossas atividades, principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Se ele nunca rompeu com o senhor, é porque o senhor é muito hábil.

O SR. DARLAN SANTOS - E nós acabamos tratando e absorvendo bastante a pauta do setor energético voltada para o setor de energias renováveis, com destaque para a energia eólica e para a energia solar. E esse setor não tem como ficar de fora desse debate, que envolve sustentabilidade, processo de descarbonização, transição energética, e, evidentemente, está totalmente inserido dentro dessa expectativa de mercado de carbono.

Esse mercado, essa temática já apareceu aqui no Brasil há alguns anos. Provavelmente, alguns dos senhores devem ter acompanhado isso e, evidentemente, em função da falta de informação, da falta de um texto regulatório, esse debate, esse assunto não chegou a ganhar força, diminuiu. No entanto, a gente observa, de novo, agora, um momento talvez interessante, um momento no qual ele recebeu o incentivo necessário.

A gente tem textos que estão tramitando e que a gente espera que saiam, quem sabe, ainda no final deste ano.

Várias análises foram sendo feitas, e eu queria destacar aqui algumas informações, que inclusive foram motivo de um estudo da FGV, indicando, por exemplo, que, dos três principais mercados, dos três principais segmentos, aqui no Brasil, para o mercado de carbono, estava destinada a eficiência energética. É uma temática importantíssima. Acho que, em segundo lugar, na colocação deles, estavam os assuntos relativos a desmatamento, a florestas, e, em terceiro lugar, estava o setor energético.

Evidentemente, as entidades que estão aqui hoje, fazendo suas falas, representam esse setor, gás, mas eu queria destacar aqui e trazer o lado, exatamente, do setor eólico e do setor fotovoltaico, que também estão aptos e que podem fazer parte desse processo.



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Brasil, nos últimos dez anos, saiu de, aproximadamente, nada de geração eólica e fotovoltaica... Hídrica, não. O Brasil já tem uma matriz, eminentemente, energética limpa. Já tinha, desde aquela época, mesmo que essa definição ainda não fosse tão clara, mas já era eminentemente limpa. Mas, de 2009, com o estabelecimento do mercado regulado de energia, até aqui, o que a gente obteve foi um avanço, que eu acredito, nem o Ministério de Minas e Energia esperava, nem a Empresa de Pesquisa Energética esperava, um crescimento do setor eólico.

E eu queria dar um destaque aqui, Senador Esperidião Amin, para a Região Nordeste do Brasil, porque falar de energia renovável eólica e fotovoltaica... Evidentemente, existem outras fontes renováveis, como biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, mas eu vou me centrar nessas duas que são as que tem ganhado mais expressividade no setor.

Falar sobre esse setor é falar da Região Nordeste. Só o Rio Grande do Norte, nos próximos seis anos, vai ter, praticamente, uma Itaipu, dentro do estado, apenas de energia eólica. Isso sem a gente somar a Bahia e sem a gente somar o Ceará. E agora eu vou agregar mais dois fatores: energia eólica *offshore*, que é um processo que os senhores estão acompanhando também, e, agora, a reboque, na discussão, a geração de hidrogênio a partir de fontes renováveis, até para poder receber o selo verde.

(Soa a campainha.)

O SR. DARLAN SANTOS - Então, a gente observa, no setor de energias renováveis, que a eólica, a solar e outras fontes têm muito a contribuir.

E eu queria aqui destacar um ponto, já para respeitar o nosso horário, inclusive da fala do amigo sobre a questão da confiabilidade dos contratos, confiabilidade dos estudos, a imagem que isso está passando das empresas e do país. Por exemplo, a EPE e o Ministério de Minas e Energia fizeram um excelente trabalho, e eu acho que a gente poderia analisar isso, que é a questão da habilitação dos projetos. O que eu quero dizer? Para que projetos de má qualidade técnica conseguissem participar dos processos, dos certames, dos leilões, por exemplo, eram exigidas - exige-se até hoje - tanto as certificações por entidades independentes e com experiência internacional, como também passa por uma habilitação interna dentro da própria EPE. E o que a gente observa hoje no Brasil em relação ao mercado de carbono? Apenas duas empresas, duas certificadoras acabam dominando o prospecto de projetos aqui no Brasil.

Mas um processo foi feito de uma forma interessante lá na EPE. Não havia certificadores nacionais, mas se colocou uma regra. No desenvolvimento de certificadores nacionais, vamos colocar a seguinte regra: pelo menos cinco projetos habilitados que já tenham tido alguma certificação internacional ou que pelo menos tenham tido cinco projetos habilitados e avaliados pela EPE no Brasil. E, dessa forma, começaram a surgir, dentro do Brasil, certificadores independentes, com validação internacional, com qualidade, com preço competitivo.

Essa talvez seja uma das sugestões do mercado que o setor de energia renovável, que participa dos leilões de energia, que foi um mercado que se consolidou, possa trazer, possa servir de análise para quem está construindo os procedimentos de garantia para evitar o *greenwashing*, como você comentou, e uma forma de diversificar também no Brasil essas certificadoras, já que hoje o número de certificadores que estão atuando aqui é extremamente pequeno.

Senhores, obrigado pelo tempo.

Agradeço, e o Cerne fica à disposição para dar as suas contribuições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Quero cumprimentá-lo e, antes de passar a palavra para o Sr. Abel Leitão, que é o próximo, queria só lhe sugerir incluir na sua visualização: agosto é o mês do Anexo C do Tratado de Itaipu, ou seja, em agosto termina o ciclo Itaipu financiada. Aliás, já terminou, já está paga, e nós estamos aferindo na Comissão de Serviços e Infraestrutura os impactos que são produzidos por despesas não operacionais da Itaipu que incidem sobre a tarifa repassada. Deu para entender?

A base desse investimento de 2023, o número menor é de US\$316 milhões de investimentos não operacionais, despesas e investimentos, confirmado o que tem acontecido nos últimos quatro anos, quando foi ultrapassada a cifra de R\$1 bilhão.

Nós estamos com as perguntas já formuladas ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da Aneel - perguntas formuladas por mim, por isso que eu coloco aqui. Os meus alunos na Universidade Federal de Santa Catarina fizeram o primeiro trabalho sobre o Tratado de Itaipu em 2008, quando se completaram 35 anos da sua existência. E é muito interessante saber que esta está paga, ou seja, o que vier é lucro, receita *versus* despesa de manutenção, ou talvez de atualização, mas não do investimento original. (*Pausa.*)

O SR. ABEL LEITÃO - Bom...

11/17



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Certo?

O SR. ABEL LEITÃO - Posso?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Claro, pode falar!

O SR. ABEL LEITÃO - Boa tarde, Senador Esperidião Amin. Boa tarde, Sr. Rollemburg. Boa tarde, Pietro e todos os secretários aqui presentes.

Eu aqui estou hoje representando a Brasilcom, que é uma entidade que representa as distribuidoras regionais. São 43 distribuidoras em todo o país. Juntas, representamos mais ou menos 25% do mercado brasileiro e atuamos em todos os locais, em todas as partes do Brasil.

Queria tocar aqui um ponto importante, que é o nosso compromisso, antes de mais nada, com qualquer programa de descarbonização - e vamos falar especificamente do RenovaBio, que é o programa que nos toca. E justamente por achar que esse modelo é muito nobre, a gente está incomodado com diversos problemas que existem hoje no RenovaBio, que, no fundo hoje, acaba sendo - alguém falou na apresentação anterior em "pote de ouro" - um programa de transferência de renda de toda a população para um setor econômico, na prática.

O segundo ponto que eu gostaria de mencionar diz respeito ao Lição Aprendida - nós tínhamos alguns eslaides aqui, mas estou fazendo um resumo. Lição Aprendida é um programa, senhores, que tem quatro anos, então tem muita coisa ali em que a gente já errou e já acertou. Acho que é muito importante para o que se está discutindo aqui agora, que é o mercado brasileiro de descarbonização, o mercado de carbono, o qual a Brasilcom apoia claramente, que é tudo aquilo que a gente já vem discutindo nos últimos anos: a fungibilidade, a internacionalização, a inclusividade. É um programa que... Nos últimos quatro anos, o setor de distribuição vem sofrendo justamente por falta desses elementos.

Ciência. Nós da Brasilcom temos muito orgulho de termos uma parceria com a PUC do Rio de Janeiro. Já fizemos dois trabalhos: um, em 2020, bem no início do programa RenovaBio, no qual a gente já apontava alguns vícios de origem; e, agora, em 2022, um programa recente apontando justamente a consequência desses problemas.

Esse trabalho teve repercussão, nós o levamos à sociedade brasileira. É importante dizer e quero destacar que o TCU, que participou dessa apresentação e desse debate conosco na Brasilcom, também emitiu recentemente um relatório corroborando as críticas e as sugestões de melhoria que esse trabalho produziu.

Quero só enfatizar que o trabalho que nós fizemos não foi só de críticas, foi também de sugestões de melhoria, porque, de novo, essa é uma bandeira muito nobre, e nos incomoda que ela tenha sido sequestrada por um setor econômico e que hoje esteja sendo um pote de ouro desse setor econômico, porque isso tira a sustentabilidade do programa, que é muito nobre e é importante para toda a sociedade brasileira. Agora, que estamos dando um passo maior dentro do mercado de carbono, é muito importante a gente refletir sobre aquilo que foi feito e o que está sendo feito dentro do RenovaBio.

E quais são essas distorções? Vamos dividir rapidamente aqui: distorção na comercialização...

Vocês imaginem que hoje esses títulos, que somam algo em torno de 4 ou 5 bilhões - depende do preço do CBIO, que é flutuante -, estão sendo comercializados num sistema que é dito B3, mas sem nenhuma transparência, sem nenhuma fiscalização, seja da CVM, seja do Banco Central. Ora, é um valor muito relevante para ser negociado sem isso. E, de novo, dentro de *players*... Esse é um mercado que tem um alto grau de concentração: você tem três do lado dos ofertantes e três - ou dois até - do lado dos compradores, que concentram mais da metade do setor.

(Soa a campainha.)

O SR. ABEL LEITÃO - Então, é muito complicado você ter um potencial conflito de interesses e não haver fiscalização.

Há também a distorção da parte obrigada, que a gente chama de distorção estrutural. Na maioria dos países - e o trabalho feito pela PUC do Rio de Janeiro revela isso -, a parte obrigada é sempre a parte que mais polui. Normalmente, na cadeia de petróleo, seria o setor de refino, ou importadores, a primeira etapa da cadeia, porque é ali que ele causa o maior dano ambiental e é ali que tem o maior potencial de reversão, de melhoria.

Isso no Brasil é uma jabuticaba: é o único país em que é exclusivamente atribuída à área de distribuição essa obrigação. É uma distorção bastante grave.

E, dentro dessa distorção, isso causa um sacrifício muito grande - e eu vou falar um pouco das distribuidoras menores, que lutam pela sua subsistência - porque esse é um valor muito representativo.

Hoje, para vocês terem uma ideia, tomando o CBIO a R\$150, R\$0,12 do preço do combustível que é pago na bomba é exclusivamente devido aos CBIOS. Isso para uma empresa menor, que trabalha com o fluxo de caixa apertado, é muito relevante, porque ela tem dois caminhos: ou ela vai ao mercado financeiro e se endividada a taxas de juros como, partindo



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

da Selic, de 14%, e ela se enrola financeiramente, ou ela simplesmente reduz o seu volume. Tivemos um associado que reduziu 50% do seu volume. Isso é muito duro para uma empresa que conquista isso. É quase que se livrar de um filho para salvar a família. Então, esse é um ponto, um efeito colateral muito grave das distorções que o programa traz.

E aí eu chamo aqui um negócio que é oportunidade perdida. Esse é um programa que já tem quatro anos; se tivessem os títulos a fungibilidade, a intercambialidade que a gente preconiza, com a transparência adequada, é um programa que podia ter diversos emissores e diversas partes comprando. Esse programa... Por exemplo, não sendo parte obrigada, praticamente ninguém compra esse título. Só as partes obrigadas, porque são obrigadas - já diz o nome. Então, esse é um ponto que eu acho que, se a gente consegue fazer os ajustes necessários, a gente consegue transformá-lo, e ele pode ser um grande alavancador do próprio mercado de carbono brasileiro como um todo. Temos que aprender com os erros. Errar é humano, mas não podemos insistir no erro.

Prestação de contas - rapidinho. Já foram dados da B3 R\$14 bilhões transacionados nesse mercado nos quatro anos. E eu pergunto, aonde foi esse dinheiro? Onde foi aplicado todo o recurso? Qual foi a melhoria do meio ambiente que ocorreu nesse período?

Eu vou deixar a pergunta no ar, só lembrando que hoje a população toda está pagando R\$0,12 por litro, em cada litro de gasolina ou de diesel que compra.

Obrigado, senhores.

Desculpem-me pelo avanço do horário.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Meus cumprimentos ao Dr. Abel Leitão pela objetividade e pela preservação do tempo. Em termos Parlamentares, sem problema nenhum.

Aproveito a oportunidade para registrar aqui a presença... Pareceu-me que estava vendo a fotografia do grumete Hugo Leal, já com um generoso reflorestamento. (*Risos.*)

Sempre que alguém promove o reflorestamento, deve ter algum remorso atrás disso.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - A inveja mata. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - No meu caso, a inveja já está sublimada há muito tempo. Cansou de existir. Eu já me perdoei. (*Risos.*)

Mas o seu partido está distribuindo... Pela frequência dos seus companheiros, eu acho que tem alguma "bolsa reflorestamento" lá. (*Risos.*)

Jorginho Mello, Wellington Fagundes... Se você for passar em revista, é a mais alta densidade de reflorestamento ou de remorso, ou tem bolsa; o nosso querido Deputado Marcelo Ramos e o Deputado Reginaldo Lopes, que - eu friso - é Vice-Presidente de Assuntos Tributários da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia. É, portanto, um assunto, um segmento, uma Vice-Presidência muito sensível, assim como a minha também é sensível, Vice-Presidente de Minerais Energéticos da Frente também...

É uma boa ocasião, inclusive, para contrair a maior energia da humanidade, que é o remorso.

Com a palavra, o Sr. Carlos Germano, por favor. É o último listado. Eu já alerto que, logo depois da sua apresentação, vou dar por encerrada a reunião, mas já registro aqui, pela participação, que a reunião planejada pelo nosso companheiro Senador Veneziano, Presidente da frente, cumpre uma tarefa muito importante de dar voz, voz e palavra, portanto, aos vários segmentos que são envolvidos e envolvem a busca de otimização e diversificação de recursos naturais e energia.

Por favor.

O SR. CARLOS GERMANO - Boa tarde a todos.

Desde já, na pessoa do Senador Esperidião Amin, eu cumprimento todos os componentes da mesa. Tentarei ser o mais rápido possível.

Estou representando hoje aqui a Abicom, associação dos importadores de combustíveis do Brasil. Hoje, nós somos compostos por dez das principais importadoras de combustíveis, e, como todo mundo sabe, o Brasil não consegue ainda ser autossuficiente em derivados de petróleo. Finalizamos o ano passado com 14% de gasolina importada e um pouco mais de 30% do diesel importado.

Quando nós olhamos as projeções da própria EPE, no médio e longo prazo, até 2032, nós enxergamos, de acordo com os dados oficiais, um crescimento na demanda por gasolina de mais de 20% e no diesel de mais de 40%. Então, quando se fala de transição energética para o nosso setor, que está aqui tão bem representado, nós precisamos ter muita coerência.



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Obviamente, a transição energética é essencial e precisa - e deve - ser apoiada por todos. A Abicom, como agente suplementar do abastecimento nacional, não abre mão da transição energética e, desde já, registra o incondicional apoio. Descendo um pouco, com foco no nosso segmento, preocupam-nos hoje as incongruências, sim, do programa RenovaBio, que tem uma finalidade extremamente essencial; mas, como colocado pelo Dr. Abel, eu acho que chegou a hora de a gente colocar o RenovaBio embaixo de um guarda-chuva que faça com que ele seja uma solução de continuidade. Nós enxergamos o RenovaBio como um programa essencial, mas enxergamos também vários problemas que precisam ser consertados.

Nós temos vários problemas de artificialidade de preço. No ano passado, o ativo chegou a bater R\$209, o que causou um impacto ao consumidor na bomba de mais de R\$0,20. Esse custo é variável, de acordo com o tamanho da distribuidora e, obviamente, o *case* de negócio dele, mas o que a gente não pode esquecer é que essas inconsistências precisam ser modificadas. Nós precisamos de solução de continuidade. O RenovaBio precisa ser a ferramenta para a transição energética, e não uma ferramenta em que hoje, infelizmente, tem se transformado, em uma transmissão de renda, em uma transferência de renda sem qualquer partida. Pegando o número citado pelo Dr. Abel, R\$14 bilhões já foram repassados pelo setor distribuidor ao setor produtivo, e de 2019, ano em que o programa foi iniciado, até 2022, no mercado produtor de etanol, o Brasil perdeu, em produção, 6,6 bilhões de litros - dados oficiais da Agência Nacional do Petróleo, acessíveis pela plataforma do *site*.

E, quando a gente sobrepõe o valor que foi repassado, o objetivo do RenovaBio em fomentar, em fazer com que o biocombustível cresça na nossa matriz energética nacional, infelizmente, o que nós enxergamos nos últimos quatro anos é totalmente o inverso. O consumo de etanol caiu. E eu falo do etanol porque o etanol é responsável pela emissão de 85% dos ativos que nós compramos como distribuidor. Entendemos que precisamos olhar isso com muito cuidado quando a gente enxerga uma demanda crescente por derivados. Se é para fazer uma política de transição energética, que esses recursos sejam efetivamente utilizados na transição energética, que os agentes responsáveis... Eu concordo com o Abel que esse elo responsável deveria estar no primeiro elo da cadeia, grosseiramente aqui, como a gente trata no direito tributário...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS GERMANO - ... da monofasia, ele precisa estar no primeiro elo, no refinador e no importador, que são os agentes responsáveis, ao nosso ver, por tentar mudar esse conceito de consumo.

Então, gente, finalizando, desde já agradecendo, precisamos olhar isso com muita coerência. O CBIO precisa ser equiparado, sim, a um crédito de carbono. Precisa ser possibilitado aos agentes obrigados que eles possam comprar de outras fontes, e, acima de tudo - por que não? -, eu gerar meu próprio ativo, meu próprio CBIO, e como exemplo posso citar a Petrobras, que está num processo muito interessante relacionado ao diesel coprocessado, o HVO em si.

Então, gente, eu acho que chegou a hora. Nós não podemos perder esse protagonismo. Eu entendo que este Parlamento é essencial nessa mudança, e nós precisamos qualificar o RenovaBio, sim, como um agente transformador da matriz energética nacional, e não mantê-lo dentro de uma qualificação que, infelizmente, hoje, é apenas uma transmissão de renda de um setor para o outro e, digo mais, uma transferência de renda da população, que passa a diferença do preço ao setor produtivo.

Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - Eu que agradeço.

Quero registrar, de minha parte, a minha profunda satisfação por ter podido participar, primeiro, remotamente e, depois, pessoalmente desta reunião, que, sem dúvida alguma cumpriu, até aqui, plenamente seus objetivos, mas, antes de encerrar, eu vou cumprir o desejo, que eu tenho há 12 anos, de dar uma ordem ao grumete Hugo Leal: pedir que ele assuma a Presidência para dizer as suas palavras e encerrar a reunião.

De mim vocês já estão livres.

Muito obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Você não vai fazer esse desafogo comigo, vai?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) - É a primeira vez que eu dou uma ordem a você. Cumpra! *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Bom, aqui na condição de Presidente dos trabalhos, aproveitando os momentos da presença ainda do meu querido amigo, Senador Esperidião Amin, que só faz isso exatamente pela oportunidade que a gente teve de conviver - e convivemos ainda agora, ele no Senado e eu na Câmara -, de muitos e muitos embates, muitas e muitas batalhas, de muitos e muitos resultados.



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Mas, Senador e nossos convidados, eu queria dizer da minha satisfação de estar aqui, participando desta reunião da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia. Estou no exercício do meu mandato como Deputado Federal, do quinto mandato, mas também me licenciei na semana retrasada para poder estar aqui na discussão da reforma tributária e tenho ocupado, estava ocupando até recentemente, o cargo de Secretário de Energia e Economia do Mar no Estado do Rio de Janeiro. E todo o tema, todo o debate que está sendo feito aqui é exatamente o debate que nós temos visto não só no Estado do Rio de Janeiro, mas no Brasil todo.

Mas o Estado do Rio de Janeiro tem um diferencial aí porque exatamente 85% da produção de petróleo são do Estado do Rio de Janeiro, 72% da produção de gás são do Rio de Janeiro. E quando você viaja, quando nós saímos, quando temos que fazer eventos internacionais, o grande debate da transição energética acaba vindo e crucificando ou já condenando as matrizes energéticas fósseis, o petróleo, como se o petróleo fosse acabar amanhã. Não vai! A nossa Petrobras, as nossas empresas petrolíferas que estão aqui vão explorar durante muitos anos.

Então, nós temos que ter exatamente muito cuidado. Há muitas ações sendo realizadas por instituições, por essas empresas tanto públicas como também as privadas, no sentido de trabalhos de descarbonização. Hoje em dia, quem mais vai investir nessa descarbonização, na mudança da matriz energética, são as empresas que estão hoje...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - E exatamente as da transição energética.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Exatamente.

E eu tenho uma certa implicância com a expressão "transição energética", porque parece que na transição energética... o senhor fala que se interrompe um ciclo e inicia-se um novo ciclo, é transição, tem que se encerrar um ciclo.

Nós não encerramos o ciclo energético.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Aí seria "destruição criativa".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Também o caos criativo pode acontecer, mas eu estou dizendo o seguinte, até porque indago aos senhores aqui presentes: nós acabamos com a lenha? A lenha deixou de ser uma matriz energética? Não, nem no Brasil e quiçá no mundo. A lenha ainda ocupa o seu espaço. Nós temos um trabalho da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) que fala exatamente isso: de 1850 até 2021 a lenha ainda está ocupando um espaço considerável. Então, ela é uma matriz energética, uma matriz de transição. O carvão ainda é uma matriz energética, assim como óleo é uma matriz energética, assim como o gás é uma matriz energética.

Então, nós temos que entender - e é isso que venho manifestar aqui, Senador, e todos os responsáveis pela frente de recursos naturais e dessa matriz energética, dessa transição - o que nós temos que respeitar a cada localidade, respeitar a cada região, a cada país, a cada continente, que têm a sua característica, e a gente colaborar nessa transição.

Nós temos que ter, sim, caríssimo Senador aqui, meu colega, que também foi Deputado Federal e Senador, Rollemburg, eu sei que... Eu tenho visto, tenho ouvido manifestações de V. Exa. também em fóruns, tenho ouvido manifestação em outros ambientes e eu entendo perfeitamente, é isto que nós temos que perseguir - economia verde, descarbonização -, dentro dos nossos ativos, dentro dos nossos principais ativos, dentro do que nos é permitido. O Brasil não precisa receber, com todo o respeito, não precisa receber lição de nenhum país do mundo. A nossa matriz energética é limpa, mais de 60% é limpa. "Ah, vocês produzem petróleo". Sim, nós produzimos petróleo - Pietro está aqui, a Petrobras está aqui -, sim, essa é uma realidade e nós vamos continuar fazendo isso durante muitos anos, porque esse é um ativo que nós temos aqui; mas a nossa principal matriz é hidrelétrica, nós temos outros produtos, como biogás, biometano - já foi falado aqui, eu não vou repetir -, temos a energia solar, temos energia eólica, nós estamos fazendo o nosso papel. O que não dá, com todo o respeito...

Aí, quando vem a discussão sobre, por exemplo, nós temos feito discussão aqui no Senado e também lá na Câmara sobre hidrogênio nas suas mais variadas cores, no seu arco-íris: é hidrogênio azul, verde, amarelo, roxo, lilás. Está ótimo, eu acho que esse debate vai continuar acontecendo, porque o hidrogênio existe desde que o mundo é mundo, mas, assim, nós não podemos ter uma imposição de fazer, "tem que produzir o hidrogênio, porque o hidrogênio vai ser o futuro". Assim como a questão do carro elétrico, o carro elétrico é uma excelente alternativa. Perfeito, eu acho que descarbonização... Porém, nós temos que entender qual é a nossa transição. Nós temos biocombustíveis aqui, todo mundo já falou, nós temos outras variáveis que são tão bons quanto ou melhores componentes energéticos que podem fazer essa variação, que podem fazer crédito de carbono. Isso é um trabalho que o Brasil já tem, nós não podemos abandonar isso; nós não podemos viver um neocolonialismo impositivo de uma matriz que... de repente, nós temos até capacidade de fazer o hidrogênio verde, com o solar, com o eólico, temos. Mas não temos que ser obrigatoriamente assim porque o mundo pediu isso. Quem é que foi o mundo que pediu isso? Então, acho que tem que ter isso, essa contribuição, essa responsabilidade que nós temos aqui dentro desse segmento.



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu tenho, lá na secretaria, feito esse trabalho profundo, a gente tem buscado as várias alternativas. Esses dias - aí me permita aqui, já partindo para o encerramento, Senador Esperidião e os demais colegas -, eu vi um trabalho realizado por uma instituição privada, também uma empresa de petróleo, uma pequena... uma empresa de médio porte, investindo num trabalho sobre avaliação de crédito de carbono através dos mangues. Os manguezais são os principais ambientes de captura de carbono, mas poucas pessoas pararam para entender. E fizeram só nos manguezais ao entorno da Baía de Guanabara; o que fizeram foi certificação, foi definição do tipo de trabalho para poder fazer a quantificação. E essa certificação internacional que tem, quem são os certificadores? Quem é que faz esse reconhecimento internacional? Assim, o ambiente ainda é muito... não vou chamar de nebuloso, mas é um ambiente ainda muito indefinido.

Mas eu estou dizendo o seguinte: nós estamos fazendo o nosso dever de casa, não adianta aqui a gente ser pautado, porque a gente pode é pautar muitos desses ambientes.

Então aqui, Senador, eu posso dizer com muita tranquilidade que esse trabalho desta Comissão, desta frente parlamentar vai produzir muitos efeitos, principalmente pela adesão das entidades que vieram aqui, por todos os compromissos que nós temos assumido internacionalmente. O Brasil não vai ferir, não vai sair, não vai fugir da sua responsabilidade enquanto país, enquanto nação, dentro do entendimento do mundo, mas dentro das nossas possibilidades, dentro daquilo que não comprometa a nossa realidade econômica.

Então eu quero, mais uma vez...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Sim? Senador, vou passar aqui um minuto para nosso Senador Rollemberg, pela precedência aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Se for direito de resposta, está ótimo, o debate está instalado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG - De forma alguma, é só para cumprimentar o meu querido amigo Deputado Hugo Leal...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG - ...todos os membros da Comissão, Senador Esperidião Amin, meus colegas de Governo aqui, nossa querida Ludmilla Cabral.

Mas realmente o Brasil, Deputado Hugo, é um país privilegiado, porque nós temos todas essas alternativas, nós temos o pré-sal, nós desenvolvemos tecnologias de prospecção e de retirada de petróleo em águas profundas. É claro que o Brasil se orgulha dessas tecnologias. E é claro que essas empresas, como a Petrobras, por exemplo, têm um papel fundamental na transição energética, dentro de um cenário de médio prazo, de ser uma empresa de energia.

E olha só as oportunidades, e eu comecei a minha fala aqui hoje dizendo que o Brasil tem uma oportunidade de ouro neste segundo semestre, depois da reforma tributária, depois do arcabouço fiscal, de ter uma pauta da transição energética. O Ministério da Fazenda está preparando toda uma proposta, um conjunto de propostas de transição ecológica. E eu diria, no meu entendimento, que nós temos uma oportunidade fantástica, aproveitando todas essas oportunidades que o Brasil tem.

Então, por exemplo, já foi aprovado aqui no Senado e está tramitando na Câmara um projeto que regulamenta as eólicas offshore. As eólicas offshore são extremamente importantes num primeiro momento, para descarbonizar a produção de petróleo do Brasil, porque os primeiros a usar as offshores serão as próprias petroleiras na prospecção, nas suas plataformas de retirada de petróleo.

Num segundo momento, elas vão ser importantes para a produção de hidrogênio para o exterior, mas é importante que a gente pense como atrair a cadeia de suprimentos e as empresas intensivas em energia para produzir com uma baixa pegada de carbono, ou seja, essa é uma oportunidade que nós não podemos perder.

No projeto de lei que regulamenta o combustível do futuro, que está sendo elaborado pelo Ministério de Minas e Energia, em debate no âmbito do Governo, tem a regulamentação de captura e estocagem de carbono. Esse é um outro processo extremamente importante, que, por exemplo, em alguns processos produtivos de energia, como, por exemplo, no etanol, já existem experiências, investimentos nesse sentido, por exemplo no Estado de Mato Grosso, nós vamos ter, na produção de etanol de milho, estou falando de um caso específico, emissão negativa, em função da captura e estocagem de carbono. Isso é uma nova indústria que está surgindo, em que o Brasil tem uma oportunidade enorme e não pode se afastar dela.

Outra grande alternativa é o combustível sustentável de aviação, Senador. As empresas têm mandatos, as empresas, todas as empresas aéreas internacionais têm mandato de ter net zero, ou seja, emissões zero, em 2050. Hoje elas utilizam um



Reunião de: 12/07/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

pouco mais de 100 milhões de litros de combustível sustentável de aviação. Elas vão precisar usar 4 bilhões, 5 bilhões de litros daqui a poucos anos. Qual é o país que tem a oportunidade de produzir isso em grande escala? É o Brasil.

Então nós não podemos perder. Essa é a mensagem que eu deixo aqui a esta Comissão. Eu fico muito feliz de ver o Senado e a Câmara se mobilizando em torno desses temas, porque eu vejo uma oportunidade única de o Brasil realmente assumir uma liderança internacional a partir dessa transição energética e, com isso, sustentar o processo de neoindustrialização.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Por favor, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Sim, vou conceder a palavra pela questão da antiguidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - V. Exa. pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Não, não vou encerrar, não; agora o senhor vai falar, agora o senhor vai falar, agora vai falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Ele não poderia atender a uma ordem...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Não, essa é uma ordem, eu estou dando uma ordem agora, estou dando uma ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas eu quero agradecer pela participação de todos, inclusive pelo fato de o ex-Governador e Secretário Rollemberg trazer também uma palavra do ministério.

Concordo com o que falou aqui o Deputado Hugo Leal, com a experiência de Secretário de um estado que tem uma importância específica e singular nessa matéria.

Agradeço, mais uma vez, a todos os palestrantes e muito especialmente a participação diligente de todos os que deram vida a esta reunião e asseguro que o Presidente Veneziano Vital do Rêgo haverá de dar sequência a este programa, dando vida e utilidade à nossa frente parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Cumprida a finalidade, agradeço a presença e declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.)



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA DA COREIA





**SENADO FEDERAL
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA DA COREIA**

2^a REUNIÃO DE 2023

**03 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO N° 7 DA
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da 2^a reunião de 2023 do Grupo Parlamentar Brasil-República da Coreia, realizada em 03 de agosto de 2023, quinta-feira, às 14h, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado: ITEM 1 – Apresentado relatório da visita técnica do Senador Astronauta Marcos Pontes na República da Coreia; ITEM 2 - Discutidos projetos inovadores, investimentos e colaboração entre os dois países com a MSB-Myoung Shin Brasil; ITEM 3 – Apresentada proposta de trabalho do GP Brasil – República da Coreia; e ITEM 4 – Discutidos assuntos Gerais de interesse do GP Brasil – República da Coreia; conforme documentos em anexo. Publique-se.


Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**
Presidente





**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 3 de agosto de 2023
(quinta-feira)
às 14h

RESULTADO
2^a Reunião

**GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - REPÚBLICA DA COREIA -
GPRCOREIA**

PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues

	Reunião de Trabalho
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7



Resultado da 2ª Reunião da GPRCOREIA, em 3 de agosto de 2023

2

Reunião de Trabalho

Assunto / Finalidade:

Item 1 - Apresentar relatório da visita técnica do Senador Astronauta Marcos Pontes na República da Coreia.

Item 2 - Discutir sobre projetos inovadores, investimentos e colaboração entre os dois países com a MSB-Myoung Shin Brasil.

Item 3 - Discutir assuntos Gerais de interesse do GP Brasil – República da Coreia.

Participantes:

Sr. Gun-Hwa KIM

Ministro da Embaixada da República da Coreia no Brasil

Sr. Otavio Henrique de Carvalho

Representante de: MSB - Myoung Shin Brasil

[Hotstamp - MSB](#)

Embaixador Suresh K. Reddy

Embaixador da Índia no Brasil

Resultado: Item 1 - Apresentado relatório da visita técnica do Senador Astronauta Marcos Pontes na República da Coreia.

Item 2 - Realizado o debate sobre projetos inovadores, investimentos e colaboração entre os dois países com a MSB-Myoung Shin Brasil.

Item 3 - Realizada a audiência pública para discutir assuntos Gerais de interesse do GP Brasil – República da Coreia.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**GPRCOREIA, 03/08/2023 às 14h - 2ª, Reunião**

Grupo Parlamentar Brasil - República da Coreia

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE
CHICO RODRIGUES	PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE
NELSINHO TRAD	
RODRIGO CUNHA	
MARA GABRILLI	
SORAYA THRONICKE	
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE
CLEITINHO	
DAMARES ALVES	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	
GIORDANO	
PAULO PAIM	PRESENTE
MAGNO MALTA	
SÉRGIO MORO	
JORGE SEIF	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI	
WELLINGTON FAGUNDES	
STYVENSON VALENTIM	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO	
LUIS CARLOS HEINZE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
 JOSENILDO
 AUGUSTA BRITO
 ZENAIDE MAIA



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

03/08/2023 - 2ª - Grupo Parlamentar Brasil - República da Coreia

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos!

Declaro aberta a 2ª Reunião, de 2023, do Grupo Parlamentar Brasil-República da Coreia.

Muito prazer por a gente ter esta primeira reunião técnica, propriamente dita, desse grupo.

(Promunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Soa a campainha.)

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar as nossas autoridades presentes. Começo aqui com a composição da nossa mesa: João Paulo Kleintübing, Diretor-Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - obrigado por estar conosco -; nosso Senador Esperidião Amin, aqui conosco, sempre uma voz muito ativa aqui no Senado a respeito das relações internacionais, especialmente voltadas aos negócios entre os países - obrigado, Senador, por estar aqui conosco também.

Quero cumprimentar o nosso Ministro da Embaixada da República da Coreia no Brasil, Sr. Gun-Hwa Kim, aqui conosco também, e o nosso Embaixador Shri Suresh Reddy, da República da Índia, com quem eu tive muito prazer de trabalhar durante o tempo do ministério. Sem dúvida nenhuma, é uma relação muito importante a do nosso país com a Índia.

Quero cumprimentar o Sr. Otavio Henrique de Carvalho também, da empresa MSB (Myoung Shin Brasil), que também vai fazer uma das apresentações.

Quero cumprimentar todos os presentes aqui, o David ali, da Unispace, aqui conosco também, e cumprimentar todos que estão aqui conosco e aqueles que nos acompanham também através das redes sociais do Senado e também através da TV Senado.

Nosso objetivo nesta reunião é tratar de três itens aqui. Inicialmente, nós vamos tratar a respeito da missão técnica que nós tivemos na Coreia recentemente, no semestre passado. O item 2 é a discussão sobre projetos inovadores e investimentos e colaboração entre os dois países, através da MSB, da empresa. O item 3 é a apresentação da proposta de trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-República da Coreia. E item 4: discussão de assuntos gerais de interesse do Grupo Brasil-República da Coreia.

Informo aos Parlamentares que desejarem compor o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul que os termos de adesão estão disponíveis junto à Secretaria e na página do grupo, no site do Senado Federal.

Informo também que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo pela internet e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. É importante a participação do público sobre esses assuntos.

Já falei sobre a composição da nossa mesa e gostaria inicialmente de dar algumas palavras aqui com relação à importância desse nosso encontro.

Então, prezados colegas e convidados, é com grande satisfação que me dirijo a todos neste momento especial em que celebramos a parceria diplomática entre o Brasil e a República da Coreia.



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero expressar meus sinceros agradecimentos aos membros desse grupo parlamentar, cuja dedicação é fundamental para o avanço de nossas relações bilaterais.

A presença do Ministro da Embaixada da República da Coreia, Gun-Hwa Kim, em representação ao Embaixador Ki-mo, é um privilégio que enaltece essa ocasião.

Não há dúvidas de que a criação deste grupo parlamentar trará contribuições valiosas para estreitar ainda mais os laços entre as nossas nações. A aproximação entre países por meio de mecanismos como os grupos parlamentares é um passo vital para o progresso conjunto, seja nos âmbitos econômico, educacional ou cultural.

O Congresso Nacional tem se destacado por seu compromisso em fortalecer relações já existentes. Com entusiasmo, eu percebo a conscientização deste grupo sobre o papel essencial que desempenharemos na promoção dessa relação bilateral.

A República da Coreia é conhecida mundialmente por sua excelência acadêmica, seu rápido desenvolvimento econômico e sua rica herança cultural. Seu sucesso nos inspira e nos oferece uma referência para avanços em diversas áreas.

Economicamente, a República da Coreia é uma potência global, tendo passado por uma notável transformação desde a década de 1960. De uma economia agrícola evoluiu para uma economia industrializada e, posteriormente, para uma baseada no conhecimento. Sua ênfase em pesquisa, inovação e exportações a tornou líder em setores como eletrônicos, automóveis e tecnologia. No campo educacional, a Coreia é reconhecida por seu sistema de alta qualidade, priorizando a educação como base para o seu desenvolvimento. Seu sistema competitivo e focado na excelência é um exemplo a ser seguido.

Culturalmente, a Coreia possui uma história rica e diversificada que permanece viva até os dias de hoje. Tradições antigas como arquitetura, música e dança continuam a ser celebradas e preservadas.

Presidir este grupo parlamentar é uma escolha baseada na inspiração que a Coreia nos proporciona. Sua trajetória de sucesso e o seu modelo de desenvolvimento são um farol para países em crescimento, em busca de avanços econômicos, educacionais e culturais.

A República da Coreia é o segundo parceiro comercial do Brasil na Ásia. No último ano, nossas exportações ultrapassaram os US\$5,54 bilhões e, nossas importações alcançaram US\$5,1 bilhões. Esses números nos lembram da importância do acordo do comércio Mercosul/Coreia e da necessidade de atualizar as nossas posições.

Diante disso, acredito profundamente que este Grupo Parlamentar Brasil/República da Coreia terá um papel crucial no fortalecimento de nossos laços bilaterais. A troca de experiências e conhecimentos será fundamental para aprofundar a nossa cooperação.

Agradeço a todos pelo comprometimento e dedicação. Temos um longo caminho pela frente e juntos, eu tenho certeza, construiremos uma relação ainda mais sólida e produtiva. (*Pausa*.)

Para iniciar, eu gostaria de passar a palavra para o Ministro da Embaixada da República da Coreia, Sr. Gun-Hwa Kim, que, neste ato, representa o Embaixador da República da Coreia, e muito nos honra e engrandece este evento.

O senhor tem a palavra.

O SR. GUN-HWA KIM - Boa tarde, senhoras e senhores.

Sou o Ministro da Embaixada da Coreia. Estou muito feliz em ser convidado para este evento organizado pelo Senador Marcos Pontes e sua equipe maravilhosa.

O Senador tem feito um grande esforço para aumentar as nossas relações bilaterais, especialmente na área de ciência e tecnologia. Este evento é parte do seu esforço.

Espero que este evento traga um resultado frutífero para a futura cooperação entre o Brasil e a Coreia.

Novamente, obrigado por este evento, Srs. e Sras. Senadoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Sr. Ministro.

Para o uso da palavra, também gostaria de convidar o Senador Esperidião Amin para nos abrilhantar com as suas considerações iniciais.

Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sr. Presidente, Srs. Embaixadores representando aqui a República da Coreia e a República da Índia no nosso país, mencionando os seus nomes e saudando-os, eu saúdo toda a equipe e os representantes



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

também da iniciativa privada desses dois países e das duas embaixadas, além do corpo de servidores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Eu quero apenas reiterar aqui as suas palavras, Presidente, que, muito bem e resumidamente, salientou a importância deste grupo parlamentar e fazer minhas as palavras também do Embaixador, do representante da Embaixada da República da Coreia, por dizer o quanto útil e importante é esta relação. É uma relação que tem algumas prioridades que foram aqui salientadas, mas, acima de tudo, reúne três democracias que convivem com problemas internos, de desigualdade, de processo de desenvolvimento, mas que têm em comum algumas necessidades e prioridades absolutamente semelhantes.

Educação tem sido, com sucesso, a prioridade da República da Coreia, é um esforço extraordinário da China - e a gente diz extraordinário alongando a palavra, por ser hoje o país mais populoso do mundo; nós estamos falando do país mais populoso do mundo -, e do Brasil, que também é um país de dimensões continentais, com perspectivas que só alcançarão o nosso sonho ou dele se aproximará se a educação for valorizada com espírito de consequência.

Nesse ponto, eu destacaria - além de ciência, tecnologia e todo aquele arcabouço que o nosso querido Senador Astronauta Marcos Pontes também definiu e atualizou na sua recente viagem, de que prestou contas ao Senado brasileiro -, salientaria que nós temos, como grande elo, como uma amalgama desta reunião, no caso, tripartite, de três países, esse grande compromisso com a educação. Nunca estaremos satisfeitos, nem mesmo a Coreia pode estar satisfeita com o índice alcançado, porque nunca estaremos atualizados com o amanhã. E o desafio é o amanhã.

Então, eu celebro com isso a iniciativa da existência do grupo parlamentar e creio que ele está entregue às mãos competentes e à pessoa dedicada, atualizada e que ajuda muito o Senado a cumprir a sua tarefa, que é o meu amigo pessoal, Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem eu, mais uma vez, cumprimento.

E registro com satisfação a presença do ex-Deputado e Presidente atual do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul brasileiro, abrangendo, portanto, os estados do Sul, e que tem no seu portfólio muita coisa a contribuir, especialmente nos aspectos de inovação e tecnologia, para o entrosamento daquela região a que eu estou integrado e que é vizinha do estado representado aqui pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Senador.

Eu gostaria de passar a palavra também para o Sr. João Paulo, para as suas considerações iniciais.

O SR. JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING - Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Quero saudar o Senador Esperidião Amin, o Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada da República da Coreia, o Sr. Embaixador da República da Índia no Brasil, todos os colegas que estão aqui.

Vim aqui a convite do amigo, colega Senador Esperidião Amin, até dentro do grande esforço que o BRDE e a nossa região têm feito, do ponto de vista da inovação tecnológica, da sua internacionalização, por ele também colocar a nossa região e o banco como agentes de desenvolvimento e integração nesse esforço que o grupo parlamentar faz e que o Brasil faz com esses dois grandes parceiros comerciais do Brasil, que são a Índia e a Coreia do Sul.

Então, de forma muito breve, obrigado pela oportunidade de estar aqui, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Neste momento, Embaixador, se o senhor puder também nos abrilhantar com algumas palavras... Pode ser em inglês. Fiquei à vontade.

O SR. SURESH K. REDDY -

(Promunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Thank you, Mr. Ambassador.

Na sequência, eu gostaria também de registrar a presença - estou olhando aqui, está bem cheia aqui a nossa sala - do Secretário Econômico da Embaixada da Coreia, Hyunjin Kim - obrigado por estar conosco -; também o Presidente Executivo da Alanac, Henrique Uchio Tada; o Diretor Regional da Abimed, Felipe Dias Carvalho, aqui conosco também; o Diretor da Brint, Evandro Varomil; o Diretor-Presidente da Abrint também, Mauricélio Oliveira; o Diretor da Brazil China Chamber - obrigado por estar aqui -, o Marcelo Vianna; o CEO do Instituto Anexo, o Wister Alves - obrigado Wister por estar aqui conosco -; o assessor comercial representante da Associação Comercial de Marília, o Adriano Luiz Martins, aqui conosco também; o Account Director da Schlumberger, Augusto Carvalho, Diretor Financeiro da Schlumberger; o Chefe da Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação da AEB, o André Luis Barreto Paes, aqui conosco; a assessora parlamentar do Gabinete do Deputado Federal Julio Lopes, Carolline Paixão; o perito de representação comercial



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

da Rússia no Brasil, Kitag Tediev, aqui também - obrigado por ter vindo; o CEO da Hanin Today, Daniel Hanin; a Assessora Especial da Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (Abitam), Eliane de Souza Fontes - obrigado; quase que bateu o nosso sobrenome aqui -; do Coordenador de Estudos Estratégicos e Novos Negócios da Agência Espacial Brasileira, Fábio França Silva Araújo; do Assessor de Relacionamento Institucional do Comando de Aeronáutica, Major Aviador Vitor Almeida Freitas - muito obrigado por ter vindo -; de Péricles Carpin, da Agência Espacial Brasileira - Péricles, obrigado por ter vindo -; do empresário da ADL Invest, Marcos Lee - conosco também; obrigado -; do Brigadeiro-do-Ar Orlanil Mariano Lima de Andrade, da nossa Força Aérea Brasileira - obrigado, Orlanil -; do Grupo FarmaBrasil, representado pela Laura Maldonado - está conosco, ali atrás -; do Presidente-Executivo da Abimde, Aderico Mattioli - obrigado por ter vindo -; e do Grupo FarmaBrasil, representado pelo Joel de Hollanda - obrigado, Joel.

Acaba de chegar o nosso Senador pelo PL, de Santa Catarina também, do mesmo estado do nosso querido Senador Esperidião Amin, Senador Jorge Seif, que está aqui conosco também.

Novamente, eu agradeço a participação de todos que estão nos acompanhando via TV Senado e pelas redes sociais e novamente lembro que é possível a participação também nesta sessão via e-Cidadania.

Passo, então, diretamente para o nosso item 1 da pauta, que é a respeito da visita à Coreia, no último mês de maio. E aqui eu vou simplesmente fazer um relato a respeito da visita, que foi uma pauta muito interessante, porque nós tivemos oportunidade, embora numa agenda bastante corrida, como eu gosto de fazer no exterior - primeiro, registro o agradecimento à Embaixada da Coreia; assim como à empresa Innospace, que nos assessorou durante o tempo todo lá; e à nossa Embaixada do Brasil na Coreia também, que fez um trabalho magnífico -, de visitar alguns pontos bastante importantes nesse relacionamento.

Inicialmente, eu registro, por exemplo, a empresa Innospace. Para aqueles que não conhecem, a Innospace é uma empresa coreana na área de espaço. Ela realizou, aqui no Brasil, o primeiro lançamento de uma empresa privada estrangeira do Centro Espacial de Alcântara. É muito importante registrar isso. Aqui nós estamos justamente no Grupo Brasil-Coreia, e dá para ver a importância de uma relação como essa.

Registro também a tecnologia aplicada pela empresa Innospace na propulsão desse foguete. É uma propulsão híbrida, que é um avanço muito grande no que a gente tem em termos de tecnologia de propulsão de foguetes atualmente, porque ela registra, vamos dizer assim, no mesmo tubo, tanto a parte sólida quanto a parte líquida para o controle do perfil de propulsão durante a subida. Esse é o primeiro de uma série de lançamentos de testes que a empresa vai realizar a partir de Alcântara.

O Centro Espacial de Alcântara fica sob o controle do Comando da Aeronáutica, ao lado ali de São Luís, no Maranhão. E, também, é importante registrar, que toda a parte de certificação e regulação é a cargo da Agência Espacial Brasileira. E isso acontece, atualmente, graças ao trabalho feito durante o meu mandato também como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a assinatura e aprovação aqui neste Congresso - assinatura dos Estados Unidos e aprovação no Congresso - do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, que permite, então, que foguetes de quaisquer países parceiros que tenham algum tipo de componente de empresa americana possam ser lançados do Centro Espacial de Alcântara. Obviamente, desde que essa tecnologia seja protegida para não haver nem vazamento de informações, nem o roubo dessa tecnologia. Então, dá para ver que o Centro Espacial de Alcântara, agora, segue um caminho bastante produtivo para o nosso país. É um centro que, se bem aplicado, e com a criação da empresa Alada, que tem sido já tratada pelo Comando da Aeronáutica com o Ministério da Defesa, vai permitir que uma parcela muito interessante do mercado internacional de lançamento de micro e pequenos satélites. É o Brasil participando nessa escalada, vamos dizer assim, que vai trazer mais recursos para o país, mais empregos, mais possibilidades de desenvolvimento para aquela região e, obviamente, para todo o país. A aplicação do programa espacial é, sem dúvida nenhuma, uma das prioridades que nós temos neste país.

Eu fico muito feliz de que a Coreia, o estado da República da Coreia, esteja trabalhando com o Brasil nessa possibilidade. Então, obrigado, Davi, por estar aqui conosco. Parabéns pelo desenvolvimento.

Outra coisa que eu gostaria de registrar. Durante a nossa visita na Coreia, foi feita uma visita às instalações da Samsung, a Samsung Biologics. É realmente impressionante o desenvolvimento da Samsung Biologics! Em 12 anos, eles conseguiram fazer o desenvolvimento e ser um dos maiores centros para a produção de medicamentos de origem biológica, o que é diferente de medicamentos químicos. Vale a pena ressaltar isso aí, não é simplesmente você misturar dois componentes químicos ou mais para produzir um medicamento, mas, sim, o desenvolvimento através de células, o crescimento de células para o desenvolvimento do medicamento em si. Eu fiquei muito impressionado e, agora, nós temos um trabalho grande para fazer, fazer uma conexão maior de parceria da Samsung Biologics com empresas nacionais e, também, o



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

cuidado que precisa se ter com as PPBs, para que isso seja possível aqui no Brasil, o desenvolvimento dessa indústria também no Brasil.

Outro ponto que eu gostaria de citar com relação a essa visita à Coreia foi com os nossos parceiros, que nós já tínhamos no ministério, o Stepi. O Stepi é a sigla de uma organização na Coreia que permite, então, a consultoria, a participação de consultores da Coreia com consultores aqui do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos quais, como resultado, nós tivemos um relatório de avaliação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no país e, como o que foi feito na Coreia, pode ser utilizado aqui também para nos ajudar no desenvolvimento tanto da área de ciência, na área de tecnologia, na área de inovações e na educação associada.

Nós temos aí, como foi na minha primeira leitura, a Coreia do Sul como um exemplo de desenvolvimento social e econômico baseado no conhecimento. É isso que a gente precisa ter aqui no Brasil.

Nós tivemos, portanto, uma viagem bastante produtiva. Tem vários outros itens, mas eu gostaria de passar aqui à frente para que eu não fique falando simplesmente sobre isso e quero aproveitar a presença do Senador Jorge Seif também, que pediu a palavra para as suas considerações iniciais.

Está contigo.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) - Sr. Presidente, nosso eterno Ministro Astronauta Marcos Pontes, Sr. Embaixador Gun, da Coreia, Sr. Embaixador Suresh - sejam bem-vindos a esta Casa; obrigado pela presença -, senhoras e senhores que nos prestigiam hoje.

Eu sempre tive uma ligação, Sr. Embaixador, muito forte com a Coreia. Já na minha infância praticava o *tae-kwon-do*. No meu quarto, sempre tinha bandeirinhas da Coreia. Eu tinha muita dificuldade de lembrar os tracinhos ali da... E somos admiradores da meritocracia que é praticada no país do senhor, como vocês levam ciência e tecnologia e inovação a sério e empresas, que hoje são reconhecidas mundialmente, pelo capricho, pela qualidade, como a Samsung, e tantas outras empresas que eu prefiro não mencionar para não diminuir nenhuma empresa.

Então, quero agradecer ao senhor por essa parceria com o nosso país, pelos investimentos em nosso país e dizer que eu gostaria que o Brasil fosse 10% do que é a Coreia do Sul. Vocês são exemplo, para o Brasil e para o mundo, de trabalho, de dedicação, de seriedade, de ética. Então somos admiradores, especialmente também na área de biomédica: menos componentes químicos e mais biotecnologia, a ciência viva com células. Quantas vidas com o trabalho dos senhores, das empresas dos senhores, nós salvaremos agora, com a inteligência artificial?

Vi uma reportagem, ainda nessa madrugada, sobre como a inteligência artificial está ajudando na detecção de câncer no seio e no colo do útero precocemente, salvando especialmente mulheres, e como isso tem evoluído. E como é importante que países como a Coreia do Sul tenham essa parceria conosco" E ajudam a humanidade de uma forma geral.

Então, seja muito bem-vindo e muito obrigado por prestigiar esta nossa Comissão.

Parabéns, Senador Marcos Pontes e Senador Esperidião Amin.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, Senador Jorge Seif.

Também quero registrar a presença do Vice-Presidente da Multiplan, Vander Giordano, aqui conosco. Obrigado.

Antes de passar a palavra os convidados para nós iniciarmos a sessão aqui mais prática, vamos dizer assim - engenheiro gosta de coisa prática -, eu gostaria de ler aqui algumas das perguntas e comentários já enviados pelos cidadãos por meio dos canais e do e-Cidadania. Então, vou iniciar aqui. Vou deixar essas perguntas em suspenso, porque, depois, à medida que nós tivermos as apresentações, poderemos ter as respostas. Aí eu vou verbalizando ou vou pedir para alguns dos nossos convidados responderem.

Então, inicialmente, da Rayane Reis, do Rio de Janeiro: "Quais os assuntos mais importantes foram destacados nessa visita técnica à República da Coreia?". Eu já passei por essa parte aqui e falei de alguns destaques, mas tem muitos outros ainda. Fábio Coura, do Distrito Federal: "A Coreia vem se destacando na indústria de defesa. O que o GP tem feito no sentido da cooperação conjunta dos países nessa área?". Isso é uma coisa interessante para gente também colocar como um dos assuntos.

Francisco Alexandre, do Paraná: "Há previsão de algum acordo para instalação de alguma fábrica de *microchips* em solo brasileiro, havendo também transferência de tecnologia?". Também é outra área importante de desenvolvimento da Coreia os *microchips* e é uma possibilidade de conversar.

Davi Correa Fontes, de São Paulo: "Há propostas de intercâmbio acadêmico entre [...] [os dois países]?". Também é uma coisa que a gente tem discutido bastante e é muito importante esse intercâmbio.

5/16



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Alex Ferreira, de Goiás, é um comentário: "A Coreia é um ótimo exemplo para o Brasil. Parabéns pelo tema".

Lembro que continua aberta a possibilidade de participação da sociedade civil, através do e-Cidadania, e quero registrar também aqui a presença do Dustin Pozzetti, sócio da KPMG, aqui conosco. Obrigado, obrigado por ter vindo.

Só para encerrar o item 1, eu acho que nós temos um vídeo para ser mostrado, que mostra - esse vídeo, só um momentinho - o encontro que eu tive na segunda-feira com alguns Deputados da Coreia que estiveram comigo em São Paulo, e nós estivemos juntos também ao longo da nossa visita lá na Coreia.

Então, vou pedir para rodar esse vídeo.

(Procede-se à exibição de video.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Visto isso, vamos passar diretamente ao item 2.

No item 2, eu quero chamar o Sr. Otavio Henrique de Carvalho para compor a mesa aqui conosco - o Otavio é da empresa MSB (Myoung Shin Brasil), é Diretor - e o Diretor da MSB Shai Yang Kim, para falar a respeito das possibilidades de negócios e investimentos do Brasil com o tema tecnologia de *hot stamp*. Ele vai explicar o que é essa tecnologia.

E, de novo, a ideia deste grupo parlamentar, além de estreitar as relações entre os dois países nos diversos setores, é ter uma aplicação muito prática. E isso nós vamos falar, inclusive, num plano de atividades agora, para este semestre. Vocês vão ver que a maneira como eu gosto de trabalhar não é simplesmente colocar os temas, mas que a gente tenha resultados práticos e ações efetivas a partir de cada reunião. Então, da mesma forma que eu tratava no ministério a relação entre os países com uma finalidade prática de resultados para os dois países, a ideia é que nós possamos ter apresentações de negócios, de possibilidades de negócios, apresentação de possíveis parcerias, por exemplo, na educação, na saúde, etc.

E, com tudo isso, a gente pode, a partir das informações que nós temos aqui no grupo, converter essas informações todas em ações práticas para colocar em andamento, para que, num período mais curto e de maneira mais eficiente, nós tenhamos os benefícios para os dois países.

Então, sem mais delongas aqui, sem mais atraso, eu passo a palavra para o Otavio, que está aqui representando a empresa MSB.

Otavio, você tem a palavra.

Obrigado.

O SR. OTAVIO HENRIQUE DE CARVALHO - Boa tarde.

Gostaria de agradecer ao Sr. Astronauta Marcos Pontes pela oportunidade. Não é sempre que nós temos a oportunidade de falar para tantas autoridades. Gostaria de agradecer ao Sr. KIM, Ministro da Embaixada da Coreia do Sul, ao Sr. Embaixador Suresh, Embaixador da Índia.

Eu sou Otavio Carvalho, represento a MS Autotech aqui no Brasil. Nós viemos com o intuito de passar um pouco da nossa tecnologia de *hot stamp*. É uma tecnologia muito interessante, que eu vou apresentar aos senhores, com a possibilidade de redução de peso nos carros, hoje, na indústria automotiva, dando maior segurança e maior qualidade para todos os carros que são produzidos no Brasil.

Essa é uma breve história da MS Autotech. Fomos fundados em 1982 e tivemos um crescimento muito rápido. Fundados em 1982, em 2007 começamos o fornecimento logo na Índia, com peças para a Renault. Após poucos anos, iniciamos uma segunda planta para fornecimento para os grupos da Nissan e da Mercedes, também na Índia. Com o tempo, fomos crescendo. Nós somos o principal fornecedor Tier 1 da Hyundai. Hoje somos referência em carroceria *body in white*. E, com a vinda do grupo Hyundai para o Brasil, nós nos estruturamos e viemos também para o Brasil. Hoje a MS Brasil está na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, e lá representamos mais de 500 funcionários e produzimos toda a carroceria para o grupo Hyundai aqui no Brasil, nas produções dos carros HB20 e Creta.

Com o passar dos anos e o crescimento da nossa empresa, nós abrimos um capital - nós somos uma empresa de capital aberto hoje na Coreia - na KOSDAQ, em 2010. Criamos algumas plantas na China e Estados Unidos. Em 2018, também abrimos uma nova planta da Simwon na China, uma outra empresa do nosso grupo. Ali nós produzimos peças para a Tesla. O ano de 2019 foi um marco muito importante para a nossa empresa, quando nós compramos uma planta da GM em Gunsan, e lá a nossa ideia é produzir carros elétricos. A partir de 2030, nós começaremos a trabalhar em novos projetos para produzir carros elétricos. Hoje a MS é uma estamparia Tier 1, mas nós entraremos no ramo de montadora também. Em 2020, nós abrimos capital na KOSPI, a bolsa de valores da Índia também.

Essas são as nossas instalações hoje. Como os senhores podem ver, hoje nós temos plantas na Coreia, é claro, mas também temos plantas na Índia, no Brasil e nos Estados Unidos. Eu vou enfatizar nossas duas últimas, as montadoras Simwon Automotive e Simwon América. Ali nós produzimos peças estampadas para a Tesla, por conta da nossa tecnologia de *hot*

6/16



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

stamp. Esse é um grande avanço, porque hoje o mundo só fala em carro EV, carro elétrico. Então, para a nossa empresa isso é realmente muito interessante. É um marco para uma estamparia conseguir fornecer para uma empresa que está crescendo como a Tesla; para a gente, isso é muito importante. Não que as outras não sejam, é claro.

Esses são exemplos das nossas duas plantas na Coreia, uma em Gyeongju e a outra em Gunsan. Na primeira planta, nós temos mais de 371 funcionários e ali nós produzimos *hot stamp* para os veículos elétricos e para peças para Hyundai, o nosso principal cliente. Em Gunsan, nós produzimos baterias elétricas para algumas startups de carros elétricos nos Estados Unidos e também produzimos peças para a Hyundai.

Quem nós somos? A MS, como eu disse, nós somos fundados lá em 1982. Temos mais de 40 anos, não é? Então, nós somos *designer*, desenvolvimento e produção em série. As nossas principais plantas são Estados Unidos, Índia, China, Brasil. E, do lado, são os exemplos dos carros que nós trabalhamos atualmente com as montadoras. Temos Hyundai, Kia, Renault, Nissan, Daimler.

Hoje a MS não é uma simples... Hoje nós não fazemos só, nós desenvolvemos a tecnologia. Nós somos pioneiros na tecnologia de *hot stamping*, nós temos o primeiro forno de aquecimento híbrido do mundo, que remete à tecnologia de *hot stamping*, e a primeira prensa servo do mundo. Desenvolvemos tecnologia também para otimização de veículos e alívio de peso. Hoje, nas montadoras, só se fala em alívio de peso. Eu vou mostrar mais para a frente que o alívio de peso faz uma total diferença na composição de um carro.

Nosso *know-how* é engenharia em desenvolvimento de produto. Também executamos as realizações de simulações e validações pelo mundo. Nós não apenas estampamos, mas nós testamos e nós verificamos todos os testes. No primeiro caminhão ali, é um teste simulando uma estrada, um caminhão passando por uma estrada para nós verificar como que é o comportamento da carroceria, se não vai ter nenhum atrito, se não vai quebrar ou algo do tipo.

A nossa área de atuação é o setor automotivo, peças estampadas, *body-in-white* para carrocerias. Então, nós somos especialistas em engenharia, autopeças, *hot pass*, que é o *hot forming* e o *hot stamping*. Somos os detentores e desenvolvedores dessa tecnologia. Nós produzimos tudo que nós estampamos. Desde o maquinário, toda essa tecnologia compete à MS Autotech.

E também somos especialistas em teto solar. Eu não sei se tem alguma pessoa aqui do ramo automotivo, mas é muito complicado fazermos uma montagem de um teto solar. Como são peças muito finas, quando nós rodamos, qualquer trepidação, qualquer problema até no *delivery* dessa peça acaba não montando no carro.

E o nosso maior marco vai ser a produção de veículos elétricos. Hoje, como nós compramos a planta da GM, em Gunsan, estamos preparando para, em 2030, começarmos os nossos trabalhos internos.

Temos alguns novos negócios nos Estados Unidos. Atualmente, estamos fabricando a capa de bateria para a LG. São baterias automotivas, o SOP ali em 2025. Hoje as nossas peças já estão em processo de validação, de Ppap, validação de projeto.

Mas nós viemos aqui para falar de *hot stamping*, que é a nossa tecnologia e é isso que revoluciona o mercado automotivo hoje. Para eu falar um pouco de *hot stamping*, eu preciso apresentar para os senhores como que é composta a carroceria de um carro. Hoje temos um carro... O carro praticamente é 6% de componentes elétricos; 19%, chassi; 21%, *powertrain*, que é o que move o carro; 15% é o exterior, que nós vemos; 14% é o interior; e 25% do carro é a carroceria.

E, quando nós falamos em carroceria, todas as OEMs, as montadoras, Tier 1 e produtores sempre falamos em redução de peso. Só que o que é reduzir peso? O que implica? O que é importante na redução de peso? Então, quando nós mexemos numa carroceria e falamos da redução de peso, eu estou falando que eu vou reduzir o material de uma peça. Então, a redução de peso implica custo de produção, implica segurança, custo com manutenção. Coloquei redução de peso ali porque é para ser redundante mesmo, para entender. Até quando eu reduzo o peso, eu reduzo o consumo de combustível, eu tenho uma mudança do designer, eu mudo a performance do carro e reduzo também a emissão de CO₂.

Então, esse é um ponto... Porque muitas pessoas falam assim: "Ah, mas é o custo, procuramos redução de custo...". Mas muda tudo. E até voltando para o nosso meio ambiente, a redução de peso é muito importante por conta disso.

Eu vou explicar um pouco como funciona uma carroceria e qual é a função dela. O primeiro eslaide ali, da esquerda para a direita, simula uma colisão frontal, nós temos uma força de 100% na frente do carro; o de baixo simula uma colisão ali na diagonal, um pouco lateral, é um pouco dividida; e do lado é um impacto lateral. Por que é importante apresentar esse impacto? Porque hoje o carro é feito, claro, para nos levar em todos os lugares, ele tem que ser bonito, tem que ser esportivo, mas ele também é feito para nos trazer segurança. Então, o carro é dividido em zonas de colisões, uma zona segura. Na zona de colisão, o efeito dela em uma colisão ou em uma batida é reduzir e amortecer o impacto enquanto



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

a zona segura vai manter a gente ali a salvo, é o *cockpit*. Então, eu vou explicar um pouco da resistência dos aços para vocês, para chegar até onde o *hot stamping* é importante.

Falamos em alívio de peso e é a tendência global de todas as OMS. É um estudo, pelo Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia de Informação, lá em 2020, que fez um estudo em que se nós reduzirmos em 10 quilos o carro - é um pequeno efeito, um leve efeito -, nós teremos uma eficiência de 2,8% em combustível, uma redução de 4,5% em CO₂ e uma redução do NOx, composição da oxidação das peças e da emissão de CO₂. Então, se eu transferir esses dados para 8 mil carros registrados, andando aí uma média de 50 quilômetros por dia e fazendo 12 quilômetros por litro, nós temos a redução e a economia de 160 mil litros de combustível por dia; é muita coisa, fora a redução de CO₂. Pensando no nosso meio ambiente, nós reduziríamos 200 mil quilos de CO₂ por dia. Pensando hoje na nossa camada de ozônio, isso é muito.

A tendência das montadoras, desde 1990 a 2020, é realmente uma redução na carroceria. O primeiro ali, na parte básica ali, significa toda estrutura básica do carro, carroceria. Em 1980, ela compunha 86% do peso do carro; hoje ela compõe 75% do peso. Se nós vermos o peso total, ali no final, realmente o carro hoje ficou um pouco mais pesado, mas é por conta de segurança; mas em termos de carroceria ocorreu uma redução desse peso.

Por que o *hot stamping* é importante e por que eu apresento para vocês a tecnologia coreana de *hot stamping*? Como a nossa ideia é em nível de peso, hoje, se eu tenho uma peça de aço com uma espessura de 2 milímetros, como eu poderei reduzir esse peso sem perder a resistência dela? Aí que ocorre o *hot stamping*. Desde 2010 a 2025, tem sido uma tendência a aplicabilidade de *hot stamping*. Com *hot stamping*, nós conseguimos fazer uma peça que tem um milímetro e com a resistência de uma peça que tem 3 ou 4 milímetros, por conta do seu processo de estampabilidade e de diferencial no aço.

Com tudo isso, a redução de peso vai levar a menos emissão de CO₂, vai levar a menor custo de combustível e maior segurança para as nossas famílias.

Essa é uma carroceria contemplando *hot stamping*. A parte vermelha é a nossa tecnologia, são peças estampadas a quente, com uma espessura menor do que as peças comuns estampadas a frio, o que oferece uma segurança enorme.

Ali estão mostrando a porcentagem de megapascal e resistência dos aços. Como vocês podem ver, *hot stamping* representa 1,5 mil megapascal. Então, eu consigo reduzir o peso do carro, emitir menos CO₂, reduzir o combustível - eu consigo ter uma maior economia e uma maior segurança para as nossas famílias, utilizando um material muito mais fino.

Essa é uma carroceria de *hot stamping* padrão. E essa é a carroceria do carro mais seguro do mundo, que é Volvo. Mais de 40% da carroceria é composta de *hot stamping*. Então, eventualmente, se eu tivesse uma colisão, se eu viesse a ter uma colisão com algum carro, eu escolheria estar dentro de um Volvo, porque, obviamente, o Volvo é um carro mais caro do que os comuns, mas eles são mais seguros por conta da tecnologia de *hot stamping*.

E por que só a Volvo tem? Por que não disponibilizar essa tecnologia para os nossos carros, os que as pessoas comuns conseguiriam comprar?

Hoje, esse é o mercado de *hot stamping* no Brasil. Nós temos apenas dois fornecedores. Essa é a disponibilização de peças para os carros.

Da Hyundai, no ano de 2026, nós teremos o lançamento de um novo carro em que teremos sete peças de *hot stamping*. Os outros carros possuem dez. Isso não representa nem 8% da carroceria. É um oligopólio, hoje, isso no Brasil.

E a nossa tecnologia - eu vou mostrar para vocês - é muito competitiva.

Essa é a nossa carroceria de *hot stamping* de um carro da Tesla. Nós fornecemos todas essas peças. Hoje, nos carros elétricos, é muito comum eles utilizarem a tecnologia de *hot stamping*. Nós temos algumas iniciativas de montadoras de carros elétricos no Brasil, mas, por enquanto, as peças eles simplesmente montam - vêm todas importadas dos países de origem, e não é produzido nada aqui. Então, isso é por conta da dificuldade de eles encontrarem tecnologia nacional para poderem produzir as peças deles. E, quando encontram, o preço não é tão competitivo.

Hoje, na MS, a gente produz em torno de 39 peças de *hot stamping* - isso só na Coreia. Nós temos algumas plantas nos Estados Unidos também. Essa é a nossa tendência. MSI e MSA, representam o *hot stamping* que nós produzimos para o mundo, simulando América, Índia e Coreia.

E, aqui, eu gostaria de passar um pouco de como é o processo, para os senhores entenderem. Depois, vai ficar muito mais fácil eu apresentar como é feito.

(Procede-se à exibição de video.)

O SR. OTAVIO HENRIQUE DE CARVALHO - O robô pega o *blank*. Aí é a rastreabilidade - eu sei onde se está montando cada peça. Então, se um carro bater, eu sei quando foi produzida essa peça, e isso caracteriza segurança para o consumidor final.



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Passa no forno, tudo completamente robotizado. Prensa. Está pronto. Eu faço quatro peças em menos de um minuto.

É realmente fantástico.

Na verdade, para fazer o vídeo, nós atrasamos um pouco o robô, tá? Colocamos um *delay* no robô que está montando para poder reduzir um pouco, para melhor entendimento dos senhores. Esse é um exemplo de um forno nosso.

Eu tenho um segundo.

(Procede-se à exibição de video.)

O SR. OTAVIO HENRIQUE DE CARVALHO - Essa é a diferença. Eu consigo estampar um material de maior resistência com uma menor espessura por conta do calor, não é? É o *hot stamping*. Vocês podem ver que essas são operações subsequentes. Algumas peças necessitam de operações subsequentes, não é? E nós utilizamos prensa. Eu vou mostrar para os senhores, mais para frente, por que nós utilizamos prensa diferente de outras tecnologias que utilizam *laser*. Está pronto. É só colocar na carroceria, que vai garantir segurança e qualidade para os senhores.

Aí, novamente, nós estamos marcando a rastreabilidade. Onde esse carro estiver, se esse carro tiver uma colisão, eu vou saber que foi a Myoung Shin que fez essa peça.

A nossa eficiência, não é? Tem desenvolvimento de ferramental. Nós conseguimos produzir quatro peças em uma única estampagem, ou seja, uma economia enorme de energia e material. Tudo isso acaba diminuindo o extrativismo, a emissão de CO₂.

Eu vou ter um exemplo do nosso forno vertical. Nós somos a única empresa no mundo que possui um forno vertical. Isso se dá a nós mesmos sermos o produtor desse forno. Essa tecnologia é nossa, patenteada.

Então, novamente, eu produzo quatro peças em menos de um minuto. Aumentando a produtividade, eu melhoro o preço. E isso impacta para quem? Para o consumidor final, para ele é muito importante isso. Foi pensando no consumidor final que nós desenvolvemos tecnologias.

O robô pega um *blank* já aquecido, coloca esse *blank* na prensa. Esses tubos que os senhores estão vendo, vermelho e azul, representam o refrigeramento. Aí, passa uma água debaixo desse ferramental, que faz com que essa peça fique refrigerada. Ela começa quente, e, no final da estampagem, eu consigo pegá-la com a mão. *(Pausa.)*

Vou explicar só um pouco do nosso forno. Nós mesmos criamos essa tecnologia. Os fornos convencionais, o primeiro forno usa gás, e com isso a queima de CO₂ e a queima de combustível é muito agressiva ao meio ambiente. Os nossos fornos são via indução e eletricidade. Isso não agride o meio ambiente. Nós estamos já na terceira geração de fornos em que nós conseguimos reduzir até o cumprimento da linha. Então, em empresa, nós sabemos que até a área de montagem de cada ferramental é realmente muito importante. E isso custa dinheiro e espaço também - custa-nos muito dinheiro. Com isso, a gente reduz o investimento. Reduzindo o investimento, eu melhoro o preço.

Nós temos um diferencial: nós produzimos também as nossas ferramentas. Nós não pedimos para... Nós não terceirizamos. Por conta disso, a gente consegue aumentar a nossa produtividade. Por conta de nós produzirmos os nossos ferramentais, nos nossos ferramentais a gente consegue fazer dois, quatro, oito peças ao mesmo tempo. Isso acaba impactando na economia de material, diminuindo bastante o extrativismo mineral.

Esse é um outro exemplo em que, com um *blank*, uma chapa de aço, eu consigo tirar quatro peças. Isso reduz a sucata, que vai reduzir a queima desse aço lá no futuro.

(Soa a campainha.)

O SR. OTAVIO HENRIQUE DE CARVALHO - Eu vou mostrar para os senhores uma pequena diferença de uma linha de *hot stamping* comum e a nossa.

A linha comum é muito manual - é a da esquerda -: passa o aço pela fornalha, aquece, prensa; depois dessa operação, nós temos algumas correções para fazer em algum formato. Hoje, todas as linhas utilizam o laser. Nós utilizamos outras prensas: prensas servo, que são muito mais fortes do que as prensas comuns. Por conta disso, nós conseguimos cortar esse material que é tão resistente. Isso reduz *cycle time*, reduz preço, reduz acidente e melhora a qualidade de todo o material.

Estes são os exemplos de fornos. Cada forno nós conseguimos classificar para redução de alguma emissão e reduzir o impacto de CO₂ no mundo. O primeiro é um forno maior, mas nós fizemos isso por conta do *shape* de alguma peça, e reduzimos energia; no segundo forno, reduzimos energia; no terceiro forno, que é para cortar peças iguais, conseguimos tirar mais peças, reduzimos a perda de material - outro ponto para o meio ambiente - e, com isso, a gente reduz lixo e CO₂.

A MSB é tecnologia, capacidade de lotes, tecnologia de automação e velocidade de dez segundos em *cycle time*.



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Esse é só um exemplo de como é, mais detalhado: colocamos o *blank* no forno, o *blank* sai, é estampado, e está pronta uma peça segura.

Então, MSB-Group Hot Stamping representa: alívio de peso, impactando na redução de combustíveis, emissão de gases e extrativismo; qualidade, pois a nossa peça vai trazer melhor segurança para o carro dos senhores em colisões, prezando pela vida do cidadão brasileiro; e competitividade. Por conta do nosso processo produtivo, nós queremos nos instalar aqui, para uma maior oferta ao mercado. Quanto maior a oferta, melhor o preço, reduzindo o preço do automóvel ao consumidor final, que hoje nós sabemos é muito alto. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Gostaria de agradecer ao Otavio e à MS, pela apresentação. Parabéns pela apresentação!

Imagino que as pessoas que estão aqui estão bastante ligadas à engenharia. Também é importante esse tipo de encontro, e, como eu falei inicialmente, eu gosto de ter aplicações práticas, e é interessante conhecer esse tipo de tecnologia que nós podemos utilizar no país, para aumentar a produção e conhecer as diversas vantagens que nós vimos ali.

O pessoal da empresa está aqui - logicamente, o Otavio está por aqui - e nós temos aí outros *players*, vamos dizer assim, de vários setores. Então, uma das ideias também de um encontro como este é ter este *networking*, ou seja, a possibilidade do contato com outras empresas que possam se tornar parceiras, e esse é justamente um dos objetivos de se ter encontros mais técnicos com este.

Quero aproveitar este momento também para registrar a presença do Raniery Paulino, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) aqui conosco. Obrigado. São bastantes coisas de engenharia aqui.

E, para algumas respostas, a pergunta do Francisco Alexandre, por exemplo, do Paraná, quando ele pergunta se há previsão de acordo de instalação de alguma fábrica de *microchips*. Por favor, Embaixador. (*Pausa*.)

O Francisco Alexandre falou sobre se há possibilidade de instalação de alguma fábrica de *microchips* em solo brasileiro, incluindo transferência de tecnologia. Na verdade, já existe: essa empresa é a HT Micron Semicondutores, que está localizada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Então, já é uma parceria com a Coreia, aí também.

E, também, se existem já programas, o Davi Correa perguntou - sobre propostas de intercâmbio acadêmico entre países. Existem já vários programas, que pararam durante a covid, mas eles agora vão recomeçar também. E esse é um ponto que nós precisamos explorar aí dessa parceria entre os dois países.

Eu gostaria de, antes de abrir para perguntas que eu vou abrir no final - e eu peço para que todos anotem as perguntas sobre isso, porque a gente pode depois chamar novamente o Otavio para responder às perguntas em conjunto -, para dar sequência aqui na nossa pauta, passar para o item 3 da pauta, que é uma proposta de plano de trabalho.

Eu até dei uma introdução um pouco a respeito disso, mas este é um plano de trabalho para este semestre agora do nosso Grupo Parlamentar Brasil-República da Coreia, e a sugestão que nós temos - depois eu vou colocar ao final para apreciação - é de um plano de trabalho simples, mas eficiente, vamos dizer assim, para este momento do nosso Grupo, composto de dois itens principais.

O primeiro item é a discussão do Acordo de Comércio Mercosul-República da Coreia, que é um item extremamente importante para os dois países. A ideia é discutir o Acordo de Comércio Mercosul-Coreia, que é um passo significativo para o aprofundamento da importante relação entre essas duas partes.

Entendemos que os acordos de livre comércio são mecanismos efetivos na integração dos países às cadeias globais de valor e na promoção da melhoria e bem-estar econômico das populações, exercendo influência sobre temas como redução e eliminação de tarifas de importação, compras governamentais, propriedade intelectual, meio ambiente e regras de origem, melhorando o acesso das partes envolvidas a bens mais baratos e produzindo de forma mais eficiente.

Então, nesse sentido, para esse primeiro item, para que nós analisemos essa relação Mercosul-República da Coreia, eu coloco, na proposta de trabalho, a realização de uma audiência pública - que eu vou colocar como requerimento aqui no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, da qual eu faço parte - com os diversos atores envolvidos para a discussão do tema. Então, essa é a primeira proposta desse plano de trabalho.

Nós faremos essa audiência pública exatamente neste mesmo local aqui. Isso trará uma série de componentes, vamos dizer, dos dois lados, de forma que a gente possa levantar o cenário que existe hoje em dia desta relação Mercosul-República da Coreia, como o Brasil se insere, obviamente, dentro de tudo isso, para procurar melhorar essa relação.

E também, como item 2, há a proposta de cooperação educacional - que tem a ver com a pergunta que, inclusive, foi feita aqui - Brasil-República da Coreia. E, como ponto de foco do nosso trabalho, propor o início de estudos para que possamos criar uma trilha educacional Brasil-República da Coreia.

10/16



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Entendo que a República da Coreia tem muito a contribuir com o tema educação - essa é uma das coisas que nós já ressaltamos várias vezes -, e, nesse sentido também, a sugestão seria uma audiência pública, agora no âmbito da Comissão de Educação, de que eu também faço parte aqui no Senado, para iniciar esse trabalho.

Inclusive, uma das propostas sobre a qual eu conversei com os Deputados ali em São Paulo - e eu já havia tratado disso também na Coreia - é a possibilidade de nós termos, junto com o Sistema S, da mesma forma que nós temos em São Paulo uma Escola Senai Suiço-Brasileira, o que é bastante importante... Eu também sou aqui o Presidente da Frente Parlamentar para o Ensino Profissionalizante e Tecnológico. Eu reputo como uma das partes essenciais para o desenvolvimento no Brasil termos mais técnicos formados e com as novas tecnologias.

Então, da mesma forma que já existe uma escola suíço-brasileira, seria muito interessante nós termos uma escola de informação profissional entre a Coreia e o Brasil.

Nós participamos da WorldSkills International - eu sou embaixador mundial de ensino profissionalizante, através da WorldSkills - e vemos os resultados da Coreia, que são sempre impressionantes. O Brasil está ali seguindo, e eu acho que essa parceria dá muito a ganhar, inclusive na parte de *exchange* de professores, instrutores, etc. Dessa forma, acho que a gente traz diretamente uma influência na formação profissional aqui no Brasil e também na Coreia, sem dúvida nenhuma, com a parceria das empresas. Um dos gargalos que nós temos é ter funcionários com qualificação adequada para o setor de tecnologia.

Então, neste momento, feita essa proposta, e, antes de passar, vamos dizer assim, às nossas perguntas locais, nós também recebemos mais um grupo de perguntas do e-Cidadania, que eu vou colocar... É este aqui, um grupo, mas algumas perguntas do e-Cidadania que eu gostaria de passar aqui ao painel, de forma que nós possamos discutir em conjunto.

Uma é do Luiz Borges, do Amazonas, que fala: "Como as relações econômicas entre Brasil e República da Coreia podem ajudar na relação diplomática?". Essa eu já vou até deixar com o Ministro aqui para responder, do setor diplomático.

O João, de São Paulo: "[...] [Há] previsão de algum [...] incentivo fiscal ou acordo de cooperação para importação de produtos eletrônicos coreanos?". Ainda não temos; é algo para a gente imaginar se existe alguma possibilidade de ser feito.

Tem uma do Carlos, de Alagoas, aqui é um comentário: "[O] Brasil e a Coreia do Sul completaram 60 anos de relações diplomáticas, e, nos últimos anos, tem-se destacado o fortalecimento das transações [entre os dois países]". Com certeza. Aliás, foi uma coisa importante de nós comentarmos aqui, são 60 anos de cooperação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - De imigração, desculpe. São 60 anos da imigração, dos primeiros grupos de coreanos que vieram para cá, e eu tenho o prazer enorme de citar isso.

São Paulo foi o ponto de início de toda essa migração, e agora nós temos, inclusive, o projeto de se ter, lá em São Paulo, no Bom Retiro, uma rua toda com a decoração e com temas da Coreia, o que eu acho que é muito justo e faz muito sentido.

São Paulo é uma cidade multicultural. Nós temos lá, por exemplo, o bairro da Liberdade, com toda a parte do Japão, da imigração japonesa, e eu acho que faz todo o sentido nós termos também da Coreia. Então, conversei isso com o cônsul, lá em São Paulo. Sem dúvida nenhuma, eu vou ajudar por aqui, pelo Senado, para que isso se concretize e que nós tenhamos lá essa decoração toda.

Então, passamos agora a uma área de um período de discussão sobre o que foi apresentado. Eu abro, então, a palavra para os nossos participantes aqui presentes.

Alguma pergunta com relação ao que foi apresentado em termos da tecnologia de *hot stamp*, da MSB? (*Pausa.*)

Está o.k.

Também, se quiserem fazer algum comentário, fica a palavra aberta. Eu só peço para que se inscreva, levante, use o microfone e fale o nome e a organização que representa, para que todos nós possamos registrar.

Obrigado.

A SRA. ELIANE FONTES - Posso falar?

Boa tarde. Eliane Fontes, representando a Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios da Metal (Abitam), que fica lá no Rio de Janeiro.

Gostaria de elogiar esta iniciativa deste diálogo parlamentar Brasil-Coreia e ficamos felizes de ver que um dos primeiros pontos do plano de trabalho é o acordo de livre comércio que está sendo negociado entre o Mercosul e a Coreia do Sul, cujas negociações foram iniciadas em 2017. No momento, estão um pouco paralisadas.



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu gostaria de fazer alguns breves comentários, que podem parecer críticos, mas que, na realidade, nós precisamos abordar com uma certa sinceridade.

A Coalizão Empresarial Brasileira, capitaneada pela Confederação Nacional da Indústria, tem dirigido diversas correspondências ao Governo brasileiro, reiterando sua grande preocupação com o nível de ambição com que está sendo negociado esse acordo na parte de bens, porque existem três práticas "distorcivas" na Coreia do Sul que agravam a preocupação do empresariado brasileiro.

A Coreia é, depois da China, o segundo país a que os demais membros da OMC aplicam medidas para conter práticas ilegais de comércio - *antidumping* e subsídios. De 1995 para cá, tivemos 283 medidas *antidumping* e compensatórias aplicadas contra Coreia, sendo que, a partir de 2008, 148 - além do Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Canadá, Austrália e Tailândia. Só no setor nosso de tubos de aço, são 24 medidas *antidumping*. Para quem não sabe, *antidumping* é você corrigir o preço predatório em que é vendido para... É exportado a preço abaixo daquele que você vende no seu mercado interno.

O segundo ponto que também preocupa o empresariado da indústria é o não cumprimento pela Coreia do Sul dos direitos trabalhistas previstos nos compromissos internacionais, o que inclusive foi evidenciado em caso levado pela União Europeia à OIT.

E o terceiro ponto é que o ambiente empresarial interno sul-coreano é de muito baixa competição; ele é concentrado em grandes conglomerados do mesmo controlador.

A nossa balança comercial brasileira tem sido historicamente deficitária, na faixa de US\$2 bilhões por ano. E, no setor de tubos metálicos, o que está acontecendo? Todas as tarifas da Coreia são zero, e a tarifa média do Brasil é entre 14% e 16%. Ou seja, zerar a nossa tarifa não nos trará vantagem nenhuma no mercado coreano. Ao contrário: os preços coreanos hoje estão muito abaixo das médias mundiais e estão praticamente a metade dos preços brasileiros. Então, nós vamos ter, na realidade, uma competição muito grande.

E o mercado coreano é muito pequeno. Então, praticamente tudo que fabricam voltado para exportação. Então, o nosso setor estaria muito exposto.

Eu vou ser breve, tentar, mas é porque o recado precisava ser dado, pelo menos no início desses trabalhos.

A CNI fez uma simulação dos efeitos da liberalização comercial do Mercosul e Coreia - Mercosul com os quatro países - e concluiu que, num cenário ambicioso, ou seja, em que se desgrave bastante todos os produtos, em que a tarifa chegue a zero - o que não vai ser uma realidade no setor agrícola, porque a Coreia não abre seu setor agrícola totalmente -, isso pode gerar desemprego em 22 dos 28 setores industriais do Brasil e uma queda do PIB de 0,2%, mesmo assumindo que a abertura da Coreia viesse em alguns daqueles poucos setores agrícolas em que o Brasil pode ter ganhos relevantes, como, por exemplo, sementes oleaginosas e grãos - seriam praticamente o setor em que nós poderíamos ganhar.

Agora, para termos uma ideia da diferença de tarifação dos setores agrícolas, o Brasil tem uma média hoje de tarifa de importação de 11%, sendo que a tarifa máxima é toda *ad valorem*, e a tarifa máxima é 20%. Pontualmente, nós temos um caso ou outro em exceção, como, por exemplo, veículos automotores, que estão em 35%, e um ou outro produto agrícola temporariamente elevado ao nível de 40% ou 55%, que é o máximo que o Brasil consolidou na OMC.

Mas, na Coreia, nós temos: milho, 630%; soja, 487%; outras preparações alimentícias, 754%; sucos e vegetais, 754%; chocolate, 513%; arroz, 513%; limões e limas, 144%; o resto está muito na média de 60%. Ou seja, o setor agrícola tem tarifas altíssimas, e, quando a Coreia tem dado - nós temos observado outros acordos -, ela dá, muitas vezes, com uma cota, cota de difícil uso, porque ela é leiloada, ela tem preço, então é muito difícil para os países usarem.

E o que está acontecendo nesse acordo? De uma forma inédita, a Argentina, que não viu vantagem para o seu país, se retirou da negociação. É a primeira vez que nós estamos negociando o Mercosul na modalidade três mais um, porque sempre foram quatro mais um.

Então, a oferta de bens já foi feita, nós já estamos com sete rodadas negociadoras, as ofertas foram feitas, são sigilosas. O setor privado não consegue ter acesso às ofertas, nem do que o Mercosul fez, nem do que a Coreia apresentou.

Numa primeira vertente, parece que se desgravaram 90% do comércio de lado a lado. Com a saída da Argentina, está havendo uma revisão da oferta, inclusive para poder retirar a acessibilidade da Argentina, e há um compromisso de que o Mercosul desgravaria 88% do comércio, ou seja, chegaria a zero, e a Coreia, 91%, sendo que, em muitos itens, a Coreia poderá dar com cota.

O que é que está empacado nesse acordo? A Coreia não quer avançar no que nós chamamos de acordo de medidas sanitárias e fitossanitárias da OMC, o SPS. Ela tem medidas muito restritivas: ela dá com uma mão, mas tira na regra da barreira não tarifária. Então, esse é o ponto que está realmente em discussão.

12/16



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Ministério da Agricultura teria muito interesse não só nesse acordo, como em Vietnã e Singapura, que também a indústria não quer, mas teria que realmente haver um esforço muito grande da Coreia em ser um pouco mais benevolente no setor, porque o acordo hoje, como ele está desenhado, não vai gerar nenhum ganho social nem econômico para o Brasil. Realmente precisamos buscar equilíbrio nessas concessões, para que possa haver um processo de ganha-ganha.

Então, basicamente é isto: não está havendo um equilíbrio de ganho de agricultura com o que nós vamos perder na indústria, abrir sem ganhar nada, porque as tarifas são praticamente zeradas.

Então, esse recado precisa ser dado, para que esse ponto 1 da agenda seja avaliado de forma a que possa realmente contribuir para que esse acordo, pelo menos do lado do Brasil, possa caminhar e chegar a um ganha-ganha, como é o que a gente pretende sempre em todos esses tipos de acordo.

Obrigada e desculpe ter me alongado, mas eu precisava dar esse recado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Excelente. Obrigado pela participação, pelas colocações. Justamente esta é a ideia, a de nós termos discussões como essa, assim como nós teremos durante a audiência pública, que, pelo visto, pode não ser restrita a apenas uma, pode ser que nós prolonguemos isso, essa é uma possibilidade. E é importante justamente que nós tenhamos, durante essas audiências, membros de diversos setores, como você falou, do agro, da indústria, etc., para que as discussões sejam colocadas tanto do nosso lado quanto do lado da Coreia também, e que nós possamos usar esse espaço aqui de discussão, de audiência pública, para uma discussão pública, para que se tenha justamente a transparência necessária dos tipos de discussões e, aí, as informações coletadas daqui poderem ser usadas dentro do setor diplomático entre os dois países para que os acordos oficiais sejam executados. E, certamente, essa Comissão em que a gente está, a Comissão de Relações Exteriores, é justamente onde nós ratificamos ou não os acordos que são feitos pelo Brasil. É importante sempre levar em conta isso, aqui é uma Casa que representa a população do Brasil.

Então, obrigado pela sua cooperação.

Deixo a palavra aberta para o nosso Ministro também.

O SR. GUN-HWA KIM - Obrigado pelos comentários e perguntas, muito críticas, não é?

Depende sempre... A sua palavra é de que contém interpretação, depende de teoria, depende da filosofia da economia, depende do âmbito jurídico-técnico de todos os regulamentos internacionais, o que inclui também a OMC, não é? Agora não sou autorizado a responder oficialmente, é somente para ajudar você a entender bem, o.k.? Acho que o seu comentário é muito bom para "reempatizar" a importância do negócio de livre comércio entre o Mercosul e a Coreia. A meta, o alvo desse negócio é o interesse equilibrado, então, todo negócio de comércio tem esse alvo, você tem o seu interesse, a Coreia tem o seu interesse. Então, ao menos nós podemos concluir que esse comércio bilateral é importante para refletir nossos interesses.

Nesse sentido, muito obrigado por abrir esse tema, mas, como disse, eu quero repetir: acordo de livre comércio sempre tem o objetivo de equilibrar, como o acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Mas é preciso esse acordo, esse comércio.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - O.k. Obrigado, Ministro. Certamente as discussões vão ser mais aprofundadas aqui, durante as nossas audiências, e, certamente, isso vai ser benéfico para os dois lados se entenderem nos pontos onde possa haver um acordo, um equilíbrio que favoreça os dois lados. Essa é justamente a ideia.

A palavra continua aberta. (*Pausa.*)

Por favor, sempre pedindo para iniciar com o nome e a organização.

O SR. MARCOS S. K. LEE - Bom, boa tarde, Senador.

Meu nome é Marcos, eu represento a empresa ADL. A nossa empresa é uma empresa binacional, em certo ponto, só que foi criada no Brasil. Somos descendentes de coreanos que têm um processo inverso: não estamos trazendo produto da Coreia, estamos mandando para lá.

A grande dificuldade que eu vejo - um ponto que ela colocou - não é só o problema de ordem, vamos dizer, de países. A dificuldade maior para o exportador é a política praticada do incentivo de exportação aqui no Brasil. Para a gente mandar um produto aqui no Brasil, tem uma série de barreiras, que são criadas pelo próprio sistema governamental, que dificulta. Comprar um material aqui para mandar para fora... Nos outros países, existe a devolução do imposto. Aqui deixa creditado para você tentar vender no mercado esse crédito, que, muitas vezes, é defasado e não tem condições de comercialização.

(Intervenção fora do microfone.)



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. MARCOS S. K. LEE - Eu acho que, se existe a política binacional, também há preocupação para que melhore a relação comercial entre os dois países, uma política em que possa ser facilitada a exportação, uma simplificação do processo de exportação aqui no Brasil. Por quê? Em todos os países no mundo, tem essa simplificação. Infelizmente, no Brasil, não tem.

A nossa empresa fechou uma parceria, no mês passado, com a cidade de Registro, em São Paulo. Vamos receber 370 mil metros de área para construir um polo industrial somente com indústrias coreanas. Estamos tentando formalizar, estamos buscando alternativa de incentivo governamental tanto na seara federal, na qual o Senador poderia ser a nossa porta de auxílio, como na estadual e municipal, para trazer 80 indústrias de alta tecnologia e de outros diversos para se instalarem aqui no Brasil.

A grande dificuldade é justamente esta: nós exportamos só matéria-prima e não exportamos material industrializado. Para industrializar, precisamos trazer a indústria para que possa exportar o material. Só que o incentivo para as indústrias entram aqui também é uma barreira muito grande devido a equipamentos que são instalados. Muitas vezes, a própria empresa tem dificuldade de trazer o equipamento, porque, em vez de dar uma isenção para reinvestir o país, existe a dificuldade de fornecimento e importação desses equipamentos de qualquer lugar que seja. Eu acho que a própria Coreia conseguiu se industrializar em parte porque teve a iniciativa de facilitar a trazer os equipamentos, a tecnologia para dentro para ele evoluir e avançar para depois poder exportar com melhor qualidade.

Eu acho que o Brasil tem um potencial gigantesco. Como o senhor é técnico, é prático, eu acho que seguir um sentido nesse caminho seria muito importante para avançar nesse processo da industrialização aqui do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Excelente. Excelente.

E agora é um momento muito interessante, diga-se de passagem, para isso, já que a gente está, aqui no Senado, com a discussão da reforma tributária, embora ela não atinja, dentro do seu escopo atual, a parte de importação e exportação, mas, certamente, vamos estar tratando de tributos como um todo, ou seja, o assunto vai estar aqui dentro de uma forma bastante intensa.

Uma coisa até que eu estou pedindo... Estou olhando aqui para a nossa assessoria para que tome nota e depois pegue mais detalhes sobre isso para que a gente abra essa discussão aqui dentro também, para que possamos falar e analisar como que isso pode ajudar dentro do processo que nós precisamos ter aqui no país. Aliás, esta é uma das partes das nossas discussões aqui: como melhorar a industrialização no país. E esse é um ponto certamente de grande interesse.

Então, obrigado por trazer aqui para a gente. Vamos aprofundar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Pois não. Só o microfone.

A SRA. ELIANE FONTES - O Governo brasileiro, há muito tempo, tem um programa que hoje é administrado pela Camex (Câmara de Comércio Exterior), que se chama Ex-Tarifário de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações e é um processo extremamente rápido. Hoje a tarifa de bens de capital, que é uma média de 14, está hoje em torno de 12,6, e a de bens de informática e telecomunicações, que é 16, está hoje também em torno de 12. Mas esse regime, que é de uma aprovação relativamente rápida, pode vigorar... Era o prazo de dois anos; agora o Mercosul autorizou, porque é o regime especial com que o Mercosul autoriza o Brasil, e está sem prazo de vigência e se reduz a zero a tarifa, desde que se comprove que não há produção nacional. Se não houver... Não é esse similar nacional, não é questão de preço, prazo e qualidade não, é não ter produção nacional.

Então, se não houver produção nacional, a empresa entra com um processo, é um roteiro simples, com seus catálogos, é um mecanismo que dura no máximo três meses para a Receita Federal avaliar o catálogo, três meses para o Governo avaliar e três meses para o Gecex deferir. Então, no máximo em 90 dias, se não houver nenhuma contestação e não houver realmente produção nacional, você em 90 dias consegue uma redução a zero, de máquina e suas partes e peças também, desde que estejam grafados na tarifa externa comum com a sigla de BK, que é bens de capital, ou BIT, que é bens de informática e telecomunicações.

Então, isso aí é para facilitar exatamente a importação...

O SR. MARCOS S. K. LEE (Fora do microfone.) - Mas o problema maior é que hoje a indústria nacional...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Por favor, acione o microfone, por favor.

O SR. MARCOS S. K. LEE - A indústria, com os equipamentos... São equipamentos relativamente obsoletos e por causa disso ela trava a modernidade. Aqui se produz uma máquina que produz cem peças de uma unidade; lá fora temos



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

tecnologia que produz mil unidades, que dá para baratear o custo no mercado. Por causa dessa barreira da industrialização aqui no Brasil, que nada mais é do que uma barreira de proteção que é feita no Brasil, como também é igual à Coreia, que foi pontuada... Essa barreira de impedir entrar uma nova tecnologia é uma coisa muito difícil. O Brasil...

A SRA. ELIANE FONTES (*Fora do microfone.*) - Há um total diferencial de uma máquina para outra. É nesse diferencial que você tem que focar e provar que não tem na indústria nacional...

O SR. MARCOS S. K. LEE - Uma coisa que nós vimos na prática, quando houve a posse do Presidente Collor, na época, quando abriu o mercado de automóveis, é que nós descobrimos realmente que estavam produzindo carroça, porque a tecnologia que veio depois da abertura da importação - porque, até aquela época, não permitiam a importação dos veículos de estrangeiros - fez uma revolução. Hoje nós temos a capacidade de poder utilizar carro elétrico e tudo mais, e foi graças a essa época.

Só que para outros setores industriais, aqui no Brasil, por uma proteção de mercado... Isso infelizmente está gerando uma trava que precisa ser mudada. Se vai trazer só do acordo de Brasil e Coreia do Sul, também pode ser trazido do acordo de Brasil e Japão, Brasil e Estados Unidos, Brasil e China, de qualquer lugar do mundo. O importante é que o Brasil também tem essa dificuldade da proteção excessiva da indústria, que é uma indústria acomodada. Nós precisamos buscar alternativa, como o próprio Senado colocou.

Aí no Space se conseguiu fazer o primeiro acordo civil para lançar o primeiro foguete híbrido aqui no Brasil. Se não tivesse essa iniciativa de quebrar esse monopólio, não teria acontecido isso, e a Embraer e outros setores não teriam a possibilidade de entrar no mercado brasileiro para desenvolver a indústria, para ter a oportunidade de exportar.

A proteção é interessante quando nós temos uma alta tecnologia e queremos proteger nossa indústria tecnológica. Quando a gente produz carroça e a gente quer continuar a produzir carroça, não é proteção; é desandar com o sistema mundial. Essa é a preocupação nossa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado. Obrigado pelas considerações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - por favor, só um minutinho.

Você vê que é interessante quando existem as discussões, porque surge uma série de ideias novas e necessidades que nós precisamos adotar. E aqui é uma Casa muito interessante para isso, para que nós tenhamos essas discussões, de forma que a gente possa subsidiar inclusive o Executivo com relação às necessidades que se têm para melhorar esse setor.

Eu sei dessa parte do setor de telecomunicações: grande parte dos equipamentos são importados. Eu era Ministro das Comunicações e a gente trabalhava com isso também. Isso ajuda ou é uma demonstração de que não existe uma empresa aqui para haver a competição. Mas eu concordo que, nessa área cinza do desenvolvimento da tecnologia aqui, do incremento tecnológico, vamos dizer assim, para que nós melhoremos as tecnologias existentes, vai haver um período de transição necessário para que isso não trave o desenvolvimento local, como aconteceu no caso dos carros.

Obrigado pelas considerações.

Isso é importante. Tudo está sendo gravado aqui também para análise e vai constar certamente de alguns relatórios que a gente vai colocar.

Eu quero novamente abrir a palavra. Há mais alguém que queira falar sobre esse tema ou outros temas, lembrando que nós tivemos a apresentação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Microfone, por favor.

A SRA. ELIANE FONTES - O Ex-Tarifário é muito flexível. Antigamente nós tínhamos o chamado sistema integrado. Esse nome morreu. Hoje você tem um conjunto de máquinas. Então, se, por exemplo, você quer trazer uma fábrica inteira, você a transforma num conjunto de máquinas. E aí provar a existência de produção nacional vai ser muito mais difícil, se ela realmente forma um conjunto integrado. É uma possibilidade. Vocês talvez estejam pedindo as partes isoladamente, e está havendo produção nacional, mas, se o conjunto de máquinas formar, inclusive com o sistema circuito integrado e tudo, um conjunto, você pode trazer como conjunto de máquinas e consegue obter a redução do Ex-Tarifário.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. PL - SP) - Obrigado, aliás, depois eu recomendo que vocês tenham um contato direto aí para melhorar isso aí. (*Risos.*)



Reunião de: 03/08/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu gostaria de registrar também a presença do Antônio Neto, CEO da B Games. Cadê o Antônio? Está lá atrás. Obrigado por estar aí com a gente também.

Continua aberta a palavra para quem está aqui de forma presencial. (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. ADERICO MATTIOLI - Sou o General Mattioli, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança. É um setor bastante complexo, os senhores sabem disso.

O Brasil busca autossuficiência de suas capacidades, e a Coreia se apresenta, sim, como uma boa possibilidade de parceria. Não é de hoje. É um tema que requer tempo. As confianças entre as partes devem ser estabelecidas, entre as empresas, e é uma relação que empenha muito Governo e Governo.

Mas, nesse sentido, eu gostaria de parabenizar, em nome das nossas associadas, a iniciativa e deixar as portas abertas para aquelas iniciativas pontuais que, por ventura, desejem, tanto do lado da Coreia quanto do lado brasileiro, que sejam estimuladas. Nós estamos aqui para apoiarmos a nossa base industrial de defesa, para fazermos essa integração, de portas abertas. Então, é com satisfação que estamos aqui e podemos contribuir.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes, PL - SP) - Muito obrigado. De fato, isto é muito importante: que nós tenhamos essa participação contínua, não é? E a ideia desse grupo é justamente isto: o grupo se colocar como uma porta de conexão para os diversos setores. Então, obrigado. Certamente nós podemos aí ajudar nesse envolvimento.

Quero aproveitar também para registrar a presença do Dr. Edmundo Fraga Lopes, que é Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, um conhecido de bastante tempo, junto com a sua esposa aqui também - é muito bom ver vocês aqui, obrigado.

Olha, a discussão pode se prolongar por muito tempo, mas estão avisando que, por causa do horário das 4h, a utilização, nós temos que encerrar. E o nosso Ministro também tem um outro compromisso agora. Mas isso é só a partida, vamos chamar assim, desse sistema. Deu para notar que nós temos a possibilidade do desenvolvimento prático de muitas ideias para se colocarem em andamento aqui através desse grupo. E esta é a ideia dessa primeira reunião prática de hoje: colocar pontos... Foi feita a apresentação aqui de uma tecnologia junto com a Coreia, no setor automotivo, que melhora muito esse setor; as possibilidades de negócios que podem ser feitos entre os dois países; as necessidades que nós temos. Foi colocado um plano de atividades para o segundo semestre aqui.

Só na parte mais protocolar aqui, antes de encerrar, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença e pelas notas taquigráficas.

Os senhores e senhoras - nós não temos os Parlamentares aqui, mas o pessoal está no quórum ali, protocolarmente - que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, eu dou como aprovada a ata.

E, cumprida a finalidade, eu agradeço a presença de todos, o nosso Ministro, todos que estiveram aqui conosco, todos aqueles que nos assistem pelas redes do Senado e pela TV Senado. Quero agradecer muito a participação e dizer que nós estamos abertos a sugestões, ideias. Então, passem para nós aqui no Senado, através dos contatos e das redes do Senado, as ideias que vocês tenham, as relações. É justamente fazer esse *network* que nos interessa aqui para que nós possamos ter mais e mais a utilização prática desse grupo.

Eventualmente, vamos dizer assim, em data propícia, nós vamos entrar em contato novamente para marcar a próxima reunião, em que nós temos, então, outras apresentações e outras discussões, mas, de já, eu agradeço a participação de todos.

Eu declaro, então, encerrada esta reunião e nos vemos no próximo encontro.

Muito obrigado a todos. Um ótimo final de semana! (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31

MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3

PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP

Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

PL-11 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagatoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirán.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mécias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44) Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27) Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23) Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14) Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28 Líder Eliziane Gama - PSD (28) Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (51) Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (49) Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19) Líder do REDE - 1	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12 Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (50) Líder do PL - 11 Carlos Portinho (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10 Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33) Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)	Oposição Líder Rogerio Marinho - PL (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)	 Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (16)	Bancada Feminina Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41) Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
50. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
51. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luís Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (1)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	6. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:

- Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
- Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLRESDEM)
8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLRESDEM).
9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagatolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).
10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiongs@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,13)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (4,15,19)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
(18)	10. (18)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾

Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,17)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. (1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. 2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (3,9,20)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegerá o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).



6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN).
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM).
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM).
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG).
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM).
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM).
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM).
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,16)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹²⁾
(17)	5. (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogério Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE)⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
VAGO ^(2,5,15)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).



13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. VAGO (2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. VAGO (2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (11)
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).
9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM).
11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3,14,16)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,11,15)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. VAGO (4,11)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,12)	1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Orio visto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luís Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
- Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).

16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁰⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,11)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPREP).
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (4,13)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (6)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2,17)	2. VAGO (12,17)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: cddd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13)	3. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (4)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

Notas:

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



**14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reuniu elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (10,13)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (8)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(*Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993*)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)

Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	
----------------------------------	--

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

